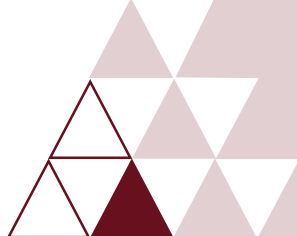


*“Se me fosse possível, escreveria  
a palavra **seguro** no umbral de cada porta,  
na frente de cada homem, tão convencido  
estou de que o seguro pode, mediante  
um desembolso módico, livrar as famílias  
de catástrofes irreparáveis.”*



Winston Churchill

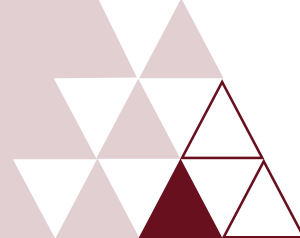
*Winston Churchill*



## ÍNDICE GERAL

CONSELHO DE REPRESENTANTES . . . . .	3
MERCADO SEGURADOR: 2002, UM ANO DE TRANSFORMAÇÕES . . . . .	4
MERCADO SEGURADOR: COMPROMISSO COM O GOVERNO . . . . .	6
E COM O POVO BRASILEIRO	
SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS . . . . .	8
CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados	
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	
Sociedades Seguradoras, de Capitalização e	
Entidades Abertas de Previdência Complementar	
Corretores de Seguros	
SAÚDE SUPLEMENTAR	
CONSU – Conselho de Saúde Suplementar	
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar	
Câmara de Saúde Suplementar	
Seguradoras Especializadas em Saúde	
RESSEGURADORAS	
FENASEG . . . . .	15
Organograma	
Funções Básicas	
Eventos/Seminários/Foruns	
ATIVIDADES DA FENASEG . . . . .	22
Comissões Técnicas	
Grupos de Trabalho	
Estudos e Pesquisas Técnicas	
Relações e Negociações Internacionais	
Plano Integrado de Prevenção e Redução da Fraude em Seguros	
Projetos e Serviços	
Câmaras e Comissões	
Área Jurídica	
Medidas Provisórias e Projetos de Lei	
Assessorias de Comunicação Social e de Imprensa	
Publicações	
Biblioteca	
Convênio DPVAT	
Atividades dos Sindicatos Regionais	
MERCADO INTERNACIONAL DE SEGUROS . . . . .	45
Mercado Mundial	
América Latina	
MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO . . . . .	48
Mercado Segurador	
Seguros	
Seguro Auto	
Seguro Saúde	
Seguro Vida	
Mix das Carteiras 1998 a 2002	
Rentabilidade	
Previdência Complementar Aberta	
Capitalização	
Participação do Capital Estrangeiro no Mercado Segurador	
As Empresas do Mercado Segurador	

### ENCARTES



O Conselho de Representantes é composto pelos Presidentes dos Sindicatos Regionais filiados, que também são Membros Natos do Conselho Consultivo e da Diretoria.

A Fenaseg optou por atualizar estas informações até junho de 2003 para facilitar a consulta.

U.F.	Nome	Companhia
Bahia	Antonio Tavares da Câmara	Cia. de Seguros Aliança da Bahia
Minas Gerais	Alberto Oswaldo Continentino de Araújo	Cia. de Seguros Minas Brasil
Paraná	João Gilberto Possiede	J. Malucelli Seguradora S.A.
Pernambuco	Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti	Cia. Excelsior de Seguros
Rio de Janeiro	Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo	Sul América Cia. Nacional de Seguros
Rio Grande do Sul	Miguel Junqueira Pereira	Cia. de Seguros Previdência do Sul
Santa Catarina	Sérgio Passold	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.
São Paulo	Casimiro Blanco Gomez	Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

O Conselho Consultivo e a Diretoria são compostos pelo Presidente da Fenaseg, pelos Presidentes dos Sindicatos Regionais e por Seguradoras.

### Conselho Consultivo

Nome		Companhia
João Elisio Ferraz de Campos	Presidente	SBCE - Seg. Bras. de Crédito à Exportação S.A.
Acacio Rosa de Queiroz Filho	Efetivo	Ace Seguradora S.A.
Bernardo Serrano Lopez	Efetivo	Axa Seguros Brasil S.A.
Luiz Carlos Trabuço Cappi	Efetivo	Bradesco Seguros S.A.
Emilson Alonso	Efetivo	HSBC Seguros Brasil S.A.
Francisco Caiuby Vídigal	Efetivo	Marítima Seguros S.A.
Federico Baroglio	Efetivo	Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros
Jayme Brasil Garfinkel	Efetivo	Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais
Jorge Estácio da Silva	Efetivo	Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.
José Américo Peón de Sá	Efetivo	Áurea Seguros S.A.
José Castro Araújo Rudge	Efetivo	Unibanco AIG Seguros S.A.
Julio de Albuquerque Bierrenbach	Efetivo	Real Previdência e Seguros S.A.
Luiz de Campos Salles	Efetivo	Itaú Seguros S.A.
Luiz Henrique Souza L. de Vasconcellos	Efetivo	Alfa Seguros e Previdência S.A.
Luis Maurette	Efetivo	Liberty Paulista Seguros S.A.
Mário José Gonzaga Petrelli	Efetivo	Icatu Hartford Seguros S.A.
Paulo Miguel Marraccini	Efetivo	AGF Seguros Brasil S.A.
Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas	Efetivo	Sul América Cia. Nacional de Seguros
Pedro Pereira de Freitas	Efetivo	American Life Cia. de Seguros
Wilson Roberto Levorato	Efetivo	Vera Cruz Seguradora S.A.

### Diretoria

Nome		Companhia
João Elisio Ferraz de Campos	Presidente	SBCE - Seg. Bras. de Crédito à Exportação S.A.
Julio de Souza Avellar Neto	Vice-Presidente	Sul América Cia. Nacional de Seguros
Luiz Tavares Pereira Filho	Vice-Presidente	Bradesco Seguros S.A.
Nilton Molina	Vice-Presidente	Icatu Hartford Seguros S.A.
Olavo Egydio Setúbal Junior	Vice-Presidente	Itaú Seguros S.A.
Renato Campos Martins Filho	Vice-Presidente	Cia. de Seguros Minas Brasil
Rubens dos Santos Dias	Vice-Presidente	Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais
Brian John Guest	Diretor	HSBC Seguros Brasil S.A.
Cesar Jorge Saad	Diretor	Unibanco AIG Seguros S.A.
José Ismar Alves Torres	Diretor	Brasilcap Capitalização S.A.
Maurício Accioly Neves	Diretor	Real Previdência e Seguros S.A.
Mauro César Batista	Diretor	Seguradora Roma S.A.
Paulo Miguel Marraccini	Diretor	AGF Brasil Seguros S.A.
Santi Cianci	Diretor	Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros

### Conselho Fiscal

Nome		Companhia
Aparecida Lopes	Efetivo	Bradesco Vida e Previdência S.A.
Jorge Carvalho	Efetivo	Nobre Seguradora do Brasil S.A.
Lúcio Antônio Marques	Efetivo	Cia. de Seguros Previdência do Sul
José Maria de Souza Teixeira Costa	Suplente	Cia. de Seguros Aliança da Bahia
Marivaldo Medeiros	Suplente	Marítima Seguros S.A.



## Mercado Segurador: 2002, um ano de transformações

Em 2002 o mercado segurador brasileiro, que compreende os segmentos de seguros, capitalização e previdência complementar aberta, mais uma vez confirmou tendência consistente de fortalecimento, ao registrar crescimento de 12,90% no volume agregado de suas receitas: R\$42,512 bilhões contra R\$37,656 bilhões no exercício anterior. Com esses números, a participação global do faturamento do setor no PIB brasileiro elevou-se de 3,14%, registrados em 2001, para 3,22% no ano de 2002.

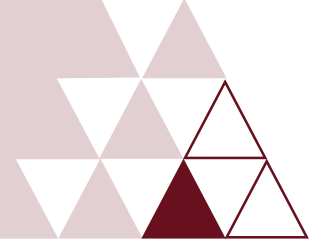
Na atividade de seguro, o montante de prêmios arrecadados no período foi de R\$30,149 bilhões, com aumento de 18,97% sobre o ano de 2001. A previdência complementar aberta já não repetiu a performance registrada no ano anterior, tendo apresentado uma retração de 5% com receita de R\$7,146 bilhões em contribuições previdenciárias. A capitalização apresentou crescimento próximo ao do exercício anterior de 8,93% e auferiu receita de R\$5,217 bilhões.

A sinistralidade no mercado brasileiro de seguros apresentou ligeira modificação em seu índice agregado: 66,93%, contra 66,48% em 2001, e 67,29% em 2000. O ramo de saúde manteve-se como detentor da mais alta sinistralidade, ao registrar 82,07% em 2002. O volume global de sinistros retidos de todo o mercado segurador atingiu R\$15,654 bilhões em 2002, contra R\$14,673 bilhões em 2001.

Relevante registrar que o montante global das provisões técnicas do mercado também apresentou expressivo crescimento: R\$48,400 bilhões em 2002 contra R\$37,292 bilhões em 2001. Destaque-se que o segmento de seguros acumulou reservas no montante de R\$14,443 bilhões (crescimento de 41,68% sobre o total de R\$10,194 bilhões registrado em 2001). Na previdência complementar aberta o montante de reservas atingiu R\$26,754 bilhões, com crescimento de 28,73% sobre os R\$20,783 bilhões registrados em 2001. E na capitalização as provisões técnicas chegaram a R\$7,203 bilhões, com crescimento de 14,05% sobre os R\$6,315 bilhões registrados no ano anterior.

Com esses números, o mercado segurador brasileiro confirmou sua condição de segmento de maior taxa de crescimento na formação de poupança em toda a economia brasileira.

Em setembro de 2002, antes de o quadro sucessório caminhar para sua definição, a Fenaseg apresentou aos quatro candidatos à Presidência da República um documento-síntese de programa de trabalho a ser implementado nos próximos anos. Tratava-se de Compromisso de Atuação Institucional do Mercado Segurador e consubstanciava a proposta de participação do setor no esforço pelo desenvolvimento social e econômico do Brasil.



Posteriormente, quando se teve a definição do processo sucessório, submeteu-se ao excellentíssimo Senhor Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, uma ampliação do programa de trabalho, com diagnóstico de situações de carência nas áreas de proteção aos agentes produtivos e à população, bem como aspectos mais relevantes da atividade seguradora no Brasil. Nesse documento programático – MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO: COMPROMISSO COM O GOVERNO E O POVO BRASILEIRO – foram detalhados os pressupostos e condições para o pleno êxito da missão de assegurar paz e tranquilidade às famílias e aos agentes econômicos. Destacou-se, também, a contrapartida que se espera da ação do Estado Democrático.

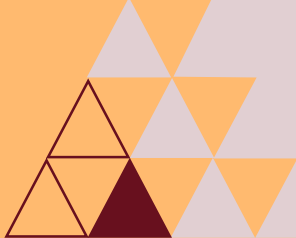
Enfatizou-se, na proposta, que o mercado segurador pode efetivamente representar para o país uma garantia de busca e realização dos valores gerais da cidadania, ao assegurar às famílias e às instituições a indispensável proteção contra riscos a que estão expostos a vida, a saúde ou o patrimônio em face do infortúnio. Mostrou-se, ainda, em que termos o mercado segurador pode criar mecanismos de fortalecimento do setor para configurá-lo como agente econômico apto a propiciar ambiente favorável à criação de novos empregos e a inserção da mão de obra no mercado formal, contribuindo para o desenvolvimento do projeto de reforma da seguridade social.

Procurando demonstrar de que forma a atividade seguradora se insere dentro das linhas gerais da política de promoção do bem-estar social, foi destacada a importância do seguro, previdência complementar aberta e capitalização como forma de solução moralmente justa para um dos mais angustiantes problemas do indivíduo: a incerteza quanto ao futuro. Destacou-se, sobretudo, o fundamento moral da atividade - o mutualismo - que nasce da convergência da boa-fé e solidariedade, virtudes cardeais da comunidade humana.

O documento apresentado ao Senhor Presidente da República – MERCADO SEGURADOR: COMPROMISSO COM O GOVERNO E COM O POVO BRASILEIRO - articula-se a partir de quatro eixos temáticos, que abrangem na totalidade a relevância econômica e social do mercado: o **modelo de proteção social privada** no Brasil, compreendendo o seguro de vida e previdência complementar, o seguro saúde, o seguro de acidentes de trabalho; **temas institucionais** relacionados com estrutura de regulação e fiscalização do mercado, resseguro, tratamento tributário, combate e prevenção à fraude; **soluções para fortalecer e ampliar o sistema produtivo** onde se inserem o seguro rural, seguro de crédito à exportação, seguro habitacional e seguro de riscos ambientais; e um segmento dedicado aos **acordos internacionais** de comércio e o mercado segurador brasileiro.

João Elísio Ferraz de Campos





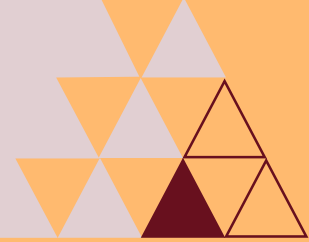
# Mercado Segurador: compromisso com o Governo e com o povo brasileiro

Atuam presentemente no Brasil 140 empresas na atividade de seguros, 18 empresas na comercialização de títulos de capitalização, 77 empresas na oferta de planos de previdência complementar aberta e 78.500 corretores de seguros, responsáveis pela mobilização de 3,20% do PIB e pela geração de mais de 200 mil empregos diretos.

Em 2001, essas empresas aplicaram, na proteção aos agentes produtivos e às famílias, R\$24,2 bilhões em pagamentos de sinistros, benefícios e resgates dos planos previdenciários e resgates ou sorteios de títulos de capitalização. Ainda em 2001, o mercado segurador recolheu R\$2,9 bilhões em tributos, nos três níveis de esfera pública. O montante de reservas técnicas – poupança doméstica de longo prazo – ascendeu a R\$45 bilhões em 2002.

O documento destaca, também, os pressupostos para a ampliação desse sistema de proteção social propiciado pelo mercado segurador à saúde, à vida e ao trabalho, a saber:

- Necessidade de ampliar a participação da Previdência Complementar no programa nacional de previdência e assistência à população.
- Apoiar a reforma da Previdência Social proposta pelo governo, como forma de superação do esgotamento das possibilidades do modelo atual.
- Assegurar a estabilidade das normas da Previdência Complementar, que promove e propicia a formação de poupança interna de longo prazo.
- Definir regulamentação tributária que estimule a criação de novos produtos, adequados às diferentes camadas de população no Brasil, e aos diversos tipos de empresas que operam no país.
- Aperfeiçoar as regras de governança do sistema complementar, para assegurar a solvência e a capacidade de honrar compromissos futuros com aposentadorias, pensões e pecúlios.
- Uniformizar e flexibilizar as normas da Previdência Complementar, para permitir a escolha e movimentação das pessoas entre os vários sistemas.
- Reequilibrar as carteiras do Seguro Saúde com a correção das políticas governamentais, especialmente as relativas ao controle de preços, em grande parte responsáveis pela dificuldade por que passa o segmento.
- Restabelecer os princípios e conceitos originais do Seguro Saúde, permitindo que o consumidor disponha de produtos diferenciados, de acordo com suas necessidades específicas e suas possibilidades financeiras.
- Estimular as empresas, com legislação tributária adequada, a ampliar a oferta de programas de assistência à saúde a seus empregados.
- Flexibilizar o modelo de Seguros de Acidentes do Trabalho, a ser atendido concorrentemente pelo Regime Geral de Previdência Social e pelo setor privado.
- Regulamentar o novo Seguro de Acidente do Trabalho como forma de proteção contra riscos profissionais, que deve ser assumida como responsabilidade do empregador.
- Ampliar as possibilidades de proteção oferecidas pelo Seguro de Acidentes do Trabalho, em modelo que defina claramente que a assistên-



cia médica integral, a reabilitação física e profissional, a reposição salarial, o restabelecimento de indenizações por invalidez e o tratamento de doenças profissionais são coberturas do seguro, que não se confundem com o benefício previdenciário.

- Investir em prevenção, ao aplicar as tarifas diferenciadas que levem em consideração o tipo de atividade, as condições gerais do trabalho e a sinistralidade projetada.

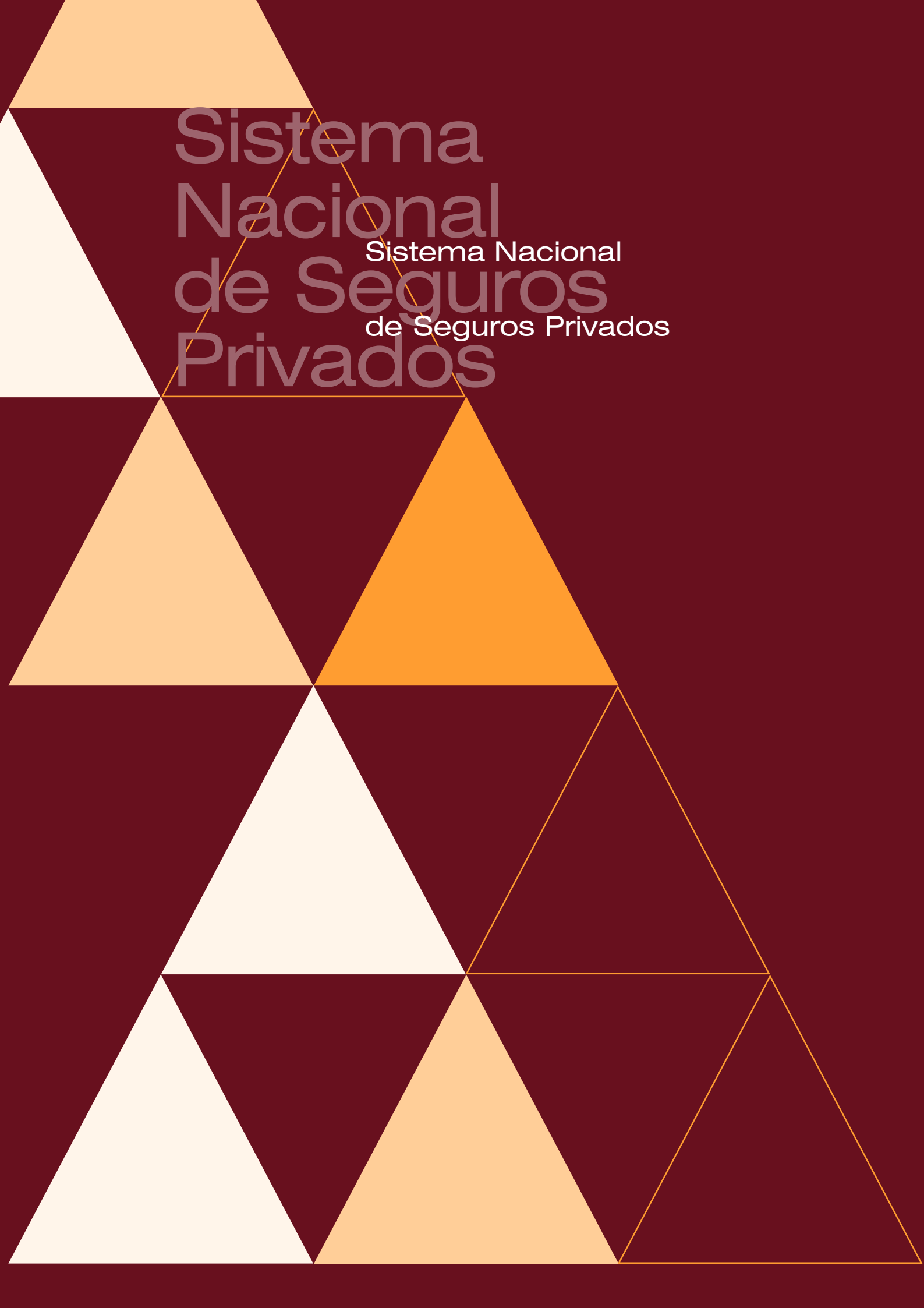
Entre as soluções apresentadas pelo mercado para fortalecer e ampliar o sistema produtivo – comércio, indústria e serviços – no Brasil, o documento apresenta:

- Proposta de ampliação da oferta de Seguro Rural, estendendo-o até o pequeno e médio produtores agrícolas, como forma de proteção contra riscos decorrentes de pragas, mudanças climáticas e outros, permitindo a melhoria da produtividade, qualidade e competitividade dos produtos agro-industriais brasileiros.
- Apoio à expansão do Comércio Exterior e à abertura de novos mercados para os produtos brasileiros, por meio do Seguro de Crédito à Exportação.
- Contribuição à retomada dos programas de habitação popular, pelo aperfeiçoamento e expansão do Seguro Habitacional.
- Participação no esforço da sociedade em relação ao meio ambiente, através do aperfeiçoamento do Seguro de Riscos Ambientais, e da maior conscientização dos agentes produtivos para a responsabilidade de todos em face da natureza.

No mesmo documento são evidenciadas entre as necessidades institucionais do mercado para permitir seu pleno desenvolvimento:

- Concluir o processo de regulação do resseguro, possibilitando a operação em regime de livre concorrência, e transferir as competências reguladoras e fiscalizadoras do resseguro para a SUSEP.
- Adotar tratamento tributário isonômico entre as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
- Unificar a estrutura de regulação e fiscalização das atividades de seguros, inclusive seguro saúde, previdência complementar aberta e fechada e capitalização, assegurando a uniformização regulatória e a otimização dos recursos humanos, técnicos e materiais.
- Estimular a integração das autoridades com a iniciativa privada no programa de prevenção e redução das fraudes, como forma de combate a essa fonte de financiamento de atividades criminosas.

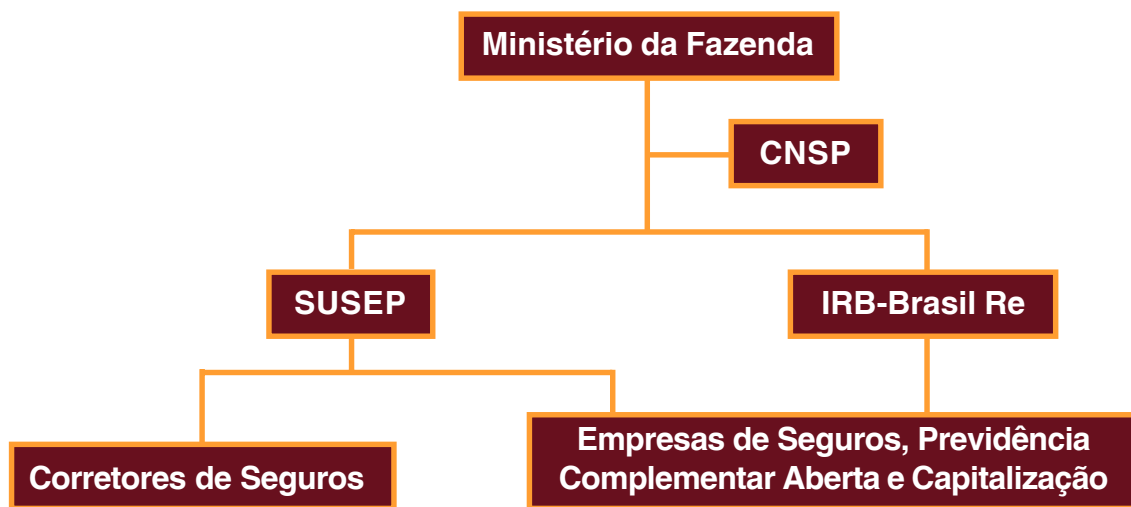
Finalmente, o documento-proposta reafirma o posicionamento do mercado segurador brasileiro frente aos acordos internacionais de comércio exterior, como forma de assegurar a evolução gradativa do processo de negociação do setor de serviços financeiros de seguros, em consonância com os interesses nacionais de formação da poupança doméstica de longo prazo, e preservar a autonomia nacional na capacidade de regulação do setor.



Sistema  
Nacional  
de Seguros  
Privados

Sistema Nacional  
de Seguros Privados





Compete ao Governo Federal formular a política de seguros privados, estabelecer suas normas e fiscalizar as operações no mercado nacional. O Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, alterado pelas Leis nº 9.656/98 e nº 10.190/2001, que rege as operações de seguro, instituiu o Sistema Nacional de Seguros, composto pelo CNSP, SUSEP, IRB-Brasil Re, Sociedades autorizadas a operar em Seguros Privados e Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Complementar e Corretores de Seguros habilitados.

## CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados

Ao CNSP, cabe fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados no Brasil.

### Composição do CNSP

Sua composição foi definida pelo Decreto-lei nº 73/66, sendo posteriormente alterada pela Lei nº 10.190, de 14/02/2001. O CNSP é composto pelo Ministro de Estado da Fazenda, Superintendente da SUSEP e representantes do Ministério da Justiça, Ministério da Previdência e Assistência Social, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

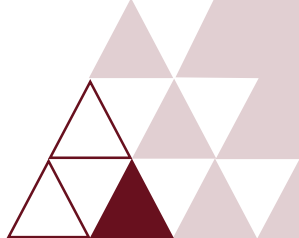
Da competência privativa do CNSP, destacam-se as seguintes atividades:

- Fixar diretrizes e normas da política de seguros privados.
- Regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como a aplicação das penalidades previstas.

- Fixar as características gerais dos contratos de seguro, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro.
- Estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro.
- Conhecer os recursos de decisão da SUSEP e do IRB.
- Prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Complementar e Resseguradores, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações.
- Disciplinar a corretagem do mercado e a profissão de corretor.

## SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

**Superintendente:** Renê de Oliveira Garcia Júnior. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é entidade autárquica, vinculada ao Ministério da Fazenda. Criada pelo Decreto-lei nº 73/66, tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro e jurisdição em todo o território nacional, e é dotada de personalidade jurídica.



ca de direito público e patrimônio próprio. A SUSEP é responsável pela execução da política traçada pelo CNSP, destacando-se em sua missão o desempenho das seguintes atividades:

- Fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP.
- Atuar com o objetivo de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência complementar aberta e de capitalização.
- Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados.
- Promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados, com o objetivo de se obter maior eficiência do Sistema Nacional de Seguros Privados e do Sistema Nacional de Capitalização.
- Promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição, assegurando sua expansão e o funcionamento das entidades que neles operam.
- Zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado.
- Disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas.
- Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades por este delegadas;
- Prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.

## IRB-Brasil Re

**Presidente:** Lídio Duarte

O Instituto de Resseguros do Brasil – IRB-Brasil Re foi criado em 1939, como sociedade de economia mista, com o objetivo de regular o co-seguro, resseguro e retrocessão, além de promover o desenvolvimento das operações de seguro no país. O IRB-Brasil Re entrou em operação um ano depois de sua criação, em 3/4/1940.

Em 21 de agosto de 1996, o Congresso Naci-

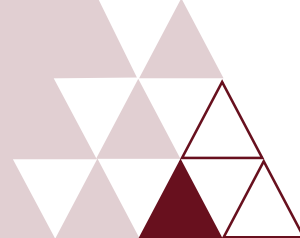
onal aprovou a Emenda Constitucional nº 13, através da qual extinguiu o monopólio de resseguro no Brasil, delegado, até então, exclusivamente ao IRB. Um ano depois, em 17 de junho de 1997, a Medida Provisória nº 1578 transformou o IRB em IRB-Brasil Resseguros S.A., em sociedade por ações, permanecendo como empresa estatal de economia mista, com controle acionário da União. A mesma proporção de 50% de participação para as empresas seguradoras nacionais foi mantida.

Sua privatização faz parte do Programa Nacional de Desestatização (PND), sob comando do BNDES, e foi incluída na carta de intenções do governo brasileiro ao FMI, em novembro de 1998. Em 20 de dezembro de 1999, foi editada a Lei nº 9.932/99, que transferiu as atribuições de controle e fiscalização das atividades de resseguro no país para a SUSEP, viabilizando a privatização do IRB e a conseqüente abertura do mercado de resseguro. Entretanto, em junho de 2000, o Partido dos Trabalhadores – PT ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 2.223-7 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 10 de outubro de 2002, foi julgada a citada ADIn pelo STF, tendo sido deliberado por maioria de votos, pela inconstitucionalidade da Lei. Diante de tal decisão, ficou paralisado o processo de leilão do IRB-Brasil Re e a abertura do mercado de resseguro.

Em 29 de maio de 2003, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 40, que permite a regulamentação do Art. 192, que trata do Sistema Financeiro Nacional, em partes. Diante dessa definição, cada grupo de atividades do Sistema Financeiro Nacional poderá ser regulamentado por Lei Complementar específica.

Em sequência, foi apresentado, em 12/06/2003, na Câmara dos Deputados, Projeto de Lei Complementar nº 55/2003, transferindo as atribuições regulatórias e de fiscalização das operações de resseguro e retrocessão do IRB-Brasil Re para a SUSEP.



## Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar

### Sociedades Seguradoras

O mercado de seguros é operado por sociedades seguradoras constituídas sob a forma de sociedades anônimas, com ações nominativas (Leis nºs 6.404/1976 e 10.303/2001).

As seguradoras recebem autorização para operar nos ramos elementares (não-vida), no ramo vida, ou em ambos. As seguradoras que possuem autorização para operar exclusivamente no ramo vida podem, também, comercializar planos previdenciários, conforme dispõe a Lei Complementar nº 109/2001. Para operar no ramo saúde, as seguradoras devem ser especializadas, conforme disposto na Lei nº 9.656/98.

A autorização para funcionamento é concedida pelo Ministro de Estado da Fazenda, após análise pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), ou pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no caso das sociedades seguradoras especializadas em saúde.

Em 2002, 120 sociedades seguradoras operaram com seguros privados e 13 sociedades seguradoras especializadas operaram com planos privados de assistência à saúde.

### Entidades Abertas de Previdência Complementar

O mercado de previdência complementar aberta é operado por sociedades seguradoras que têm autorização para atuar no ramo vida e por entidades abertas de previdência complementar que devem estar constituídas, em ambos os casos, como sociedades anônimas, com ações nominativas, conforme dispõe a Lei Complementar nº 109/2001. As entidades abertas de previdência complementar constituídas como sociedade civil sem fins lucrativos, em conformidade com a Lei nº 6.435/77, pode-

rão manter a sua organização jurídica. A autorização para funcionamento é concedida pelo Ministro de Estado da Fazenda, após análise pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

A autorização para funcionamento abrange as operações com planos previdenciários, de pecúlio e/ou renda.

No ano de 2002, 41 sociedades seguradoras, com autorização para atuar no ramo vida, operaram planos abertos de previdência complementar. Da mesma forma, 29 entidades abertas de previdência complementar sem fins lucrativos operaram com planos previdenciários.

### Sociedades de Capitalização

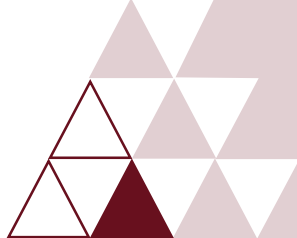
O mercado de capitalização é operado por sociedades de capitalização constituídas sob a forma de sociedades anônimas, com ações nominativas. A autorização para funcionamento é concedida pelo Ministro de Estado da Fazenda, após análise pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Em 2002, 16 sociedades de capitalização comercializaram títulos de capitalização.

## Corretores de Seguros

Os corretores são organizados em sindicatos estaduais, afiliados à FENACOR - Federação Nacional dos Corretores de Seguros. Existem atualmente 59.844 corretores cadastrados ativos, sendo 38.777 pessoas físicas e 21.067 pessoas jurídicas.

O corretor de seguros, pessoa física ou jurídica, é o intermediário autorizado a angariar e promover contratos de seguro entre as sociedades seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, estando habilitado a intermediar seguros dos ramos elementares e de vida e planos de capitalização e de previdência complementar aberta. O exercício da profissão de corretor de seguro depende de prévia habilitação e registro. Essa habilitação é obtida através de Exame para Corretores de Seguros, administrado pela Fundação Escola Nacional de Seguros – Funenseg, conforme



Resolução CNSP nº 45/2000 e Circulares SUSEP nºs 127, 140 e 146, todas de 2000.

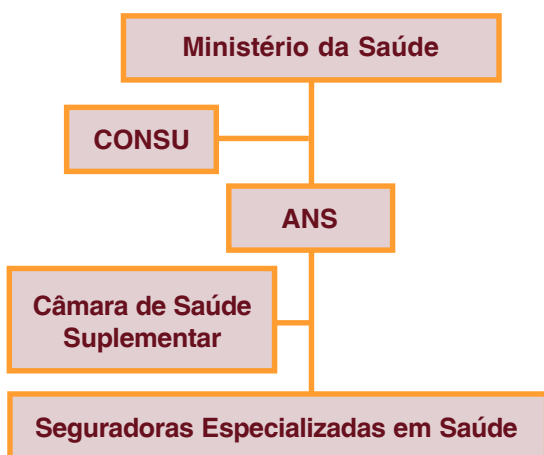
O registro do corretor de seguro de vida, de capitalização e de previdência faz-se por indicação das sociedades seguradoras, de capitalização ou entidades abertas de previdência complementar, dentre candidatos aprovados no exame de habilitação, promovido pela Fundação Escola Nacional de Seguros (Funenseg), ou em provas específicas de avaliação, por disciplina, aplicadas a participantes de cursos de habilitação realizados em consonância com a Resolução CNSP nº 62/2001 e a Circular SUSEP nº 177/2001.

A partir do ano de 2002, foi instituído o recadastramento periódico dos corretores, sendo aplicado aos corretores de seguros e aos corretores de seguro de vida, de capitalização e de previdência, cuja periodicidade será de 3 anos e está regulamentado pelas Circulares SUSEP nºs 202, 207 e 222, todas de 2002.

Fonte *web site* da Fenacor: [www.fenacor.com.br](http://www.fenacor.com.br).

## Saúde Suplementar

A edição da Lei nº 9.656, em 1998, exigiu que as seguradoras que atuassem no segmento do seguro saúde se transformassem em seguradoras especializadas, passando a estar subordinadas a uma nova estrutura de regulação e fiscalização vinculada ao Ministério da Saúde, juntamente com outras modalidades de operadoras de planos de saúde privados.



## CONSU – Conselho de Saúde Suplementar

Criado pela Lei nº 9.656/98, e posteriormente alterado pelo Decreto nº 4.044, de 6 de dezembro de 2001, o CONSU é órgão colegiado integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde, sendo composto pelo Ministro da Justiça - que o preside -, pelo Ministro da Saúde, pelo Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do Presidente da ANS que atua como Secretário das reuniões. O CONSU tem competência para desempenhar as seguintes atividades:

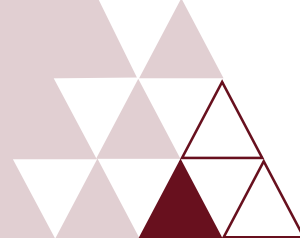
1. Estabelecer e supervisionar a execução de políticas e diretrizes gerais do setor de saúde suplementar.
2. Aprovar o contrato de gestão da ANS.
3. Supervisionar e acompanhar as ações e o funcionamento da ANS.
4. Fixar diretrizes gerais para a constituição, organização, funcionamento e fiscalização das empresas operadoras de produtos de que tratam a Lei nº 9.656/98.
5. Deliberar sobre a criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, de forma a subsidiar as decisões.

## ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar

**Presidente:** Januário Montone

Criada pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a ANS é autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde. Sua missão é promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo, assim, para o desenvolvimento das ações de saúde no país. Entre suas competências, destacam-se as seguintes:

- Propor políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar - CONSU para a regulação do setor de saúde suplementar.
- Estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras.
- Estabelecer normas para ressarcimento ao Sistema Único de Saúde.



- Normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes.
- Definir, para fins de aplicação da Lei nº 9.656, de 1998, a segmentação das operadoras e administradoras de planos privados de assistência à saúde, observando as suas peculiaridades.
- Decidir sobre o estabelecimento de subsegmentações aos tipos de planos definidos nos incisos I a IV do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998.
- Autorizar reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, de acordo com parâmetros e diretrizes gerais fixados conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Saúde.
- Expedir normas e padrões para o envio de informações de natureza econômico-financeira pelas operadoras, com vistas à homologação de reajustes e revisões.
- Fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento.
- Articular-se com os órgãos de defesa do consumidor visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor de serviços privados de assistência à saúde, observado o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## Câmara de Saúde Suplementar

Câmara de caráter consultivo, tem como principal objetivo promover a discussão de temas relevantes para o setor de saúde suplementar no Brasil, além de dar subsídios às decisões do CONSU e da ANS. A Câmara de Saúde Suplementar é integrada pelos seguintes membros:

I - pelo Diretor-Presidente da ANS, ou seu substituto, na qualidade de Presidente;

II- por um diretor da ANS, na qualidade de Secretário;

III - por um representante de cada Ministério a seguir indicado:

- Fazenda.
- Previdência e Assistência Social.
- Trabalho e Emprego.
- Justiça.
- Saúde.

IV - por um representante de cada órgão e entidade a seguir indicado:

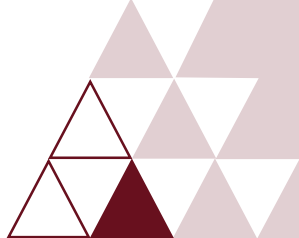
- Conselho Nacional de Saúde.
- Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde.
- Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde.
- Conselho Federal de Medicina.
- Conselho Federal de Odontologia.
- Conselho Federal de Enfermagem.
- Federação Brasileira de Hospitais.
- Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços.
- Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.
- Confederação Nacional da Indústria.
- Confederação Nacional do Comércio.
- Central Única dos Trabalhadores.
- Força Sindical.
- Social Democracia Sindical.

V - por um representante de cada entidade a seguir indicada:

- Defesa do consumidor.
- Associações de consumidores de planos privados de assistência à saúde.
- Segmento de autogestão de assistência à saúde.
- Empresas de medicina de grupo.
- Cooperativas de serviços médicos que atuam na saúde suplementar.
- Empresas de odontologia de grupo.
- Cooperativas de serviços odontológicos que atuam na área de saúde suplementar.
- Entidades de portadores de deficiência e de patologias especiais.
- Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – Fenaseg.

## Seguradoras Especializadas em Saúde

Com a aprovação da Lei nº 9.656/98, que regulamentou o setor de saúde suplementar no Brasil e criou a ANS – Agência Nacional de Saúde e o CONSU – Conselho de Saúde Suplementar, tornou-se necessária a separação das operações de seguro saúde das demais operações das empresas seguradoras, de forma a adaptar tais operações aos requisitos legais, com a clara definição entre as áreas de atuação da ANS e da SUSEP.



As atividades das seguradoras especializadas em saúde foram regulamentadas através da Lei nº 10.185, de 12 de fevereiro de 2001, com prazo até 1/07/2001 para efetivarem a separação das operações, quando passaram a ser formalmente disciplinadas pela ANS e pelo CONSU.

Em 2002, operaram no mercado as seguintes seguradoras especializadas em saúde:

- AGF Saúde S.A.
- Bradesco Saúde S.A.
- BrasilSaúde Companhia de Seguros
- Gralha Azul Saúde S.A.
- HSBC Seguro Saúde S.A.
- Itaúseg Saúde S.A.
- Marítima Saúde Seguros S.A.
- Notre Dame Seguradora S.A.
- Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.
- Salutar Saúde Seguradora S.A.
- Sul América Aetna Seguro Saúde S.A.
- Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A.
- Unimed Seguros Saúde S.A.

## Resseguradoras

No início de 2001, funcionavam no país dezoito escritórios de representação de resseguradoras estrangeiras, que aguardavam a abertura do mercado de resseguro no Brasil. Após um ano, fica-

ram apenas dez empresas, que restringiram seus investimentos locais, quadros técnicos e administrativos. A indefinição quanto ao prazo da abertura do mercado de resseguro vem desestimulando a permanência das empresas no país.

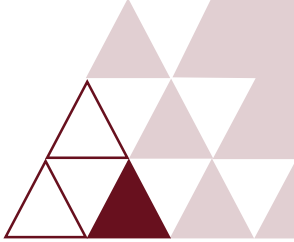
Relação das Resseguradoras que mantêm escritório de representação no país:

<b>Resseguradoras</b>	
1	Allianz América Latina S.C. Ltda
2	Converium Re
3	Employers Re
4	General & Cologne Re
5	Mapfre Re Assessoria Ltda
6	Munchener do Brasil Serviços Técnicos Ltda
7	Scor Brasil
8	Swiss Re Brasil Serviços e Participações Ltda
9	Transatlantic Re
10	XL Latin American Re

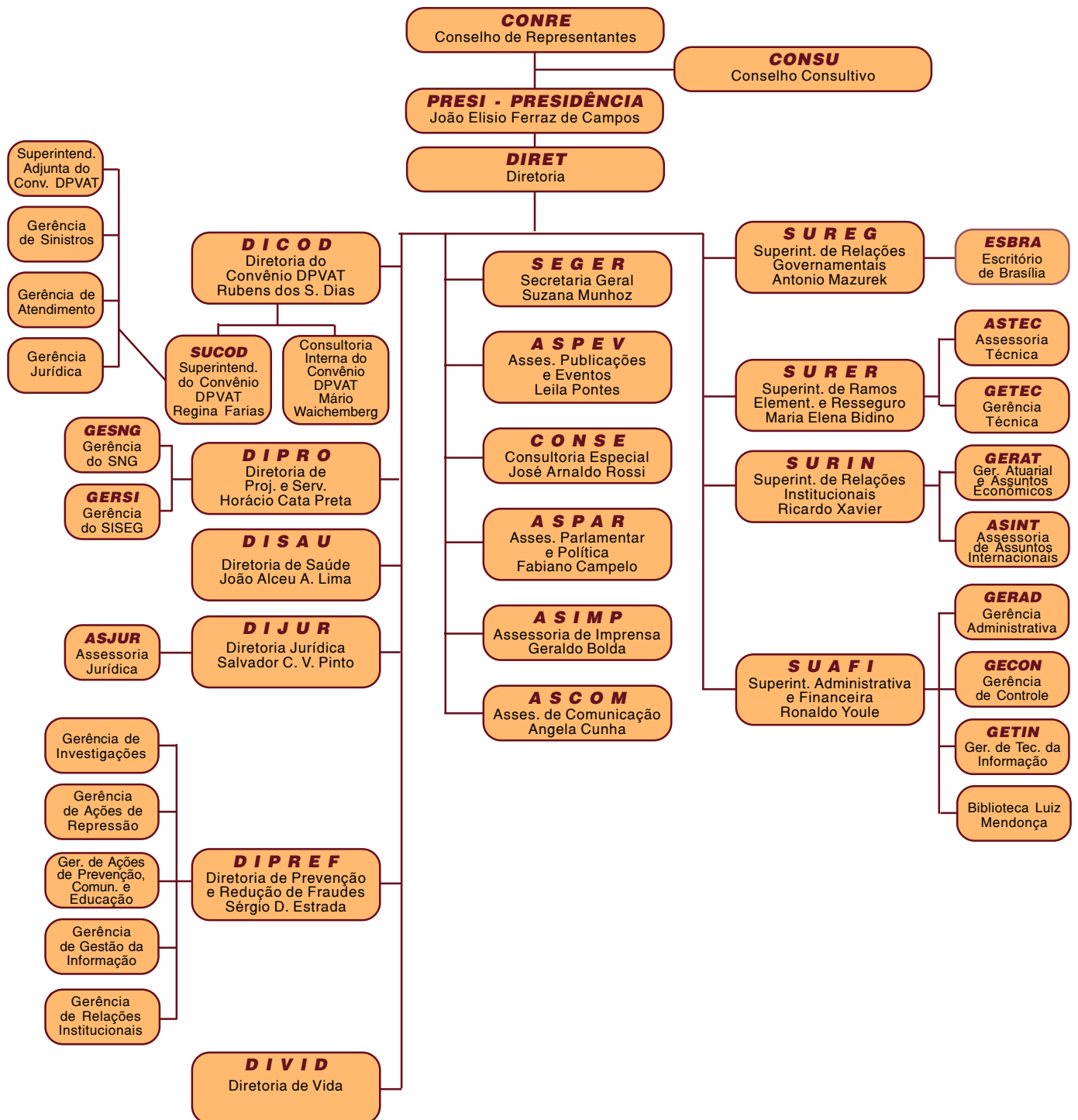


# Fenaseg

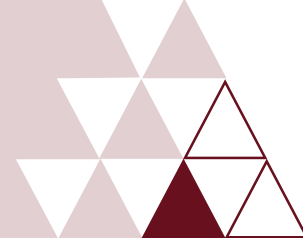
Fenaseg



# Organograma da Fenaseg







A Fenaseg - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, é associação sindical de grau superior, para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal das categorias econômicas do seguro privado, da capitalização e da previdência complementar aberta.

Fundada em 25 de junho de 1951, por assembleia de delegados de cinco sindicatos de seguradoras - Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo -, tem como objetivo promover o desenvolvimento ordenado e eficiente desses mercados, definindo e defendendo seus direitos, e representando politicamente a categoria. Oficialmente reconhecida em 30 de novembro de 1953, seu patrimônio é constituído pelas contribuições das categorias econômicas representadas, contribuições dos sindicatos, e receita financeira ou imobiliária.

A Fenaseg congrega, atualmente, os 8 Sindicatos Regionais de Seguros Privados, estabelecidos nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo; 104 Sociedades Seguradoras, sendo que destas 37 também operam com previdência complementar aberta; 14 Sociedades de Capitalização; e 12 Sociedades Seguradoras Especializadas em Saúde, que representam 98,6% do volume da arrecadação desses mercados.

## Funções Básicas

Com os novos patamares alcançados pela economia nacional, multiplicam-se os campos de atuação onde é exigida a presença, vigilância e atividade, tanto coordenadora quanto representativa, da Fenaseg. Em alinhamento com seu objetivo de promover o desenvolvimento ordenado e eficiente desses mercados, definindo e defendendo seus interesses também, a Fenaseg representa politicamente o setor produtivo que é, hoje, um dos que mais contribuem para o crescimento econômico e social do país.

Para tanto, a Fenaseg atua basicamente tendo em vista as seguintes propostas de ação e objetivos:

- Divulgar e defender as instituições de seguros privados, capitalização e previdência privada.
- Representar perante os Poderes Públicos os interesses das categorias econômicas das suas afiliadas.
- Colaborar com o Governo no estudo, elaboração de leis e soluções relacionadas às respectivas categorias econômicas.
- Promover a conciliação nos dissídios coletivos de trabalho e celebrar contratos e acordos.
- Indicar os representantes das categorias econômicas de suas afiliadas para participação em eventos que tratem de assuntos pertinentes a sua atividade.
- Manter serviços de consultoria e assessoria a suas afiliadas, e desenvolver estudos técnicos e elaboração de propostas concernentes ao interesse do mercado, notadamente no que se refere à desregulamentação do setor e à flexibilização dos monopólios.
- Promover a harmonia de funcionamento entre suas afiliadas, dirimindo as divergências eventualmente surgidas.

## Eventos Seminários 2002

### Março

#### 1. Sistema de Pagamentos Brasileiro

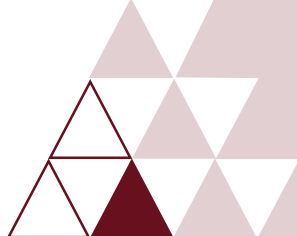
Evento realizado em São Paulo - 25/03/2002, com o lançamento do primeiro Guia Fenaseg – “Sistema de Pagamentos Brasileiro”, com a participação do Banco Central, da Febraban, Andima e Fenaseg.

#### 2. Seminário sobre a Lei nº 9.613, de 03/03/98

Realizado em 12/03/2002, em parceria com o SINCOR (MG) e a Associação Comercial de Minas, para discutir a lei que dispõe sobre crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. O evento foi realizado no auditório da ACMINAS.

#### 3. Ética nos Negócios

Evento realizado em Santa Catarina no dia 12/03/2002, promovido pelo Sindicato das Seguradoras do Estado, tendo como palestrante o Sr. Celestino Roque Secco.



## Abril

### 1. III Encontro Regional dos Juizados Especiais do Paraná

Evento realizado no período de 04 a 06/04/2002 em Foz do Iguaçu.

### 2. I Fórum Jurídico CIEFAS - Auto Gestão

Evento realizado em Brasília no período de 11 a 12/04/2002. Participaram deste evento magistrados, promotores e defensores públicos, executivos do mercado segurador, advogados e estudantes de direito.

### 3. Sistema de Pagamentos Brasileiro

Evento realizado no Rio de Janeiro em 12/04/2002, com o lançamento do primeiro Guia Fenaseg "Sistema de Pagamentos Brasileiro", com a participação da Febraban, Andima e Fenaseg.

### 4. Novo Código Civil - Discussão dos Dispositivos

Evento realizado em Itaipava em 19/04/2002. Encontro do grupo de trabalho, para discussão dos dispositivos do Novo Código Civil e seus impactos no Seguro.

### 5. I Fórum Jurídico do Direito de Seguros Privados

Evento realizado em Brasília, no período de 25 a 26/04/2002.

## Mai

### 1. Avaliação Atuarial

Evento realizado no Rio de Janeiro -13/05/2002 e em São Paulo -17/05/2002, para debates com representantes da SUSEP.

### 2. Sistema de Pagamentos Brasileiro - Aspectos Operacionais

Evento realizado no Rio de Janeiro -14/05/2002, com a participação da KPMG apresentando análises práticas do novo sistema.

### 3. Sistema de Pagamentos Brasileiro

Realizada palestra pelo Sindicato das Seguradoras de Minas Gerais proferida pela Dra. Valéria Áreas Coelho - Economista da ANDIMA. Este evento realizou-se no dia 16/05/2002, em Belo Horizonte.

## Junho

### 1. Fraude no Seguro

Realizado em Belo Horizonte em 04/06/2002 com a palestra do Dr. Paulo Henrique Drumond. Na oportunidade foram empossados os novos integrantes das Comissões Técnicas e Especiais do SESMIG, contando com a participação dos representantes das associadas do Sindicato.

### 2. Ética no Mercado de Seguros

Evento realizado em Santa Catarina no dia 04/06/2002, promovido pelo Sindicato das Seguradoras do Estado, tendo como palestrante o Sr. Henrique Furtado Arruda.

### 3. Novo Código Civil - Dispositivos com Repercussão sobre o Contrato de Seguros

Evento realizado no Rio de Janeiro em 26/06/2002. Análise e debate dos dispositivos com repercussão sobre o Contrato de Seguros, como prescrição e disposições gerais do seguro, seguro de danos e seguro de pessoas.

## Agosto

### 1. Novo Código Civil - Dispositivos com repercussão sobre o Contrato de Seguros

Evento realizado em São Paulo em 02/08/2002. Análise e debate dos dispositivos com repercussão sobre o Contrato de Seguros, como prescrição e disposições gerais do seguro, seguro de danos e seguro de pessoas.

### 2. Lavagem de Dinheiro

Evento realizado em São Paulo no dia 22/08/2002, para debates com representantes da SUSEP.

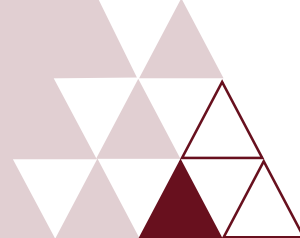
## Setembro

### 1. O Papel do Corretor de Resseguros

Evento realizado no Rio de Janeiro em 17/09/2002. Este evento discutiu o mercado e o corretor de resseguros, tendo com palestrantes: Marcelo Homburger, Carlos Caputo, Paulo Leão de Moura e SUSEP.

### 2. Arbitragem

Evento realizado no Rio de Janeiro em 19/09/2002. Este evento teve a participação do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem e discutiu os Aspectos Jurídicos e a experiência brasileira.



### 3. Seminário Novo Código Civil

Evento realizado em 30/09/2002, em parceria do Sindicato das Seguradoras do Paraná com a Funenseg, em Curitiba. Neste evento foram focos de discussão as alterações no novo Código Civil e seus desdobramentos.

## Outubro

### 1. PBQPH - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat

Evento realizado no Rio de Janeiro em 01/10/2002, com o objetivo de apoiar o esforço de modernidade pela promoção da qualidade e produtividade do setor da construção habitacional, bem como fomentar a garantia de qualidade de materiais, componentes e sistemas construtivos e o desenvolvimento e implantação de instrumentos e mecanismos de garantia da qualidade de projetos e obras.

### 2. Seminário Novo Código Civil

Evento realizado em 01/10/2002, em parceria do Sindicato das Seguradoras de Santa Catarina com a Funenseg, em Curitiba. Neste evento foram focos de discussão as alterações no novo Código Civil e seus desdobramentos.

### 3. Seguro para Operador Portuário

Evento realizado no Rio de Janeiro em 15/10/2002. Discussão da revisão das condições do seguro, com a participação da Brasil Salvage, Munich Re e SUSEP, como prescrição e disposições gerais do seguro, seguro de danos e seguro de pessoas.

### 4. Seguro de Vida e Previdência -Tendências

Realizado em 22/10/2002, com a palestra do Dr. Nilton Molina - Presidente da Icatu-Hartford Seguros S.A. Evento promovido pelo SESMIG.

### 5. Balanço Social

Evento realizado no Rio de Janeiro em 23/10/2002, para lançamento do Balanço Social 2001 do mercado segurador, com a participação do Sr. João Sucupira, do IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas -, que proferiu a palestra sobre a concepção do Balanço Social e sobre o modelo em desenvolvimento no IBASE.

### 6. Fórum Jurídico

Evento realizado no período de 24 a 25/10/2002, em Vila Velha - Espírito Santo. Foram abordados os seguintes assuntos: Fundamentos Técnicos do Direito do Seguro, Saúde, Automóvel, RC Corretor e Código de Defesa do Consumidor, entre outros.

### 7. Ciclo de Palestras

Realizado nos dias 17, 21, 29 e 31/10/2002, resultante da parceria SESMIG, com o Instituto Mineiro de Ensino de Seguros - IMES, destinado a Corretores de Seguros, securitários e alunos dos cursos do IMES sobre os seguintes temas: a) O Seguro do Futuro; b) O Corretor de Seguro no Futuro; c) Implicações do Novo Código Civil nas Atividades de Seguros; d) Como Administrar uma Pequena e Média Corretora de Seguros; e) Gestão Empresarial; f) Gestão Operacional; g) Aspectos Estratégicos de Mercado e as Relações Consumidor/Corretor e Segurador; h) Seguro de Vida e Previdência Privada e i) Seguro de Transportes - Circular nº 178/01 da SUSEP.

### 8. 1º Fórum Nacional de Seguros de Vida e Previdência Privada

Evento realizado em São Paulo de 29 a 31/10/2002. Primeiro grande evento do segmento que obteve um total de 439 participantes, reunindo palestrantes internacionais e diversas entidades do mercado debatendo o crescimento e aspectos técnicos do setor.

## Novembro

### 1. Capitalização

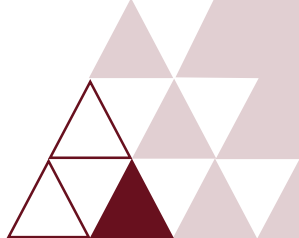
Evento realizado no Rio de Janeiro em 05/11/2002, para lançamento do Livro "Capitalização - Uma história de Prosperidade" do autor Paulo Amador.

### 2. Informática

Evento realizado em São Paulo em 07/11/2002.

### 3. Novo Código Civil - Dispositivos com Repercussão sobre o Contrato de Seguros

Evento realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, em 08 e 09/11/2002, resultante da parceria SESMIG, Associação Comercial de Minas, Centro de Estudos Jurídicos do Tribunal de Alçadas de Minas Gerais e a Fenaseg.



#### 4. Implicações do Novo Código Civil no Contrato de Seguros

Evento realizado em 12/11/2002, no Rio de Janeiro, tendo como principais focos a prescrição e decadência.

#### 5. Seminário Novo Código Civil

Evento realizado em diversos Estados e em parceria com os Sindicatos das Seguradoras locais, tendo como foco de discussão as alterações no novo Código Civil e seus desdobramentos. Locais e datas de realização respectivamente: Recife em 22/11/2002 e 29/11/2002 - Salvador em 28/11/2002.

#### 6. Seminário de Riscos Ambientais

Evento realizado em 27/11/2002, no Rio de Janeiro. O foco das discussões foi a proposta de seguro de riscos ambientais, tendo como palestrantes: Santi Cianci, Francisco Pinho e representante do Ministério do Meio Ambiente.

#### 7. Vistoria Prévia

Evento realizado no Rio de Janeiro em 27/11/2002.

#### 8. Capitalização - A Atividade de Fiscalização da SUSEP

Evento realizado em São Paulo em 29/11/2002.

### Seminários 2003 (até junho)

#### Fevereiro

##### 1. Lançamento Guia Fenaseg “Lavagem de Dinheiro”

Evento realizado em 06/02/2003 no Rio de Janeiro. O guia contém esclarecimentos ao mercado segurador a respeito de procedimentos a serem adotados para coibir o crime de lavagem de dinheiro - Circular Susep 200/02. Na ocasião do lançamento foi proferida palestra pelo Embaixador Marcos Caramuru de Paiva - Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda - COAF.

##### 2. Avaliação Atuarial

Série de eventos realizados em três Estados: Rio de Janeiro (12/02/2003), São Paulo (13/02/2003) e Porto Alegre (25/02/2003), teve como objetivo o

compartilhamento das experiências das empresas e dos problemas verificados nas análises realizadas, tendo como palestrantes Danilo Silva e analistas da gerência de reservas da SUSEP. Os eventos de São Paulo e Porto Alegre contaram com a parceria dos Sindicatos das Seguradoras dos Estados.

#### Março

##### 1. Lançamento Guia Fenaseg “Novo Código Civil”

Série de eventos realizados em diversos Estados e em parceria com os Sindicatos das Seguradoras locais. Este guia foi resultado de amplo debate e pesquisas sobre as repercussões das mudanças do Novo Código Civil nas operações de seguros, previdência privada e capitalização. Locais e datas de realização respectivamente: Rio de Janeiro -12/03/2003. Na ocasião foi proferida palestra pelo Desembargador Sylvio Capanema, Pernambuco -17/03/2003, Ceará -18/03/2003 e Minas Gerais no dia 24/03/2003.

##### 2. Cenários do Mercado Segurador Brasileiro

Evento realizado em Pernambuco e Ceará, 17 e 18/03/2003, respectivamente. Realizado pelo Sindicato das Seguradoras de Pernambuco, teve como palestrante o Prof. Claudio Contador, da Funenseg.

#### Abril

##### 1. Gerenciamento em Saúde

Evento realizado em Curitiba, no dia 01/04/2003, promovido pelo Sindicato das Seguradoras do Estado em parceria com a Comissão de Saúde.

##### 2. Lançamento Guia Fenaseg “Novo Código Civil”

Série de eventos realizados em diversos Estados e em parceria com os Sindicatos das Seguradoras locais. Locais e datas de realização respectivamente: em São Paulo - 02/04/2003, Bahia - 10/04/2003, Porto Alegre - 10/04/2003 e Paraná - 28/04/2003.

##### 3. Modelos de Precificação

Realizado no Rio de Janeiro em 16/04/2003. Nes-

te evento foram discutidas a teoria do risco, as etapas envolvidas no processo de tarifação e as principais técnicas utilizadas e tivemos como palestrante o Prof. Paulo Pereira Ferreira.

#### **4. Apresentação do SINIVEM - Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento**

Evento realizado em Curitiba, no dia 28/04/2003, promovido pelo Sindicato das Seguradoras do Estado, teve como objetivo exemplificar a operação do sistema ao mercado segurador paranaense.

#### **5. Contratação Eletrônica**

Evento realizado em 29/04/2003, no Rio de Janeiro, com o objetivo de debater as novas formas de comercialização do seguro. Teve como palestrantes o Presidente do Instituto Brasileiro de Tecnologia da Informação, Dr. Sergio Amadeu, e os advogados Dr. Gilberto Martins de Almeida e Dr. José Henrique Moreira Lima.

### **Maio**

#### **1. Relações de Trabalho no Governo Lula**

Evento realizado em 13/05/2003, no Rio de Janeiro, teve como objetivo debater as possíveis mudanças nas relações de trabalho nos próximos anos. Na ocasião foi proferida palestra pelo Prof. José Pastore.

#### **2. Banco de Dados Conceitual**

Evento realizado no Rio de Janeiro e São Paulo, nos dias 22 e 27/05/2003, respectivamente. Este evento buscou validar do projeto de bancos de dados conceitual.

#### **3. Simpósio Jurídico “O Novo Código Civil e os Contratos de Seguros”**

Evento realizado em Salvador, no período de 22 a 24/05/2003, em parceria com a AJFE / CJF e Comissão Jurídica da Fenaseg.

### **Junho**

#### **1. Seguro de Crédito e Seguro Garantia**

Evento realizado em Recife, no dia 02/06/2003, promovido pelo Sindicato das Seguradoras do Estado.

#### **2. Resseguro - Mercado Nacional e Internacional**

Evento realizado em Recife, no dia 02/06/2003, promovido pelo Sindicato das Seguradoras do Estado. Na ocasião foi realizada homenagem ao novo Presidente do IRB, o Sr. Lídio Duarte.

#### **3. Auto-Regulação das Empresas de Seguros**

Evento realizado em 05/06/2003, no Rio de Janeiro. Oportunidade para o mercado conhecer a visão do novo Superintendente da Susep e debater modelos e experiências, face à necessidade de mecanismos de auto-regulação para o mercado de seguros. O evento teve como palestrantes o Sr. René Garcia, Superintendente da Susep, o Sr. Manoel Póvoas e o Dr. Nelson Eizirik.

#### **4. Scoring na Precificação de Seguros**

Evento realizado em 18/06/2003, no Rio de Janeiro, teve como objetivo mostrar como a utilização do scoring pode contribuir na precificação dos seguros de automóveis. Na ocasião foi proferida palestra pelo Sr. Lusane Baia - Equifax e pelo Sr. Ricardo Loureiro - Serasa.

#### **5. Fórum com os Ministros do Superior Tribunal de Justiça - STJ e Ministro do Supremo**

Evento realizado em São Lourenço, no período 21 a 22/06/2003.



# Atividades da Fenaseg

Atividades da Fenaseg

## Comissões Técnicas

As Comissões Técnicas, compostas por profissionais das diversas companhias de seguro, previdência e capitalização, são órgãos especializados de assessoria da Fenaseg e suas afiliadas.

São funções das Comissões Técnicas:

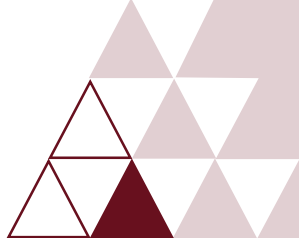
- Avaliar o impacto das regulamentações publicadas, apresentando recomendações de procedimentos.
- Apreciar matéria e desenvolver estudos de natureza técnica nos diversos ramos de seguro.
- Atender a consultas formuladas pelas seguradoras e outras entidades.

- Submeter à Diretoria ações que atendam aos interesses do mercado.
- Indicar representantes para participar de eventos e reuniões sobre temas pertinentes ao seu âmbito de atuação.

Em função da relevância dos trabalhos realizados pelas Comissões Técnicas, vem crescendo o interesse das seguradoras em participar desses fóruns, que já contam com cerca de 540 profissionais. Em 2002, conforme quadro a seguir, foram realizadas na Fenaseg 155 reuniões em 21 comissões, que discutiram e analisaram 392 assuntos.

### Estatísticas - 2002

Nome	Número de Reuniões	Número de Membros	Número de Convidados	Total de Participantes	Assuntos Tratados
Comissão de Administração e Finanças	12	17	19	36	81
Comissão Atuarial	07	29	0	29	17
Comissão de Assuntos Estratégicos	05	18	02	20	05
Comissão de Assuntos Jurídicos	04	21	42	63	42
Comissão de Arbitragem	02	14	02	16	06
Comissão de Capitalização	11	12	03	15	11
Comissão de Coordenação Geral	05	18	04	22	08
Comissão de Medicina do Seguro	02	09	04	13	02
Comissão de Previdência Privada e Vida	08	17	10	27	09
Comissão de Recursos Humanos	05	17	01	18	0
Comissão de Resseguro	01	19	07	26	04
Comissão de Riscos de Crédito	04	16	02	18	09
Comissão de Riscos Patrimoniais	08	20	07	27	10
Comissão de Seguro Automóvel	12	21	10	31	54
Comissão de Seguro Habitacional	08	13	06	19	04
Comissão de Seguro de Respons. Civil	07	17	08	25	09
Comissão de Seguro Rural	04	12	17	29	04
Comissão de Seguro Saúde	12	15	11	26	66
Comissão de Seguro Transportes	08	13	06	19	09
Comissão de Sinistros	12	23	07	30	35
Comissão de Tecnologia da Informação	10	26	05	31	07
<b>TOTAL</b>	<b>155</b>	<b>367</b>	<b>173</b>	<b>540</b>	<b>392</b>



## Cada Comissão Técnica é representada na diretoria da Fenaseg por um diretor-mentor.

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**Presidente:** Luiz Pereira de Souza  
Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.  
**Mentor:** Renato Campos Martins Filho  
Cia. de Seguros Minas Brasil

### COMISSÃO DE ARBITRAGEM

**Presidente:** José Américo Peón de Sá  
Áurea Seguros S.A.  
**Mentor:** Suzana Munhoz da Rocha  
Fenaseg

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

**Presidente:** Julio de Souza Avellar Neto  
Sul América Cia. Nacional de Seguros.  
**Mentor:** João Elisio Ferraz de Campos  
Fenaseg

### COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

**Presidente:** Ricardo Bechara Santos  
Sul América Cia. Nacional de Seguros  
**Mentor:** Salvador Cícero Velloso Pinto  
Fenaseg

### COMISSÃO ATUARIAL

**Presidente:** Sinval Chaves de Oliveira  
Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros  
**Mentor:** Renato Campos Martins Filho  
Cia. de Seguros Minas Brasil

### COMISSÃO DE CAPITALIZAÇÃO

**Presidente:** Rita de Cássia R. Batista Moço  
Bradesco Capitalização S.A.  
**Mentor:** José Ismar Alves Tôres  
Brasilcap Capitalização S.A.

### COMISSÃO DE COORDENAÇÃO GERAL

**Presidente:** Jacques Bergman  
Itaú Seguros S.A.  
**Mentor:** João Elisio Ferraz de Campos  
Fenaseg

### COMISSÃO DE MEDICINA DO SEGURO

**Presidente:** Paulo Cesar Tourinho  
Caixa Seguros  
**Mentor:** Horácio L. N. Cata Preta  
Fenaseg

### COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E VIDA

**Presidente:** Renato Russo  
Sul América Cia. Nacional de Seguros  
**Mentor:** Nilton Molina  
Icatu Hartford Seguros S.A.

### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

**Presidente:** Maria Helena Monteiro  
Sul América Cia. Nacional de Seguros  
**Mentor:** Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo  
Sul América Cia. Nacional de Seguros

### COMISSÃO DE RESSEGURO

**Presidente:** Marcus Viana Clementino  
Sul América Cia. Nacional de Seguros  
**Mentor:** Olavo Egydio Setúbal Júnior  
Itaú Seguros S.A.

### COMISSÃO DE RISCOS DE CRÉDITO

**Presidente e mentor:** João Gilberto Possiede  
J. Malucelli Seguradora S.A.

### COMISSÃO DE RISCOS PATRIMONIAIS

**Presidente:** Matias Antonio Romano d'Ávila  
Liberty Paulista  
**Mentor:** Paulo Miguel Marraccini  
AGF Brasil Seguros S.A.

### COMISSÃO DE SEGURO AUTOMÓVEL

**Presidente:** Luiz Alberto Pomarole  
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais  
**Mentor:** Casimiro Blanco Gomez  
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

### COMISSÃO DE SEGURO HABITACIONAL

**Presidente:** Álvaro Arantes Sobrinho  
Caixa Seguradora S.A.  
**Mentor:** Mauro César Batista  
Seguradora Roma S.A.

### COMISSÃO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

**Presidente e mentor:** Santi Cianci  
Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros

### COMISSÃO DE SEGURO SAÚDE

**Presidente e mentor:** Luiz Tavares Pereira Filho  
Bradesco Seguros S.A.

### COMISSÃO DE SINISTROS

**Presidente:** Nelson Peixoto  
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais  
**Mentor:** Maurício Accioly Neves  
Real Previdência e Seguros

### COMISSÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**Presidente e mentor:** Horácio L. N. Cata Preta  
Fenaseg

### COMISSÃO DE SEGURO TRANSPORTES

**Presidente:** Arlindo da Conceição Simões Filho  
AGF Brasil Seguros S.A.  
**Mentor:** César Jorge Saad  
Unibanco AIG Seguros S.A.

### COMISSÃO DE SEGURO RURAL

**Presidente:** José Américo Peón de Sá  
Áurea Seguros S.A.  
**Mentor:** Maria Elena Bidino  
Fenaseg



## Grupos de Trabalho

### 1. Operadores Portuários

**Coordenadora:** Cicely Borgerth Sette  
Consultora

Além de representantes das seguradoras, congrega participantes da SUSEP, resseguradores, corretores e liquidadores de sinistros, com objetivo de elaborar novas condições do seguro para operadores portuários.

### 2. Seguro de Acidentes do Trabalho

**Coordenador:** Oswaldo Mário de Azevedo  
Sul América Cia. Nacional de Seguros  
Grupo composto por representantes de várias seguradoras e resseguradores com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação do SAT. A proposta foi apresentada ao Ministério da Previdência e à SUSEP.

### 3. Contadores da Capitalização

**Coordenador:** João Guarda Filho  
Liderança Capitalização S.A.  
Composto por contadores que atuam nas empresas de capitalização e que realizam estudos no sentido da adequação do Plano de Contas e dos FIP's às operações de capitalização. O coordenador do GT também participa da Comissão de Administração e Finanças da Fenaseg e da Comissão Contábil da SUSEP.

### 4. Grupo de Trabalho para Estudo do VGBL

**Coordenador:** Ronald Kaufmann  
Sul América Cia. Nacional de Seguros  
Constituído com a finalidade de elaborar proposta para reformulação de Seguro de Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, de forma a viabilizar sua comercialização através de distintos canais.

### 5. Lavagem de Dinheiro

**Coordenador:** Ricardo de Sá Acatauassú Xavier Fenaseg  
Grupo composto por representantes dos diversos segmentos das atividades de seguros, previdência e capitalização, tendo por objetivo analisar os impactos decorrentes da aplicação das normas de combate a lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98 e Circular SUSEP nº 181/02) no processo

operacional e de comercialização dos produtos. O trabalho foi desenvolvido através de um processo de interação com a SUSEP e com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, tendo como resultado uma revisão da norma vigente e a edição da Circular SUSEP nº 200/2002. Após a conclusão do processo de revisão, o grupo elaborou um guia informativo ao mercado segurador sobre os procedimentos a serem observados pelas empresas para o combate a lavagem de dinheiro, editado pela Fenaseg.

### 6. Investimentos de Vida e Previdência

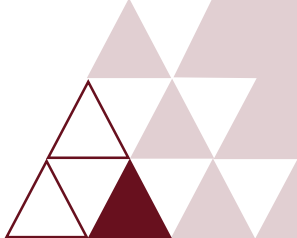
**Coordenador:** Helio Flausino Gonçalves (Flagon)  
Brasilprev  
Grupo composto por integrantes das Comissões de Administração e Finanças e de Previdência Privada e Vida, tendo por finalidade o desenvolvimento de estudos diretamente relacionados com as modalidades de investimentos dos recursos das carteiras dos produtos de vida com acumulação financeira e dos produtos previdenciários.

### 7. ALCA e OMC

**Coordenador:** José Américo Peón de Sá  
Áurea Seguros S.A.  
Tem por finalidade acompanhar as tratativas e negociações comerciais de serviços financeiros no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA e na Organização Mundial do Comércio – OMC.

### 8. Fraudes

**Coordenador:** Julio de Souza Avellar Neto  
Sul América Cia. Nacional de Seguros  
Foi contratada consultoria externa com o objetivo de apresentar diagnóstico da situação da fraude no mercado segurador brasileiro. A consultoria teve como missão avaliar os modelos adotados em outros países, visando identificar as melhores práticas de combate às fraudes; definir metodologia para mensuração das fraudes nas operações e elaborar projeto de combate às fraudes, contemplando os bancos de dados com informações fornecidas pelas seguradoras, serviço de investigação e denúncia às autoridades policiais, implementação de serviços de disque-denúncia, campanhas de esclarecimento aos segurados e à população em geral e captação de recursos (funding) necessários para a implementação do projeto.



A Diretoria de Fraude, criada em 2003, absorveu este grupo de trabalho.

### 9. Comitê Permanente de Assuntos Institucionais

**Coordenador:** Salvador Cícero Velloso Pinto  
Fenaseg

Tem como finalidade analisar, discutir e definir as estratégias e acompanhamento dos Projetos de Lei (PL) e demais normas que dizem respeito ao Mercado.

### 10. Comitê de Comunicação

**Coordenador:** Geraldo Bolda  
Fenaseg

Tem como objetivo discutir e sugerir as estratégias de comunicação que devem ser adotadas para incrementar o relacionamento da Fenaseg com o mercado segurador e com a opinião pública.

## Grupos de Trabalho Coordenados pelo Presidente

### 1. Assuntos Conjuntos com a SUSEP

**Objetivo:** Assuntos de interesse comum, relativos às novas propostas da SUSEP, como auto-regulação, desregulamentação, guia de direitos e deveres para o segurado, modelo para análise de riscos, seguro para baixa renda, cláusula de arbitragem, participação da Fenaseg nos comitês da SUSEP etc.

### 2. Comissão Especial sobre a Reforma da Previdência

**Objetivo:** Definir procedimentos a serem adotados sobre a proposta de Reforma da Previdência encaminhada pelo Governo, notadamente sobre os Fundos de Pensão, com a participação da ANAPP. Também estão sendo tratados assuntos como tipificação de produtos e o trabalho da FIPE, sobre os impactos da Reforma no custo das folhas de salário.

### 3. Sistemas de Distribuição

Fenaseg / FENACOR

**Objetivo:** Analisar e encaminhar assuntos de interesse comum às duas entidades.

### 4. Regulamentação do Art. 192 - Mercado Segurador (grupo de trabalho em formação)

Fenaseg / FENACOR / ANAPP

**Objetivo:** Tratar das mudanças na legislação de seguros.

## Estudos e Pesquisas Técnicas

### Pesquisa sobre Reforma da Previdência

Encomendada pela Fenaseg, a FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP - está desenvolvendo a pesquisa "Reforma da Previdência para a inclusão social e promoção da igualdade". A equipe de pesquisadores, coordenada pelo Prof. Helio Zylberstajn, vai analisar os impactos fiscais da Reforma proposta pelo Governo, e a consequência da desoneração da folha de salários no custo da formalização. O trabalho será encaminhado ao Ministério da Previdência Social.

### Informações Estatísticas do Mercado Segurador

A coleta de informações e a análise qualitativa dos dados obtidos são fundamentais para o conhecimento do potencial do nosso mercado, sendo também importantes para estudos de adequação das tarifas, para a modernização administrativa, a redução de gastos, a divulgação do setor etc.

Nesse sentido, a Fenaseg desenvolveu um Sistema de Informações Estatísticas – SEGDATA, que consiste em um banco de dados estruturado para receber e armazenar as informações recebidas das empresas através dos Formulários de Informações Periódicas (FIP), bem como do Sistema de Estatísticas da SUSEP – SES e dos Boletins Estatísticos da ANS e, ainda, um sistema de processamento de consultas às principais contas das operações de seguros, previdência complementar aberta e capitalização. O Sistema permite formar planilhas e gráficos de fácil manuseio e visualização.

Através do SEGDATA, a Fenaseg está habilitada a processar e produzir informações estatísticas de interesse do mercado segurador com rapidez, segurança, precisão e confiabilidade.

Além dos trabalhos de consolidação dos dados fornecidos pela SUSEP e ANS, e divulgação ao mercado por Circulares e *home page*, a Fenaseg produz relatórios estatísticos do mercado, através de contrato de prestação de serviços firmado com G. Tagliavini Consultoria Financeira e Empresarial Ltda., que contempla:

(1) **Relatório de Atividades do Mercado Segurador**, mensalmente, com informações das carteiras e

agregados da conta econômica e situação patrimonial do mercado, incluindo dados e comentários sobre margem de contribuição, rentabilidade, liquidez, solidez e outros.

(2) Informações Estatísticas do Mercado Segurador para o **Informe Fenaseg** que, a partir da série histórica desde 1993, apresenta relatórios e comentários sobre dados de carteira, conta econômica, alavancagem, rentabilidade da produção, aplicações e investimentos, estrutura da situação patrimonial etc.

(3) **Balço Social do Mercado Segurador.**

São também desenvolvidos trabalhos específicos para a Comissão de Automóveis da Fenaseg, através da Coleta de informações Periódicas junto às seguradoras (mensal e anual), com a finalidade de acompanhamento de tendências regionais de sinistros da carteira e referenciais de custos de sinistros.

### FIPE – Tabela de Valor de Mercado de Automóvel

A Fenaseg e a FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, celebraram convênio em 2000, com objetivo de a FIPE elaborar, mensalmente, tabela com valores médios de veículos automotores e cessão de uso eletrônico pelo mercado segurador e outros segmentos afins.

### Recodificação de Ramos

A Resolução CNSP nº 86, de 03 de setembro de 2002, oficializou a nova codificação de ramos, mantida com dois dígitos até dezembro de 2004, com exceção do plano de contas, onde o código de ramo já deverá conter quatro dígitos a partir de janeiro de 2003, devendo ter os dois primeiros dígitos preenchidos com “00” ou com o código do grupo, a critério de cada seguradora.

O código de ramo usado nos relatórios para a SUSEP, arquivos DBF, FIP e livros fiscais só poderá apresentar quatro dígitos a partir de janeiro de 2005. A partir dessa data o código do grupo fará parte da chave identificadora do ramo, isto é, o código do ramo será composto por quatro dígitos.

A SUSEP ressaltou que o “código do grupo” é apenas uma classificação do ramo e não uma identificação.

### Seguro de Responsabilidade Civil para Distribuidoras de Derivados de Petróleo

Visando atender o pleito da Agência Nacional do Petróleo – ANP, a Fenaseg constituiu grupo de trabalho para estudar a minuta de Portaria que estabelece os requisitos para o ingresso à atividade de distribuição de combustíveis e regulamenta seu exercício, sobretudo no que tange ao artigo 2º, que instituiu como pré-requisito para o desempenho da atividade a existência de apólice de seguro de Responsabilidade Civil, em caráter permanente.

Após inúmeras reuniões o GT, apoiado pela SUSEP, elaborou as condições do seguro de R.C., à base de reclamações, encaminhando o assunto à Comissão de Responsabilidade Civil para análise e ajustes finais no clausulado.

A Comissão de R.C. finalizou o trabalho e o enviou à ANP no mês de dezembro de 2002.

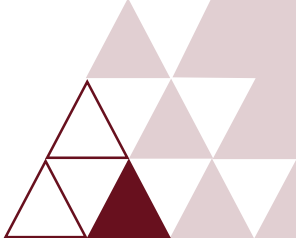
### Apólice à Base de Reclamações - Claims Made

O tema em referência vem sendo debatido pela Fenaseg desde a expedição da Portaria SDE nº 03, de 15 de março de 2001, que considerou abusiva a cláusula “Claims Made”, mais precisamente para contratos de pessoas físicas.

Com o objetivo de eliminar as discussões em torno do tema, a Fenaseg, através da Comissão de Responsabilidade Civil, após ouvir à Comissão de Assuntos Jurídicos, encaminhou proposta de minuta de Circular que foi remetida à SUSEP no mês de dezembro de 2002. Com base no Novo Código Civil, a Fenaseg atualizou sua proposta, submetendo à SUSEP em abril de 2003.

### Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB

Com o anúncio da entrada em vigor do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, foi constituída Subcomissão no âmbito da Comissão de Administração e Finanças com a finalidade de analisar as mudanças que seriam introduzidas com o novo SPB na rotina das empresas do mercado segurador e nas relações com os integrantes da cadeia de pagamentos (segurado, corretor, banco).



Foram realizadas reuniões com representantes do Banco Central e da FEBRABAN, tendo sido desenvolvidas informações específicas, complementares e padronizadas, que foram contempladas no Catálogo de Mensagens do novo SPB, de forma a identificar com precisão e segurança os pagamentos das empresas por meio de transferência eletrônica (TED).

A Subcomissão elaborou um Guia com esclarecimentos e orientações ao Mercado Segurador sobre o novo Sistema de Pagamentos Brasileiro.

### **Norma de Aplicação dos Ativos Garantidores das Provisões Técnicas**

#### **Critérios para Avaliação e Registro Contábil de Títulos e Valores Mobiliários**

A Diretoria da Fenaseg constituiu comissão especial, integrada por membros da Comissão de Administração e Finanças, para analisar e discutir minuta de resolução elaborada pela SUSEP, a ser encaminhada ao Conselho Monetário Nacional – CMN, revendo as regras de aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização estabelecidas na Resolução CMN nº 2.286/96.

O trabalho foi desenvolvido em conjunto com a ANAPP, tendo sido contratada a KPMG Auditores Independentes para dar suporte de consultoria, após pesquisa no mercado. A Comissão desenvolveu contraproposta contemplando, inclusive, uma avaliação das práticas internacionais de regulação que foi encaminhada a SUSEP e, posteriormente, ao Banco Central.

Foi editada a Resolução CMN nº 3.034, em 2002, dispondo sobre a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, bem como a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores.

Durante as discussões das normas de aplicação dos ativos garantidores, também foi apresentada

à SUSEP a necessidade de revisão dos critérios para avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários, de forma a introduzir o critério de “*marcação a mercado*”, mais moderno, transparente e alinhado com o adotado pelos demais integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Foi desenvolvido um trabalho conjunto com a SUSEP, tendo como resultante a edição da Circular SUSEP nº 192/2002.

Foram efetuadas gestões junto à Receita Federal e, posteriormente, junto ao Congresso Nacional, para inclusão na Medida Provisória nº 66, de 28/08/2002, denominada *mini reforma tributária*, posteriormente convertida na Lei nº 10.637, de 30/12/2002, sobre a possibilidade de diferimento dos efeitos da marcação a mercado na apuração do lucro real das empresas e da base do cálculo da CSSL, PIS e COFINS.

### **Margem de Solvência**

A SUSEP elaborou minuta de Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, visando a revisão nos critérios de cálculo da margem de solvência das operações de seguros, a instituição de critério de apuração da margem de solvência das operações de previdência, capitalização e do seguro de vida em regime de capitalização e, ainda, revisão na apuração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA). Para acompanhamento e discussão do assunto, foi constituído grupo integrado por membros da Comissão de Administração e Finanças e de Capitalização.

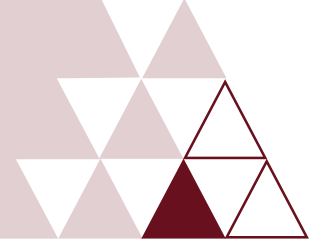
O resultado do trabalho, após diversas reuniões internas da Fenaseg e apresentação das considerações do mercado à SUSEP, foi a edição da Resolução CNSP nº 085, de 19/08/2002, revisando o critério de apuração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA).

## **Relações e Negociações Internacionais**

### **Negociações Internacionais**

#### **MERCOSUL**

A Fenaseg é representada nas negociações do



Mercosul através do Comitê Brasileiro de Mercoseguros, coordenado pelo Dr. Miguel Junqueira Pereira, Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado do Rio Grande do Sul e Diretor da Cia de Seguros Previdência do Sul. Com participação nas diversas reuniões promovidas pelos organismos oficiais encarregados das negociações no Mercosul, o Comitê Brasileiro de Mercoseguros, tem contribuído para fundamentar a elaboração de projetos que visam instaurar o mercado único de seguros do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Em 2002, as negociações na Comissão de Seguros (CS) do Mercosul abrangeram propostas de modificações para o já aprovado Acordo Marco sobre Condições de Acesso e para o projeto de Acordo sobre Condições Básicas de Exercício, ambos propostos pela Seção Brasileira da CS. Quanto às Condições de Acesso; a principal modificação em discussão diz respeito ao capital de acesso; para as Condições de Exercício as propostas visam imprimir flexibilidade ao acordo, bem como assegurar aderência aos princípios internacionais de supervisão e controle emanados da Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS. Foi constituída a Subcomissão de Resseguro, que também sugeriu a inclusão de definições sobre cláusulas de insolvência e de foro, nas Condições de Exercício, bem como deu início à discussão visando ao estabelecimento das condições de acesso e exercício para as operações de resseguro.

Através do Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul, a Fenaseg acompanhou os entendimentos entre o Mercosul e a União Européia. Manifestou opinião sobre aspectos relativos à estrutura de negociações para o setor de serviços financeiros, propondo que fossem desenvolvidas a partir de listas positivas, a exemplo do modelo adotado na Organização Mundial do Comércio – OMC.

Além disso, o Comitê Brasileiro expôs nesses organismos do Mercosul a preocupação da Fenaseg com relação ao crescimento da fraude, do roubo e furto de veículos, sugerindo que

fossem elevadas ao Grupo de Mercado Comum - GMC - foro superior do Mercosul - recomendações no sentido de serem envidados esforços com vistas a tornar efetivos os instrumentos já firmados entre os países do Mercosul, Bolívia e Chile, para o combate a essas ações ilícitas, colocando em prática o mecanismo de intercâmbio de informação, de forma a permitir a implantação do Registro Comum de Veículos Automotores do Mercosul, Bolívia e Chile.

A Comissão de Transportes do Mercosul submeteu à apreciação do grupo “Ad-hoc” a limitação do seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Internacional de Passageiro por via Terrestre. A proposta de os transportadores contratarem apólices de seguro adicionais a segundo risco ainda depende de prévia análise em relação à inexistência de impedimentos legais no Brasil.

#### **ALCA/OMC**

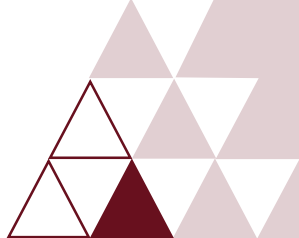
A Fenaseg criou Grupo de Trabalho para acompanhamento das negociações internacionais no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA e da Organização Mundial do Comércio - OMC, relacionados a serviços financeiros. O acompanhamento das negociações se dá através das participações nas reuniões do Grupo Interministerial de Comércio Internacional – Subsetor de Serviços (GICI-SV) do Ministério das Relações Exteriores, da participação na Coalizão Empresarial Brasileira, coordenada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI e no Grupo de Estudo sobre Serviços Financeiros organizado pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

Estes foros reúnem Governo e organizações empresariais, tendo por objetivo aprofundar estudo das negociações e, mediante recomendações, contribuir na elaboração de propostas negociadoras.

### **Relações Internacionais**

#### **FIDES – Federação Interamericana de Empresas de Seguros**

A filiação da Fenaseg a essa entidade data de 1948, quando foi fundada na II Conferência



Hemisférica de Seguros, para a qual contribuiu ao presidir reunião do precursor Comitê de Seguros, no Rio de Janeiro, em 1947, quando foi confirmada a Secretaria Permanente no México, sede da mencionada Conferência.

Tem sido intensa a atuação da FIDES e, do mesmo modo, a participação da Fenaseg, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades, além de responder pela 3ª Vice-Presidência e Presidência da Comissão Regional do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile), através de representação do Dr. Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo, Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro e Vice-Presidente da Sul América Seguros.

A FIDES agrupa as entidades representativas das empresas de seguros privados das Américas e da Península Ibérica. Recentemente foi aprovado o ingresso da Associação Portuguesa de Seguradores, como Membro Ativo, e do Instituto de Estudos e Investigação de Seguro da América Central, Panamá e Caribe, como Membro Aderente.

#### **IAIS – Associação Internacional de Supervisores de Seguros**

A IAIS agrega, como Membros Ativos, as autoridades supervisoras de seguros de mais de 100 países, dentre elas a SUSEP. Uma de suas funções é fixar princípios e normas internacionais para supervisão da atividade seguradora, que orientarão o desenvolvimento dos sistemas de controle dessas autoridades. Dezenas de empresas e organizações representantes dos setores de seguros, resseguros e financeiro, também integram essa entidade, como Membros Observadores.

Nessa condição, em maio de 2002, a Fenaseg ingressou na entidade, tendo participado, em outubro desse mesmo ano, da IX Conferência Anual da IAIS com a finalidade de inteirar-se sobre os preceitos dela originados e as tendências internacionais de regulação.

#### **Acordo de Cooperação Brasil – França**

Tem por finalidade o desenvolvimento de intercâmbio e colaboração recíproca entre a Fenaseg e a Fédération Française d'Assurance – FFSA, principalmente nas áreas de seguros, combate às fraudes e treinamento de profissional.

A FFSA oferece inúmeros cursos, inclusive com bolsa de estudos. Da mesma forma, relaciona-se com importante órgão de combate às fraudes, a ALFA, Agence pour la Lutte contre la Fraude à L'Assurance, que oferece serviços de informação, pesquisa, formação de agentes e investigadores que são contratados pelas seguradoras e promove aproximação com o Poder Público.

#### **LOMA – Life Office Management Association**

A Fenaseg participa de convênio, juntamente com a ANAPP e Funenseg, com a LOMA, visando intercâmbio de informação e treinamento na Área de Seguro de Vida e Saúde.

## **Plano Integrado de Prevenção e Redução da Fraude em Seguros**

Os crescentes índices de fraude e de criminalidade contra o sistema segurador, revelando volume preocupante de prejuízos decorrentes desses desvios, e as notórias dificuldades com que se defronta o Estado na sua capacidade repressora, levaram o Mercado Segurador, por intermédio da Fenaseg, a investir no desenvolvimento de programa destinado a desestimular e prevenir as ocorrências daqueles fenômenos.

A elaboração do projeto estendeu-se por todo o segundo semestre do exercício de 2002 e esteve confiada à empresa de consultoria com expertise internacional na matéria – AT Kearney, resultando no “Plano Integrado de Prevenção e Redução da Fraude em Seguros”, aprovado pela Diretoria da Fenaseg em dezembro último.

A experiência de outros mercados mostra que a fraude e a criminalidade presentes nas operações de seguros não são particularidades do nosso mercado, tendo-se procurado enfrentar a questão por meio de mecanismos de prevenção, com maciços investimentos dos Seguradores.

O primeiro passo do programa aprovado foi a criação, na estrutura da Fenaseg, da Diretoria de Prevenção e Redução das Fraudes, cujo titular assumiu em fevereiro passado com incumbência específica de coordenar e supervisionar a implementação do plano criado e de sua posterior administração.

O Plano de Prevenção à Fraude é bastante abrangente e multissetorial, comportando um total de 33 ações para execução num prazo estimado de 24 meses, 18 ações das quais com previsão de implantação no ano de 2003.

As ações do programa distribuem-se nos cinco grandes grupos apresentados a seguir:

- **Ações Institucionais** (ligadas à imagem do seguro e ao estreitamento das relações com entidades governamentais, com o Judiciário e o Legislativo).

- **Ações de Prevenção e Comunicação** (comportam campanhas de mídia; educação em seguros e fraude; melhoria na identificação do segurado; melhoria das técnicas de aceitação, análise e liquidação de sinistros etc).

- **Ações de Gestão da Informação** (item fundamental do programa, ligado à tecnologia e inteligência da informação; à administração de bancos de dados; padronização de controles etc).

- **Ações de Investigação** (para melhorar e ampliar a capacidade de investigação das Seguradoras, com estruturação do serviço de disque-denúncia etc).

- **Ações de Repressão** (revisão e criação de legislação sobre fraude; criação de delegacias especializadas e estabelecimento de mecanismos de colaboração com as autoridades das áreas de segurança pública).

Os pilares do plano estão assentados nas ações de auto-regulamentação do setor, de estruturação da inteligência da informação e de compartilhamento de dados dos diversos ramos de seguro.

O retorno do investimento é estimado na proporção de um para três e um dos seus objetivos é o da redução dos atuais níveis de custos das coberturas.

A Fenaseg considera o programa de prevenção à fraude de suma importância para o Mercado Segurador Brasileiro.

## Projetos e Serviços

A Fenaseg administra diversas bases de dados, cujo conteúdo é disponibilizado para o mercado segurador.

### SISEG – Sistema Integrado de Dados Técnicos de Seguros

Reúne os bancos de dados que a Fenaseg disponibiliza para as Seguradoras afiliadas e que utiliza Bases de Dados próprias, do Denatran, da ACSP – Associação Comercial de São Paulo e da Fenacor mediante convênios.

Engloba também o sistema da troca de informações entre Seguradoras.

O SISEG tem como objetivo:

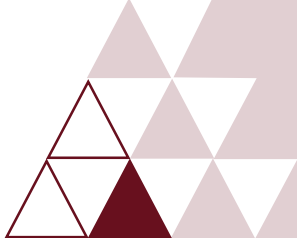
- Prevenir os atos fraudulentos contra o Seguro.
- Melhorar a aceitação de riscos em todos os ramos de Seguros.
- Melhorar os procedimentos de liquidação de sinistros.

### RNS - Registro Nacional de Sinistros

O RNS, um dos bancos de dados que integram o SISEG – Sistema Integrado de Dados Técnicos de Seguros, conta com a adesão de 95% das companhias que operam no ramo de automóveis. Com a conscientização das empresas e do mercado sobre sua importância no combate às fraudes, consolidou-se como valiosa ferramenta para a aceitação de novos seguros. Sua base de dados acumulava 3,7 milhões de sinistros cadastrados em 31/12/2002.

Tem sido utilizado intensamente, tanto na aceitação de riscos, quanto nas regulações de sinistros, uma vez que possibilita o cruzamento de informações em sua ampla base de registros.

Além das informações fornecidas pelas Seguradoras, também utiliza as bases de dados do DPVAT, do Denatran (BIN Fabril, BIN Roubo e Furto e BIN Estadual), do SNG – Sistema Nacional de Gravames e também da Associação Comercial de São Paulo, que disponibilizou as informações do Use Che-



que, do SPC Individual e do SPC Empresarial, entre outras.

O RNS até o momento armazena apenas os si-

nistros de automóveis. Porém, está preparado para outros ramos, estando em início de operação com os ramos de Previdência, Vida e Acidentes Pessoais.

Período	Acumulado						Cadastro Mensal							
	PP	II	Roubo	LOC	RCFV	Total	PP	II	Roubo	LOC	RCFV	RE	Canc.	Total
jan/02	2.061.047	136.503	292.052	77.708	269.245	2.838.753	54.681	2.456	8.283	1.306	7.963	20	1.031	74.709
fev/02	2.106.755	138.817	299.003	79.502	278.326	2.904.672	45.908	2.070	7.504	1.259	6.933	16	1.072	63.690
mar/02	2.160.891	141.671	307.173	81.222	286.027	2.979.292	54.293	2.653	8.579	1.329	9.256	50	1.203	76.160
abr/02	2.212.671	144.342	314.112	83.322	296.709	3.053.494	52.010	2.377	7.475	1.594	9.157	15	1.483	72.628
mai/02	2.277.818	147.437	322.823	85.218	305.265	3.140.922	65.332	2.864	9.188	1.467	11.350	9	1.382	90.210
jun/02	2.332.575	150.142	329.732	86.906	315.046	3.216.817	55.116	2.304	7.408	1.253	9.098	41	1.349	75.220
jul/02	2.388.608	153.395	336.952	88.755	321.720	3.291.979	56.425	2.827	7.783	1.372	7.241	81	1.431	75.729
ago/02	2.440.244	156.462	344.448	90.653	328.108	3.362.585	52.270	2.596	8.033	1.245	6.651	41	1.234	70.836
set/02	2.524.784	161.339	355.117	92.580	335.835	3.472.496	79.987	4.253	10.803	1.415	7.796	25	1.583	104.279
out/02	2.605.016	164.597	363.955	94.732	342.392	3.573.605	80.557	2.941	9.451	1.517	7.246	24	1.862	101.736
nov/02	2.670.394	124.769	366.658	102.503	350.785	3.618.156	65.980	2.446	9.058	1.378	14.328	27	1.566	93.217
dez/02	2.732.579	129.600	374.738	107.101	357.928	3.705.068	62.701	4.315	11.346	1.306	7.663	11	1.551	87.342

PP - Perda Parcial II - Indenização Integral Loc - Roubo/ Furto Localizado RCFV - Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos

## Central de Bônus

Em operação desde de julho de 2001, a Central de Bônus possibilita a agilização da confirmação de bônus entre as Seguradoras e a melhoria do processo de aceitação de propostas de seguros de automóvel.

Com a crescente demanda por esse tipo de informação, foi desenvolvido um Sistema que permite que a confirmação seja realizada de forma rápida e segura, via Internet e com o processo totalmente informatizado, dispensando o uso de documentos em papel e com mecanismos eficazes de proteção.

O Sistema disponibiliza dois módulos: o Manual (individual), para as seguradoras com pequena quantidade de consultas, e o Automático (em lote), para facilitar grandes volumes de confirmação.

A Central de Bônus realiza, ainda, rigoroso controle das respostas às consultas, com permanente troca de informações para solução de dúvidas provenientes do processo.

Vinte e três Seguradoras já aderiram ao Sistema e mais duas estão em fase de testes, representando mais de 96% do total de prêmios do ramo automóveis.

Em 2002 foram efetuadas 1,34 milhão de consultas, com tempo médio de resposta de 17 horas.

	qt. consultas enviadas	qt. respostas recebidas	%
jan/02	64.025	63.083	98,5%
fev/02	54.772	53.994	98,6%
mar/02	77.347	77.208	99,8%
abr/02	74.592	74.121	99,4%
mai/02	91.840	90.588	98,6%
jun/02	84.329	84.174	99,8%
jul/02	118.937	118.421	99,6%
ago/02	133.902	133.715	99,9%
set/02	222.295	222.238	100,0%
out/02	161.939	154.223	95,2%
nov/02	125.393	124.065	98,9%
dez/02	147.892	146.662	99,2%
<b>TOTAL</b>	<b>1.357.263</b>	<b>1.342.492</b>	<b>98,9%</b>

## SIAC - Sistema Automático de Circularização

A partir de julho de 2002, as Seguradoras passaram a contar com mais de uma ferramenta de combate às fraudes e de comunicação rápida: o **SIAC – Sistema Automático de Circularização**.

O sistema permite a troca de informações entre seguradoras, utilizando a Internet como meio de comunicação.



O **Sistema Automático de Circularização** gerencia as perguntas e respostas relacionadas com sinistros e quaisquer outros tipos de informação, sob a forma de texto livre, de maneira que nenhum questionamento fique sem resposta.

O Sistema começou a funcionar no final de julho de 2002, apresentando em 31 de dezembro os seguintes números:

Número de Seguradoras que utilizaram o Sistema	33
Número de Seguradoras cadastradas para utilização do Sistema	105
Número de consultas realizadas no período	1.063
Total de respostas no período	25.757
Ramos mais consultados	Auto,VG/APC

## SNG – Sistema Nacional de Gravames

Informações referentes aos gravames de veículos resultantes de financiamentos, leasings e consórcios dos veículos, junto aos DETRANS por bancos, financeiras e consórcios conveniados com a Fenaseg.

A Fenaseg realizou convênios com todas as Associações que reúnem as instituições do Sistema Financeiro Brasileiro, para que os gravames de veículos resultantes de operações de leasing, financiamento de crédito pessoal e consórcio possam ser registrados nos DETRANS, pelas empresas financiadoras, automaticamente e com absoluta segurança.

As grandes vantagens do Sistema são: para as **Financeiras** – maior segurança no controle da propriedade do veículo financiado; para os **Proprietários** – maior rapidez na liberação do gravame; para as **Seguradoras** – garantia na aceitação e no pagamento do sinistro; e para os **DETRANS** – segurança de procedimentos, eliminação de guarda de documentos, redução de tarefas e recebimento de contribuições mensais.

Atualmente o SNG conta com mais de 1500 usuários.

Os contratos firmados pela Fenaseg com todas as associações de classe, cujas afiliadas operam o financiamento de veículos, permitem que elas possam usufruir dessa forma segura de garantia dos seus créditos documentários. As associações com tratantes são:

ABAC - Assoc. Brasileira das Administradoras de Consórcio;  
 ABBC - Assoc. Brasileira de Bancos Comerciais;  
 ABBI - Assoc. Brasileira de Bancos Internacionais;  
 ABEL - Assoc. Brasileira de Empresas de Leasing;  
 ACREFI – Assoc. Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e de Investimento;  
 ANEF - Assoc. Nacional das Instituições de Serviço Financeiro e de Consórcio da Indústria Automobilística;  
 ANFAC - Assoc. Nacional das Empresas de Factoring;  
 FEBRABAN - Federação das Associações Brasileiras de Bancos.

## Novos Projetos para 2003

### CESVI - Centro de Experimentação e Segurança Viária

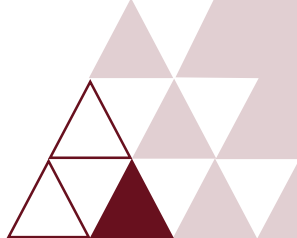
A Fenaseg celebrou convênio em 15/01/2003, sendo o único centro de pesquisa em reparação automotiva do país, e o primeiro da América Latina.

A missão do CESVI BRASIL é prover soluções para prevenção de acidentes e reparação automotiva por meio de pesquisas, treinamento e publicações técnicas, visando à evolução de todo o mercado reparador.

Pelo convênio, o CESVI fornece à Fenaseg os resultados das pesquisas relativas à reparação de veículos, e serviços de conteúdo técnico desenvolvidos ou validados pelo Centro, por exemplo:

**Baremo:** que consiste no conjunto de tabelas de tempos de reparação automotiva do CESVI BRASIL.

São os tempos que serão adotados pelo mercado segurador como padrão para orientar sua relação com as oficinas. O acordo com a Fenaseg prevê a realização de estudos dos tempos para 20 veículos por ano.



### **Pesquisas de Veículos:**

Os associados da Fenaseg também terão acesso a pesquisas do CESVI BRASIL específicas, para contribuir com a fixação de valores de prêmio e franquia de seguros, principalmente no que se refere a veículos em fase de lançamento. Os dados obtidos referem-se a:

- Índices de Reparabilidade de cada modelo e versão de veículos novos.
- Acompanhamento das cestas básicas de peças.
- Demais informativos técnicos dos veículos.

O Conselho Técnico Consultivo do convênio CESVI é presidido pelo Sr. Julio de Souza Avellar e tem como objetivo acompanhar e elaborar sugestões sobre os trabalhos que são objeto do Convênio.

### **Banco de Dados de Corretores - BDCOR**

Para atender às exigências da Circular SUSEP nº 202/2002, de 26/09/2002, alterada pela Circular nº 207/2002, de 27/11/2002, que determinam consulta prévia ao Banco de Dados de Corretores recadastrados, para efeito de aceitação de propostas e pagamentos de comissões, está sendo implantado o Banco de Dados de Corretores que deverá estar implementado em meados de julho de 2003.

### **Banco de Dados Conceitual**

Objetiva criar matriz de dados e definir uma modelagem conceitual de dados para o mercado Segurador, relativa aos diversos ramos de seguros e clientes nos ambientes das próprias Seguradoras, que contenha todas as informações requeridas pelos órgãos reguladores, está sendo criado o Banco de Dados Conceitual, que deverá ser lançado oficialmente na CONSEGURO 2003.

## **Câmaras e Comissões**

Participação da Fenaseg em Comissões e Câmaras de outras entidades.

### **Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de**

### **Previdência Complementar Aberta e de Capitalização - CRSNSP**

**Titular:** Ricardo Bechara dos Santos  
Sul América Cia. Nacional de Seguros

**Suplente:** Luiz Tavares Pereira Filho  
Bradesco Seguros S.A.

**Objetivo:** Julgar, em última instância administrativa, os recursos de decisões da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do IRB-Brasil Resseguros S.A., nos casos especificados na legislação.

### **ONA – Organização Nacional de Acreditação**

**Titular:** Pedro Antônio Fázio  
Sul América Seguro Saúde

**Suplente:** João Alceu Amoroso Lima  
Fenaseg

**Objetivo:** Promoção do processo de acreditação, visando aprimorar a qualidade da assistência à saúde em nosso país e a produtividade de hospitais, ambulatórios, clínicas especializadas etc., e controlar o impacto dos custos dos serviços sobre orçamentos públicos e privados.

### **FIDES - Federação Interamericana de Empresas de Seguros**

**Responsável:** Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo

Sul América Cia. Nacional de Seguros

### **Comitê Mercoseguros - Min. Fazenda**

**Responsável:** Miguel Junqueira Pereira  
Cia. de Seguros Previdência do Sul

### **Associação Panamericana de Fianças e Garantias**

**Responsável:** João Gilberto Possiede  
J. Malucelli Seguradora

### **Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde**

**Titular:** João Alceu Amoroso Lima  
Fenaseg

**Suplente:** Tito Oliani  
Abramge

**Objetivo:** Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de planos de saúde, além de atuar na formulação da estratégia e no controle da execução da Política Nacional de Saúde.

## Câmaras Técnicas – ANS

A ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar criou a Câmara de Saúde Suplementar, com representação de todas as operadoras de saúde e mais representantes de outros segmentos envolvidos, para discussão e debate dos temas polêmicos de regulamentação dos planos de seguros de saúde. A partir da Câmara de Saúde Suplementar foram criadas Câmaras Técnicas para o debate específico de temas, tais como saúde mental, informações cadastrais, garantia financeira, questões contábeis etc. A Fenaseg se faz representar em todas elas.

### Câmara de Saúde Suplementar

**Objetivo:** Discussão e elaboração de normas relativas à saúde suplementar.

**Titular:** Heráclito de Brito Gomes Júnior  
Bradesco Saúde

**Suplente:** Pedro Antônio Fázio  
Sul América Seguro Saúde

### Câmara Técnica de Assuntos Médicos

**Objetivo:** Discussão da metodologia para a revisão do rol de procedimentos, do projeto diretrizes e da saúde suplementar e das garantias para a relação médico-paciente na contratualização.

**Titular:** Rildo Pinto da Silva  
Sul América Seguro Saúde

**Suplente:** Sheyla Regina L. C. Rodrigues  
Bradesco Saúde

### Câmara Técnica Contábil

**Objetivo:** Discussão sobre a transparência no processo de regulação, troca de experiências, adequação das normas à realidade do mercado, legitimação e institucionalização das normas e harmonização do processo regulatório.

**Titular:** Nelson Braune  
Sul América Cia. Nacional de Seguros

**Suplente:** Carlos Roberto Costa Pinto  
Bradesco Seguros

### Câmara Técnica de Contratualização

**Objetivo:** Estabelecer critérios técnicos e rotina operacional para garantir a prestação da assistência contratada pelo beneficiário e definir as condições mínimas do instrumento contratual.

**Titular:** Ricardo Bechara Santos  
Sul América Cia. Nacional de Seguros

**Suplente:** Manoel Roberto Gottsfritz Cardoso  
Brasil Saúde

### Câmara Técnica de Odontologia

**Objetivo:** Uniformizar o entendimento técnico e a qualidade na assistência prestada aos usuários dos planos odontológicos.

**Titular:** Tom Eric Shyrdal  
Sul América Aetna Seguros e Previdência

**Suplente:** Anysio de Novaes Neto  
Bradesco Saúde

### Câmara Técnica de Rol de Procedimentos

**Objetivo:** Discussão e análise dos procedimentos relativos ao apoio diagnóstico e terapêutico.

**Titular:** João Carlos Gonçalves Regado  
Golden Cross

**Suplente:** Sheyla Regina L. C. Rodrigues  
Bradesco Saúde

### Câmara Técnica de Políticas de Reajuste e Revisão Técnica

**Objetivo:** Discussão dos parâmetros e formas de encaminhamento dos dados que serão analisados pela ANS para a política de reajuste anual dos preços dos planos e serviços de assistência à saúde.

**Titular:** Gabriel Portella Fagundes Filho  
Sul América Seguro Saúde

**Suplente:** Márcio Seroa de Araújo Coriolano  
Bradesco Saúde

### Câmara Técnica de Revisão da TUNEP

**Objetivo:** Discussão da revisão e atualização do rol de procedimentos, dos valores dos procedimentos integrantes do rol e da regionalização da TUNEP.

**Titular:** Otelo Corrêa dos Santos Filho  
Fenaseg

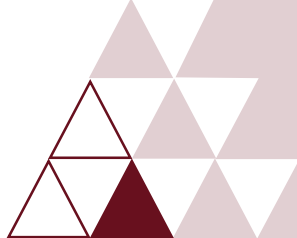
**Suplente:** Rildo Pinto da Silva  
Sul América Seguro Saúde

## IRB-Brasil Re

### Conselho de Administração

Luiz Tavares Pereira Filho  
Bradesco Seguros

Jorge Hilário Gouveia Vieira  
Sul América Cia. Nacional de Seguros



### Conselho Fiscal

#### Titulares:

Antonio Carlos Nascimento Sanches  
 Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros  
 José Carlos Moraes Abreu Filho  
 Itaú Seguros

#### Suplentes:

Salvador Cícero Velloso Pinto - Fenaseg  
 João Alceu Amoroso Lima - Fenaseg

### Comitê Técnico

José Luiz Nunes  
 Itaú Seguros  
 Arlindo da Conceição Simões Filho  
 AGF Brasil Seguros

### Comitê de Investimentos

**Objetivo:** Analisar a política e o comportamento dos investimentos  
 Marcos Pessoa de Queiroz Falcão  
 Icatu Hartford  
 Samuel Monteiro dos Santos Jr.  
 Bradesco Seguros

### Comitê para Critério de Análise de Security

Cesar Jorge Saad  
 Unibanco Seguros  
 Carlos Eduardo Corrêa do Lago  
 Bradesco Seguros

### Grupo de Trabalho do Seguro Garantia

João Gilberto Possiede  
 J. Malucelli Seguradora  
 José Américo Peón de Sá  
 Áurea Seguros

## SUSEP

### Comissão Especial de Normas e Procedimentos

Casimiro Blanco Gomes  
 Porto Seguro  
 Luiz Tavares Pereira Filho  
 Bradesco Seguros  
 Salvador Cícero Velloso Pinto  
 Fenaseg

### Comissão Especial de Produtos e Serviços

Júlio de Souza Avellar Neto  
 Sul América Seguros  
 Santi Sianci

Generali Seguros  
 Maria Elena Bidino  
 Fenaseg

### Comissão Especial de Assuntos Internacionais

Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo  
 Sul América Seguros  
 Paulo Miguel Marracini  
 AGF Brasil Seguros  
 Ricardo de Sá Acatuassú Xavier  
 Fenaseg

### Comissão Especial Contábil

**Objetivo:** Tratar de assuntos contábeis e financeiros relacionados às operações de seguros, capitalização e previdência complementar aberta, tais como Plano de Contas, legislação fiscal e tributária, normas de investimento etc.

**Responsáveis:** Luiz Pereira de Souza – Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.; Ney Lourenço – Itaú Seguros S.A.; João Guarda Filho - Liderança Capitalização S.A.; Laênio Pereira dos Santos - Sul América Cia. Nacional de Seguros

### Comissão Atuarial

**Objetivo:** Tratar de assuntos atuariais relacionados às operações de seguros, capitalização e previdência complementar aberta, tais como: provisões técnicas, tábuas biométricas, avaliação atuarial, limite técnico.

**Responsáveis:** Antônio Carlos Batalha Ribeiro – Sul América Cia. Nacional de Seguros; César Torres – Bradesco Seguros; Sinval Chaves de Oliveira – Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros; Anna Paula Nardi – Sul América Capitalização

## Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem

O Centro foi constituído em julho de 2002, tendo como membros fundadores a Fenaseg, a FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e a Associação Comercial do Rio de Janeiro, com a finalidade de implementar práticas alternativas na solução de conflitos.

## Área Jurídica

A Diretoria Jurídica da Fenaseg, criada em 2002, lançou, em setembro, o seu Informe Jurídico. Com

periodicidade mensal, o Informe tem como objetivo a divulgação de atos legislativos e regulamentares, projetos de lei e emendas de interesse do mercado, pareceres e jurisprudência, artigos e estudos de Direito do Seguro, além de trazer sempre um editorial com matéria de interesse do Mercado Segurador.

A tramitação das ações judiciais e dos procedimentos administrativos de interesse do Mercado Segurador foram acompanhadas e informadas através de relatórios bimestrais, encaminhados em *mailing* amplo.

Destacou-se, em outubro de 2002, o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2223-7, movida pelo PT – Partido dos Trabalhadores, que tinha por objeto a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 9932/99, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a transferência de atribuições do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados. O Supremo Tribunal Federal considerou a Lei nº 9932/99 inconstitucional porque estaria regulando a autorização de funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de resseguros, e adentrando, assim, em matéria específica de Lei Complementar.

Outra questão levada ao STF sob o nº 2551 refere-se à taxa de expediente prevista no art. 16 da Lei nº 13.430/99 e art. 15 da Lei nº 12.425/96, ambas do Estado de Minas Gerais. As seguradoras argüiram que a taxa de expediente criada pela legislação impugnada excedia em muito o custo do serviço, caracterizando-se, assim, como imposto com efeitos de confisco. O STF, em 09/04/03, deferiu medida cautelar para suspender a eficácia dos diplomas legais citados.

Foi julgada, em 02/12/2002, a Ação Ordinária nº 2001.5101016561-9, proposta contra o IRB e a União Federal, tendo como objeto a anulação das deliberações das assembleias gerais do IRB realizadas em 27/08/99 e 24/08/00, que aprovaram o pagamento à União Federal de imposto de renda sobre remessas para o exterior de prêmios de resseguro e retrocessão e condena a União Federal a devolver ao IRB o valor do imposto de renda e acréscimos recebidos, no total de

R\$ 280.393.546,62, bem como o ressarcimento dos danos resultantes do pagamento do imposto indevido. A sentença julgou improcedente o pedido, tendo seguradoras apelado ao Tribunal Regional Federal.

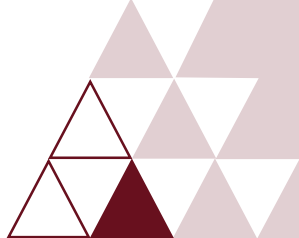
Discussões e dúvidas sobre a indenização por Valor de Mercado no seguro de automóveis foram objeto de Ações Cíveis Públicas propostas pelo Ministério Público Federal de Goiás, Santa Catarina e Ceará. As ações visam a declaração de nulidade das cláusulas que permitem o pagamento de indenização pelo Valor de Mercado em detrimento do Valor determinado na apólice. O assunto vem sendo acompanhado atentamente pela Federação e pelo Mercado, a fim de consolidar jurisprudência favorável às seguradoras como ocorreu com ações semelhantes em Pernambuco e no Maranhão.

Foram coordenados ainda a elaboração e o lançamento do Guia Fenaseg sobre o Novo Código Civil, contendo recomendações e comentários sobre as mudanças das normas referentes ao setor de seguros, previdência complementar aberta e capitalização. O trabalho foi resultado de amplo debate que se estendeu por todo ano de 2002, envolvendo não só o corpo jurídico, mas também as áreas técnicas das seguradoras, consolidado pelo grupo de trabalho especificamente apontado e o escritório Pellon & Associados.

## Medidas Provisórias e Projetos de Lei

A tramitação dos Projetos de Lei, Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias e outras ações que se desenvolvem no Congresso Nacional e Assembleias Legislativas são analisadas pela Diretoria Jurídica e pela Superintendência de Relações Governamentais da Fenaseg, através de pareceres e emendas encaminhados aos políticos apontando distorções e sugerindo alterações nos textos dos projetos. Destacam-se os seguintes Projetos: vide lâminas anexas.

A Superintendência de Relações Governamentais tem como funções prestar consultoria e assessoria à Fenaseg no que se refere a processos Legislativos e Atividades Parlamentares.



### SISPROLEG

O Sistema de Acompanhamento de Projetos, coordenado pela Superintendência de Relações Governamentais, cadastra e acompanha todos os Projetos de Lei de interesse do mercado, oferecendo subsídios aos trabalhos da Diretoria Jurídica, e suporte às áreas técnicas da Fenaseg.

## Assessorias de Comunicação Social e de Imprensa

A Assessoria de Comunicação (Ascom) é responsável pela comunicação corporativa da Fenaseg, buscando, com isso, contribuir para o essencial diálogo entre a instituição e seus públicos interno e externo. O setor compreende as atividades de jornalismo, relações públicas, assessoramento aos setores da Federação, relacionamento com a mídia, edição e produção de publicações jornalísticas e coordenação da produção de material publicitário.

As Assessorias de Comunicação e de Imprensa integram o Comitê de Comunicação, recentemente instituído na entidade. Suas atribuições são discutir e sugerir estratégias de comunicação que a Federação deve adotar diante das inúmeras demandas, geradas pelo interesse crescente da imprensa no mercado segurador brasileiro.

### E-mail Seguros

A Fenaseg também edita uma publicação de circulação dirigida, o "E-mail Seguros". Veiculado semanalmente, trata-se de uma evolução do antigo "Fax-Seguros", ao qual foram incorporados os meios de comunicação por Internet. Mantém, entretanto, seu objetivo de divulgar informações corporativas, notícias urgentes, pauta de eventos promovidos pela Fenaseg ou Sindicatos, e agenda das Comissões Técnicas. Presentemente acessado por mais de 250 Presidentes de companhias e especialistas, o "E-mail Seguros" terá o acesso ampliado para abranger os vários níveis de dirigentes de empresas de seguros, capitalização e previdência complementar aberta.

### Home-page

No primeiro semestre de 2003, a *home-page* da Fenaseg passou por uma nova reformulação gráfica e editorial, com objetivo de oferecer aos usuários uma navegação mais ágil e eficiente. As informações foram agrupadas de forma mais funcional, dando-se destaque ao *Fenaseg ONLINE*, serviço de notícias do mercado de seguros. Para acessar, basta digitar: [www.fenaseg.org.br](http://www.fenaseg.org.br).



### Intranet

Além de expandir os meios de sua comunicação externa, a Fenaseg lançou, em 2001, o veículo de comunicação interdepartamental, por meio da página eletrônica "Intranet", contribuindo para a melhoria da qualidade das relações interpessoais na Fenaseg.

## Publicações

### Balanco Social

Publicado todos os anos, desde 2001, o Balanço Social é um retrato das atividades do mercado segurador do Brasil. Nesse documento, são publicados, com transparência e clareza, números e dados de ações corporativas e sociais desenvolvidas por cada organização durante o ano, demonstrando a verdadeira importância estratégica do setor para a vida social e econômica do país.



### Revista de Seguros

Mais antigo periódico do setor no Brasil, a Revista de Seguros, que começou a circular na década de 20, é a publicação oficial da Fenaseg. Em suas edições trimestrais, a revista aborda as questões mais atuais relacionadas a seguros, previdência complementar aberta e capitalização, em matérias assinadas por técnicos e jornalistas especializados.

A Revista de Seguros passou por um processo de modernização gráfica e visual. O objetivo dessa reformulação, é torná-la mais eficiente em sua missão de publicação corporativa, buscando proximidade com um número crescente de leitores.

A revista, cuja tiragem trimestral é de 5.000 exemplares, é distribuída a seguradoras, resseguradoras, corretores de seguros, entidades de classe e representação do setor, bibliotecas de universidades, formadores de opinião, autoridades dos três Poderes etc.

### Atividade Seguradora no Brasil

Em 2002, a Fenaseg manteve a distribuição do livro “Atividade Seguradora no Brasil” (fundamentos, história, regulação e prática), em edição atualizada, cuja circulação foi dirigida a profissionais, técnicos, dirigentes, formadores de opinião e autoridades. O livro constou do *kit* de divulgação distribuído aos participantes das comemorações do Cinquentenário da Fenaseg, solenidade ocorrida no Rio de Janeiro, com a presença do Presidente da República. Uma terceira edição encontra-se em preparo, com atualização de dados estatísticos.



### Capitalização - Uma história de prosperidade

O livro “Capitalização - Uma história de prosperidade”, escrito pelo jornalista Paulo Amador, foi lançado em dezembro de 2002 pela Comissão de Capitalização da Fenaseg. A obra, que levou quase um ano para ser finalizada, retrata todo o desenvolvimento desse segmento desde sua implantação no país, em 1929, até o ano de 2002.

### Guias Fenaseg SPB



Em 22 de abril de 2002 entrou em vigor o novo Sistema de Pagamentos Brasileiro, criado pelo Banco Central, cuja principal transformação foi a criação da TED (Transferência Eletrônica Disponível) para transferência de recursos em tempo real de um banco para o outro, envolvendo operações acima de R\$5 mil. Com objetivo de facilitar a adequação das operações do mercado segurador ao novo Sistema, a Fenaseg elaborou o Guia Fenaseg Sistema de Pagamentos Brasileiro, que inclui o catálogo de Mensagens do SPB, contemplando as operações de interesse do mercado segurador.

### Combate à Lavagem de Dinheiro

Elaborado pela Fenaseg, com apoio da SUSEP, o Guia Fenaseg sobre o Combate à Lavagem de Dinheiro foi criado com o objetivo de orientar seguradoras, empresas de capitalização e de previdência complementar aberta, bem como corretores de seguros, sobre a melhor forma de cumprir a Lei nº 9.613/98, que instituiu uma política e procedimentos voltados ao combate ao crime de lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores provenientes da atividade criminosa, e também a Circular SUSEP nº 200/02, que explicitou as informações cadastrais de clientes, beneficiários e representantes a serem apresentadas pelas companhias que atuam no mercado, necessárias para cumprir a Lei.



### Novo Código Civil

O Guia Fenaseg Novo Código Civil Brasileiro – Recomendações e Comentários é resultado de amplo trabalho de pesquisa e debates sobre as repercussões das mudanças do Novo Código Civil nas operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, que envolveu não apenas o corpo jurídico, mas também as áreas técnicas das companhias e da Federação. O objetivo é que o Guia seja um documento útil na definição das práticas operacionais das empresas que atuam no mercado, sem a pretensão de se constituir um parâmetro ou modelo a ser seguido.

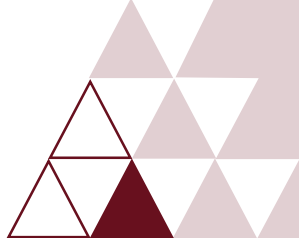


### Capitalização

O Guia de Capitalização é fruto de trabalho realizado por técnicos da Federação e da SUSEP, e tem como objetivo divulgar os principais conceitos do mercado de capitalização em uma linguagem simples e direta.

### Informe Jurídico

O Informe Jurídico é um instrumento de comunicação com o mercado, e tem como objetivo a divulgação de atos legislativos e regulamentares, projetos de lei e emendas de interesses do mercado, pareceres e jurisprudências, artigos e estudos de Direi-



to do Seguro. A edição, que teve início em 09/02/2002, é mensal e transmitida via e-mail.

## Biblioteca

Atenta à velocidade das mudanças gerada nesta Era do Conhecimento, a Biblioteca Luiz Mendonça tem se empenhado em oferecer ao Mercado Segurador produtos e serviços em tempo real.

O setor reúne um precioso acervo bibliográfico composto de livros sobre seguros, assuntos afins, manuais técnicos, anuários, coleção de Leis do Brasil, periódicos nacionais e estrangeiros, obras de referências, obras raras sobre História do Seguro e livros de entretenimento de diversos gêneros literários.

A Biblioteca Luiz Mendonça vem assimilando atentamente as novas tecnologias, o que lhe permite disponibilizar sua base de dados sobre seguros e assuntos correlatos no site da Fenaseg.

Além dos serviços tradicionalmente oferecidos ao mercado, a Biblioteca da Fenaseg passou também a disponibilizar o acesso à base de dados do SES, Sistema de Estatísticas da SUSEP. O serviço de divulgação da biblioteca da Fenaseg oferece, ainda, sumários de periódicos, boletim on-line e serviço de alerta.

Os pedidos de publicações não pertencentes à coleção da Fenaseg podem ser localizados através do intercâmbio entre bibliotecas e Centros de Documentação.

Dúvidas e consultas podem ser feitas através do e-mail: biblioteca@fenaseg.org.br.

## Convênio DPVAT

A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, instituiu o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Em 1986, o governo viu a necessidade de vincular o seguro obrigatório ao licenciamento anual de veículos, criando então o DUT - Documento Único de Trânsito, para melhor con-

trole e fiscalização do pagamento dos encargos e tributos de licenciamento de toda a frota de veículos.

Para dar cumprimento a essa nova modalidade de operação do seguro obrigatório, as companhias seguradoras celebraram convênio em que constituíram a Fenaseg como gestora para administrar seus interesses na operação conjunta e solidária do seguro obrigatório de DPVAT, que é constituído por um pool de 68 companhias seguradoras. Esta tarefa vem sendo realizada com êxito pela Fenaseg há mais de dezessete anos.

Em 2002, a arrecadação do DPVAT foi de R\$1.362.220.823,25, sendo 45% repassado diretamente para o Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde e 5% para o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

O convênio efetuou, em 2002, 94.604 indenizações de sinistros, totalizando R\$ 332.689.674,46. Do total das indenizações de 2002, 37.018 foram da Garantia Morte, 16.280 de Invalidez Permanente e 41.306 de reembolso de Despesas com Assistência Médica e Suplementares.

## Atividades dos Sindicatos Regionais\*

\* Os eventos realizados nos sindicatos em parceria com a Fenaseg encontram-se no item Eventos.

### Sindicato do Rio Grande do Sul

**Presidente:** Miguel Junqueira Pereira

### Ações Técnicas

O sindicato realizou diversas reuniões de caráter técnico, administrativo e relacionadas a assuntos de defesa do consumidor, proporcionando uma participação efetiva do sindicato nos assuntos de interesse dos securitários e dos consumidores de seguros.

### Relações com o Mercado

#### • Encontros com o Mercado

Foram realizados 15 eventos (entre almoços e jan-



tares) com Seguradoras, representantes do Governo, SUSEP, IRB, Detrans e Poder Judiciário.

#### • Comunicação

Houve continuidade no trabalho junto à mídia através de entrevistas à TV e coletivas de imprensa, visando manter informado o mercado local.

### Sindicato de Pernambuco

**Presidente:** Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti

#### Ações Institucionais

O sindicato de Pernambuco realizou diversas reuniões com o Governo do Estado, com os principais representantes do mercado segurador local, associados e não associados, debatendo assuntos de interesse do mercado, com o objetivo de fortalecer o setor e melhorar o desempenho geral das seguradoras, bem como explicar sobre a realidade do mercado segurador no Estado.

Participação permanente do sindicato no Fórum das Entidades Empresariais de Pernambuco, que tem por objetivo estabelecer as linhas prioritárias de ação empresarial coletiva em defesa dos interesses dos setores empresariais e do desenvolvimento do Estado, da região e do país.

Participação junto com o Sincor-PE, na avaliação do projeto para a redução da alíquota de ISS incidente sobre as comissões de corretagem de seguros, que deverá ser apresentado a diversas Prefeituras da região. Neste sentido, houve negociação e obtenção junto à Prefeitura Municipal de Petrolina, da redução do ISS, de 5% para 2%, para os corretores de seguros estabelecidos naquele município.

O sindicato promoveu reuniões com a rede de concessionárias Volkswagen / Fiat, para avaliar possíveis ajustes nas tabelas de preços de peças para reparos de veículos. Destas reuniões foi gerado um acordo com a rede Fiat.

#### Ações Educacionais

##### • Seguro

Apoio aos eventos, programas e cursos na área de seguros promovidos por entidades como Funenseg e pela própria Fenaseg.

#### Ações Técnicas

Coleta e divulgação de informações sobre o mercado segurador local, dando início à implantação de um banco de dados.

##### • Fraude

- Reunião com as áreas operacionais da Secretaria de Defesa Social, para divulgação e avaliação de medidas de apoio no combate ao roubo e furto de veículos, bem como às fraudes contra as seguradoras.
- Constituição da Comissão Técnica de Sinistros do sindicato, com o objetivo de combater as fraudes contra as seguradoras, bem como criar alternativas que melhorem os índices de sinistralidade das companhias.

##### • Dados sobre o Mercado

- Envio regular de circulares, apresentando resoluções dos órgãos fiscalizadores e dados estatísticos relativos aos prêmios totais por ramo e Estado, bem como a divulgação das tabelas de prêmios e garantias mensais.
- Divulgação mensal do balanço do mercado segurador de Pernambuco, comunicando dados dos principais ramos de atividades e o desempenho de cada seguradora.

#### Relações com o Mercado

##### • Comunicação

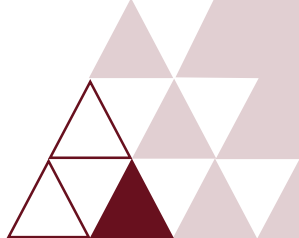
A nova Diretoria do Sindicato mantém contatos com jornalistas e realizou visitas de cortesia, durante as primeiras semanas de janeiro, às redações e editoras dos principais jornais do Estado de Pernambuco para apresentação dos planos para o ano de 2002.

### Sindicato do Paraná

**Presidente:** João Gilberto Possiede

#### Ações Técnicas

A Superintendente Técnica da Fenaseg, Maria Elena Bidino, participou de almoço com a diretoria do sindicato. Na ocasião, foram abordados assuntos relacionados à regulamentação sobre lavagem de dinheiro, sobre o Novo Código Civil e a criação do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem. O encontro aconteceu no Business Club.



O sindicato lançou projeto pioneiro no Brasil, em parceria com o BPTran PR. Trata-se do projeto “Fotografia no local de acidente de trânsito”, recurso estratégico que contribui para um melhor desempenho da referida corporação militar. O sistema disponibiliza o uso de 10 câmaras fotográficas digitais e 4 câmaras de vídeo, além de 2 computadores e impressoras de última geração, com softwares especiais. Os equipamentos foram cedidos pelo sindicato ao BPTran, em regime do comodato, e possibilitam o registro fiel dos acidentes de trânsito em Curitiba. Os novos Boletins de Acidente de Trânsito serão importante instrumento contra as fraudes. E para garantir a perfeita utilização dos equipamentos, entre os dias 18 e 29/11/2002, o sindicato realizou treinamento de oficiais do BPTran, denominado “Fundamentação de Administração de Sistemas e Redes Linux”, com carga horária de 160 horas.

### Relações com o Mercado

- **Comunicação** – O novo periódico do sindicato, antes denominado “Fax Seguros”, passou a ser chamado “Notícias de Mercado”. Contando com maior frequência de edições e nova diagramação, o periódico passou a ser transmitido por e-mail, oferecendo às associadas do sindicato um veículo de informação atualizado e de leitura mais agradável.

### Sindicato de Minas Gerais

**Presidente:** Alberto Oswaldo Continentino de Araújo

### Ações Técnicas

O sindicato, desde 1988, publica, semestralmente, o Relatório de Dados Estatísticos do Mercado Segurador Mineiro. Em abril de 2002 foram publicados os Relatórios do 2º semestre e anual de 2001, contendo a arrecadação total geral de prêmios no período, bem como a arrecadação por ramo de seguros divididos em: Automóvel e RCF, Incêndio, Transportes, RCT-RC, Vida em Grupo + Vida Individual + Acidentes Pessoais, Saúde e outros ramos. No mesmo relatório foi publicado o total geral de sinistros pagos no período como, ainda, os pagamentos efetuados em cada ramo de seguros. Em outubro foi publicado o mesmo

relatório referente ao período de janeiro a julho de 2002. Os relatórios são divulgados junto ao mercado de seguros, às grandes empresas do Estado, entidades empresariais e imprensa.

### Sindicato de Santa Catarina

**Presidente:** Sergio Passold

### Ações Institucionais

#### • Objetivos do Sindicato

Incrementar a prestação de serviços, divulgar e valorizar a instituição do seguro, desenvolver novas parcerias, ampliar o relacionamento institucional, estabelecer meios eficazes de comunicação, promover a formação e a qualificação profissional, prestigiar eventos de interesse do mercado e aumentar a área de atuação.

Baseado em seus objetivos, o sindicato promoveu diversos encontros de relacionamento político e empresarial, bem como a aproximação dos sindicatos com o mercado segurador.

#### • Propostas ao Executivo e Legislativo

- Legislação do IPVA: alteração visando a cobrança proporcional para veículos roubados/furtados ou com perda total.
- Veículos apreendidos: disponibilização de relação por meio eletrônico.
- Seguro obrigatório em eventos: projeto substitutivo à Lei nº 12.122 – Seguro de Acidentes pessoais coletivos em eventos no Estado de SC.

### Ações Educacionais

#### • Fraude

- Disque 190: prevenção e comunicação de roubos/furtos de veículos.
- Trânsito Amigo & Cultura do Seguro: campanha educativa nas escolas e comunidades sobre segurança, trânsito e seguros. Projeto vencedor do Prêmio ANSP 2002.

### Ações Técnicas

Criação de diversas comissões e grupos de trabalho, visando garantir as discussões dos aspectos éticos, técnicos e de abrangência do seguro na região.

#### • Fraude

- Adesão e apoio à seccional brasileira da IASIU – International Association of Special Units.

- Assinatura do convênio com o SNG – Sistema Nacional de Gravames.
- Participação no Fórum Nacional sobre Segurança no Trânsito, com a palestra “Posição das Seguradoras Face aos Acidentes de Trânsito”.

#### • Bancos de Dados

- SEGFURT: cadastro de veículos roubados/furtados e estatísticas regionais.
- Cadastro de Sinistros Especiais: controle e combate à fraude.
- Oficinas referendadas: classificação de 189 oficinas já avaliadas.

### Relações com o Mercado

#### • Treinamentos

**Curso de Formação de Técnicos em Seguros:** Convênio Funenseg SC e Escola Técnica Tupy, bem como apoio aos diversos cursos / eventos da Funenseg SC.

#### • Serviços

- Criação de fundação com objetivo de assistência social e filantropia.
- Disponibilização de serviços de consultorias técnicas e jurídicas.

#### • Comunicação

- Modernização do site.
- Implantação de assessoria de comunicação.
- Criação do Boletim Informativo.
- Apoio, participação e patrocínio as diversas ações de mídia no Estado.

### Sindicato da Bahia

**Presidente:** Antonio Tavares da Câmara

O sindicato realizou eventos jurídicos no mercado local, proporcionando discussões sobre as mudanças no Código Civil e seus impactos nos contratos de seguros e auxiliou na divulgação do Guia Fenaseg “Novo Código Civil” no Estado da Bahia.

### Sindicato do Rio de Janeiro

**Presidente:** Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo

### Ações Institucionais

Em consonância com os princípios estabeleci-

dos nos seus estatutos sociais, o sindicato deu continuidade às suas ações de colaboração com os poderes públicos, entidades e associações de classe, no sentido também da promoção da solidariedade social, podendo ser nomeadas as seguintes iniciativas:

- O Sindicato passa a integrar a comissão de segurança pública da Associação Comercial do RJ.
- Doação de equipamentos de telecomunicação e de informática para a Secretaria de Segurança Pública e ao Comitê de Democratização da Informática – CDI.
- Renovação do convênio com a Associação Defensores da Terra, atuante ONG nas questões de meio ambiente.
- Obra na Delegacia de Combate ao Roubo e Furto de Veículos.
- Acordo estabelecido com a Secretaria Municipal de Transportes da Prefeitura do RJ para fornecer às associadas informações sobre veículos rebocados nas vias públicas.

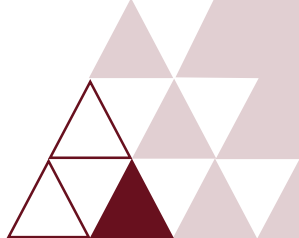
### Ações Educacionais

Angariação de veículos danificados das seguradoras associadas para serem exibidos em locais públicos como parte da campanha do Detran-RJ de prevenção de acidentes com veículos em estradas e vias públicas.

Apoio, co-patrocínios e participações em eventos das diversas entidades do mercado, Fenaseg, Funenseg, bem como aos importantes Fóruns, Congressos e Encontros Jurídicos. Vale ressaltar a participação no VII Congresso Ibero-Latino –Americano da Associação de Direito de Seguros – AIDA – Seção Brasileira.

### Ações Técnicas

O sindicato lançou pioneiro folheto de bolso reunindo estatísticas dos mercados de seguro, de capitalização e de previdência privada, visando sistematizar o conhecimento dessas informações, com tiragem de 50.000 exemplares, que foram distribuídos a todos os segmentos desses mercados, incluindo 35.000 exemplares aos empregados das seguradoras. A edição de 2003 já se encontra pronta para distribuição e tem uma tiragem de 100.000 exemplares.



## Relações com o Mercado

### • Comunicação

Visando difundir o conhecimento sobre a atividade de seguros, o sindicato mantém freqüentes encontros e almoços informais com jornalistas e representantes do Governo, quando são apresentados dados sobre o mercado de seguros e discutidos os principais assuntos relacionados com o setor.

## Sindicato do Estado de São Paulo

**Presidente:** Casimiro Blanco Gomez

## Ações Institucionais

Nas reuniões ordinárias da Diretoria da Fenaseg, o Sindicato das Seguradoras de São Paulo teve permanente atuação, colaborando com a entidade superior na busca de solução para os problemas da atualidade seguradora brasileira, além de apoiar e colaborar nos eventos técnicos e institucionais promovidos pela Fenaseg, eventos que marcaram a presença do Sindicato das Seguradoras de São Paulo, colaborando para o aprimoramento técnico e o engrandecimento do setor, bem como o propósito de equacionar e debater os problemas que envolvem a atividade seguradora do país.

Dentre as ações do sindicato neste sentido foi a negociação com o SERASA na exclusão da base de dados daquela instituição, os apontamentos de ações de execução promovidas contra as sociedades seguradoras. A entidade acolheu favoravelmente a proposta do Sindicato das Seguradoras de São Paulo.

## Ações Educacionais

• **Fraude** – divulgação do “Disque Denúncia”, mediante a edição de selo e cartazes, contendo os telefones a recepcionar denúncias sobre fraudes contra o seguro. Esta ação tem como objetivo dar continuidade ao desenvolvimento de medidas visando eliminar tal prática que causa grandes prejuízos à atividade seguradora.

### • Instituto São Paulo Contra a Violência

A Diretoria deu continuidade à colaboração ao Instituto e, ao mesmo tempo, conta também com valiosa cooperação financeira do mercado àquela entidade.

## Ações Técnicas

A Diretoria dedicou especial atenção e acompanhamento dos trabalhos das Comissões Técnicas que compõem o setor técnico de seguro da entidade.

• **Auto** – Encontros com membros do órgão técnico responsável pela carteira de automóvel, a fim de debater os problemas do setor e avaliar propostas visando o combate ao roubo-furto e recuperação de veículos.

• **Jurídico** – Aprovada pela Diretoria a atuação da Assessoria Jurídica nas reuniões da Comissão de Recursos Humanos da entidade, a fim de oferecer esclarecimentos aos participantes do órgão técnico a respeito dos processos de Dissídios Coletivos suscitados por entidades Sindicais de categorias diferenciadas.

• **Pesquisa Salarial** – Anualmente é aprovada a realização de pesquisa salarial do mercado, empreendimento que tem a participação das principais empresas do setor, iniciativa que se constitui em importante fonte de consulta e orientação às empresas.

## Relações com o Mercado

• **Instituto Brasileiro de Seguros** – Apoio financeiro ao programa de Formação em Direito do Seguro.

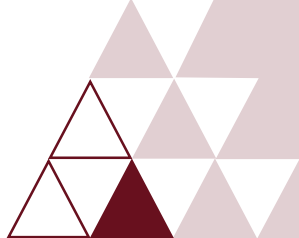
• **Biblioteca** – Implementação de um novo sistema eletrônico que consiste na conexão do acervo disponível da Biblioteca à Internet, visando facilitar as consultas e pesquisas dos usuários às várias fontes disponíveis, inclusive aos pesquisadores externos.

• **Comunicação** – Adotando nova linha administrativa, a Diretoria promoveu a contratação de profissional especialista em comunicação e relacionamentos institucionais, visando incrementar a forma de relacionamento atual.



# Mercado Internacional de Seguros

Mercado  
Internacional de Seguros



## MERCADO MUNDIAL

O mercado mundial de seguros, em 2001, apresentou uma retração de 1,5% em relação ao ano de 2000, registrando um volume total de prêmios subscritos de US\$2,408 trilhões. A retração registrada foi influenciada pelo comportamento do segmento dos seguros de Vida, que apresentou um decréscimo de 5,22% enquanto que o segmento dos seguros Não-Vida apresentou crescimento de 5%. Não obstante, o segmento dos seguros de Vida ainda responde por 60% do volume total de prêmios do mercado mundial.

Os países mais desenvolvidos do mundo continuam apresentando hegemonia absoluta sobre o mercado de seguros, onde se verifica que os 5 maiores mercados respondem por 75% dos prêmios subscritos no mundo. Os E.U.A., que em 1999 ultrapassaram o Japão no segmento Vida, em 2001 consolidaram a primeira posição ao registrarem volume de prêmios 25% maior que o do Japão, consolidando também sua posição de maior mercado mundial em ambos os segmentos.

Os E.U.A. e o Japão continuam sendo os maiores mercados mundiais de seguros e, juntos, são responsáveis por 56% da produção mundial de seguros. Esses dois países são seguidos pelos quatro mais importantes países da Europa: Inglaterra (9,07%), Alemanha (5,14%), França (4,72%) e Itália (2,86%).

No cenário internacional, considerando a arrecadação total de Vida e Não-Vida, o Brasil teve sua posição deslocada de 19º lugar em 2000 para 24º lugar em 2001. Essa retração é fruto, primordialmente, da desvalorização cambial, uma vez que nesse mesmo período foi registrado crescimento de 10%, em reais, do mercado brasileiro de seguros. No segmento Não-Vida, sua posição foi de 14º lugar e, no Vida, 36º lugar. O segmento Vida no Brasil ainda apresenta dimensão expressivamente menor em relação ao segmento Não-Vida, diferentemente do que acontece nos mercados mais desenvolvidos, evidenciando seu potencial de crescimento.

### Mercado Mundial de Seguros - 2000/2001

Valores em US\$ milhões

PAÍS	VIDA		NÃO-VIDA		TOTAL		Participação em 2001	
	Pos./01 2001	Pos./00 2000	Pos./01 2001	Pos./00 2000	Pos./01 2001	Pos./00 2000	INDIVIDUAL	ACUMULADA
EEUU	1 443.413	1 436.378	1 460.608	1 423.098	1 904.021	1 859.476	37,54%	37,54%
JAPÃO	2 356.731	2 400.993	2 89.114	2 102.719	2 445.845	2 503.712	18,51%	56,05%
INGLATERRA	3 152.717	3 186.580	4 65.664	4 60.319	3 218.380	3 246.899	9,07%	65,12%
ALEMANHA	5 55.631	5 56.257	3 68.051	3 67.474	4 123.682	4 123.730	5,14%	70,26%
FRANÇA	4 75.146	4 83.132	5 38.449	5 37.758	5 113.596	5 120.890	4,72%	74,97%
ITÁLIA	6 41.481	7 36.679	6 27.506	6 26.383	6 68.988	6 63.062	2,86%	77,84%
CORÉIA DO SUL	7 36.392	6 44.237	10 14.145	9 14.112	7 50.537	7 58.350	2,10%	79,94%
CANADÁ	9 20.970	8 23.259	7 24.342	7 22.779	8 45.312	8 46.038	1,88%	81,82%
PAÍSES BAIXOS	8 21.534	11 21.597	9 15.675	8 15.245	9 37.209	9 36.842	1,55%	83,36%
ESPANHA	12 19.364	10 21.901	8 17.077	11 12.778	10 36.441	11 34.679	1,51%	84,88%
AUSTRÁLIA	10 20.394	9 22.947	11 12.311	10 12.899	11 32.705	10 35.846	1,36%	86,23%
SUIÇA	11 19.661	12 18.621	12 11.781	12 11.322	12 31.442	12 29.943	1,31%	87,54%
CHINA	15 15.556	18 10.476	13 9.928	14 8.851	13 25.485	16 19.327	1,06%	88,60%
TAIWAN	14 16.953	14 15.771	16 7.299	16 7.100	14 24.253	14 22.871	1,01%	89,60%
BÉLGICA	17 12.023	17 11.947	15 8.501	15 7.954	15 20.524	15 19.901	0,85%	90,46%
ÁFRICA DO SUL	13 17.152	13 19.410	27 3.145	23 3.551	16 20.297	13 22.961	0,84%	91,30%
SUÉCIA	16 12.046	15 13.500	21 4.153	20 4.374	17 16.199	17 17.874	0,67%	91,97%
IRLÂNDIA	18 11.321	16 12.203	23 3.981	24 3.521	18 15.302	18 15.725	0,64%	92,61%
ÍNDIA	19 9.418	20 7.615	30 2.459	29 2.358	19 11.877	23 9.973	0,49%	93,10%
DINAMARCA	22 7.295	21 6.527	24 3.902	22 3.805	20 11.197	22 10.332	0,46%	93,57%
MÉXICO	23 5.283	24 4.477	17 5.893	18 4.993	21 11.176	24 9.470	0,46%	94,03%
AUSTRIA	24 5.177	23 4.965	18 5.872	17 5.776	22 11.049	21 10.741	0,46%	94,49%
FINLÂNDIA	20 8.511	19 9.018	31 2.368	31 2.158	23 10.879	20 11.176	0,45%	94,94%
BRASIL*	36 1.822	32 2.141	14 8.953	13 10.412	24 10.775	19 12.554	0,45%	95,39%
DEMAIS	53.186	47.770	57.897	54.764	111.083	102.534	4,61%	100,00%
	<b>1.439.177</b>	<b>1.518.401</b>	<b>969.074</b>	<b>926.503</b>	<b>2.408.251</b>	<b>2.444.904</b>	<b>100,00%</b>	

\* Não inclui as informações de Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Fonte: Swiss Re, Sigma nº 6/2002

## AMÉRICA LATINA

A contínua desvalorização cambial ocorrida no Brasil desde o início de 1999 culminou com uma mudança no ranking do mercado de seguros da América Latina em 2001, assumindo o Brasil a 2ª posição logo atrás do México.

A produção dos seguros de Não-Vida do mercado brasileiro continua sendo a maior da América Latina, representando 32,4% do total de prêmios subscritos nesse segmento. Entretanto, no segmento Vida, a participação do Brasil cai para 4º, atrás do México, Argentina e Chile.

Quanto à densidade do seguro (prêmio per capita), mantém-se extremamente baixa em quase todos

os países da América Latina, com exceção de Bahamas e Barbados, sendo inferior a US\$100 em mais da metade dos países, enquanto que a média nos países desenvolvidos é de US\$1.000 per capita. O Brasil está situado em 12º lugar na relação prêmio per capita, o que também demonstra seu potencial de crescimento.

No que se refere à penetração do seguro (Relação Prêmio x PIB), o Brasil situa-se em 12º lugar entre os países da América Latina, sendo evidente também uma baixa média de penetração nos demais países, à exceção de Bahamas e Barbados que alcançam patamares equivalentes aos dos países industrializados.

### América Latina - 2001

#### Prêmio Total

US\$ milhões

Posição	País	Vida	Não-Vida	Total	Participação	Prêmio per Capita - US\$	Participação no PIB
1	MÉXICO	5.283	5.893	11.176	27,12%	112,6	1,81%
2	BRASIL	1.822	8.953	10.775	26,15%	64,0	2,14%
3	ARGENTINA	2.569	4.418	6.986	16,95%	187,0	2,60%
4	VENEZUELA	86	2.639	2.726	6,62%	110,7	2,19%
5	CHILE	1.881	837	2.718	6,60%	176,4	4,23%
6	COLÔMBIA	497	1.465	1.962	4,76%	45,5	2,38%
7	PERU	208	363	571	1,39%	21,9	1,06%
8	REP. DOMINICANA	44	442	486	1,18%	53,1	2,18%
9	TRINIDAD E TOBAGO	336	133	469	1,14%	324,9	5,28%
10	URUGUAI	72	314	386	0,94%	115,1	1,89%
11	PANAMÁ	114	246	360	0,87%	123,6	3,57%
12	COSTA RICA	26	304	330	0,80%	88,4	1,98%
13	JAMAICA	127	188	315	0,76%	117,6	4,02%
14	EQUADOR	26	287	313	0,76%	24,3	1,74%
15	BAHAMAS	180	132	312	0,76%	1.040,4	10,17%
16	EL SALVADOR	59	190	249	0,60%	38,9	1,81%
17	GUATEMALA	41	170	212	0,51%	18,1	1,02%
18	BARBADOS	58	141	199	0,48%	744,4	7,99%
19	HONDURAS	47	121	168	0,41%	25,3	2,63%
	<b>DEMAIS</b>	<b>105</b>	<b>391</b>	<b>495</b>	<b>1,20%</b>		
	<b>TOTAL</b>	<b>13.581</b>	<b>27.627</b>	<b>41.208</b>	<b>100,00%</b>		

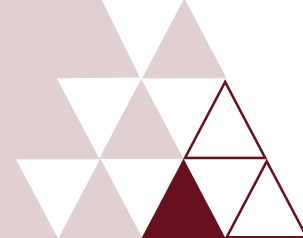
Fonte: Swiss Re, Sigma nº 6/2002



# Mercado Segurador Brasileiro

Mercado Segurador Brasileiro





## MERCADO SEGURADOR

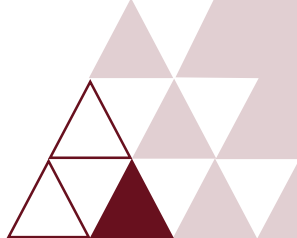
O Mercado Segurador brasileiro apresenta um crescimento contínuo desde 1996, registrando um desenvolvimento de 90,17% até 2002, donde se destaca o segmento da previdência complementar aberta que registra crescimento acumulado de 393,83%. Em 2002, o mercado segurador voltou a crescer em índices superiores ao do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, consolidando o novo patamar de referência da dimensão do mercado, superior a 3%.

O crescimento demonstra-se mais pungente no total de provisões técnicas acumuladas, contrapartida dos compromissos assumidos pela atividade, tendo alcançado, ao final de 2002, um volume de R\$48,4 bilhões, registrando um crescimento acu-

mulado de 314% desde 1996. A disparidade do crescimento das provisões em relação ao da arrecadação justifica-se pelo desempenho da previdência complementar aberta, atividade pautada na acumulação financeira para geração de benefício futuro. Esta característica do mercado segurador demonstra sua importância na formação da poupança de longo prazo e como agente financiador da economia, através do processo de inversão de seus ativos. Entretanto, devido à atual conjuntura econômica, que apresenta volatilidade do mercado de capitais e elevadas taxas de juros remunerando os compromissos do governo, verifica-se um perfil bastante conservador no investimento dos ativos, estando alocados 93,6% em aplicações de renda fixa, títulos públicos e privados.

Mercados	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Variação% 2002/1996
R\$ mil								
<b>SEGUROS</b>								
<b>NÃO-VIDA</b>								
SAÚDE	3.019.325	3.975.502	4.295.188	4.923.668	5.694.418	6.063.133	6.326.108	109,52%
AUTOMÓVEL	4.637.720	5.788.815	6.598.303	6.293.536	7.287.391	7.935.170	8.189.079	76,58%
RISCOS DIVERSOS	1.069.087	1.136.989	471.694	373.813	353.978	402.742	458.743	(57,09%)
INCÊNDIO	673.606	782.759	927.123	1.037.617	1.186.754	1.474.522	2.014.639	199,08%
DPVAT	551.817	686.233	763.445	1.047.978	1.209.796	1.280.997	1.418.149	157,00%
HABITACIONAL	822.496	925.123	1.069.870	1.009.619	893.294	797.715	776.634	(5,58%)
TRANSPORTE	350.118	386.475	377.221	440.622	484.564	584.000	643.678	83,85%
DEMAIS	751.623	868.711	872.260	1.043.771	1.272.561	1.700.585	2.215.121	194,71%
<b>TOTAL NÃO-VIDA</b>	<b>11.875.792</b>	<b>14.550.606</b>	<b>15.375.104</b>	<b>16.170.626</b>	<b>18.382.756</b>	<b>20.238.864</b>	<b>22.042.151</b>	<b>85,61%</b>
<b>VIDA</b>								
VIDA IND/GRUPO/APC	2.835.108	3.331.769	3.468.550	3.507.229	3.918.015	4.284.958	7.162.670	152,64%
ACIDENTES PESSOAIS	460.343	512.411	554.406	609.101	692.161	817.432	943.955	105,05%
<b>TOTAL VIDA</b>	<b>3.295.450</b>	<b>3.844.180</b>	<b>4.022.956</b>	<b>4.116.330</b>	<b>4.610.176</b>	<b>5.102.390</b>	<b>8.106.624</b>	<b>145,99%</b>
<b>TOTAL SEGUROS</b>	<b>15.171.242</b>	<b>18.394.786</b>	<b>19.398.060</b>	<b>20.286.956</b>	<b>22.992.932</b>	<b>25.341.254</b>	<b>30.148.775</b>	<b>98,72%</b>
<b>PREVIDÊNCIA PRIVADA</b>								
SEGURADORAS	937.241	1.502.968	2.564.739	3.061.473	4.381.062	6.321.586	6.735.440	618,65%
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	281.006	300.747	315.473	332.314	356.511	383.218	410.772	46,18%
ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS	228.850	408.932	348.477	503.810	640.756	820.223		
<b>TOTAL PREVIDÊNCIA PRIVADA</b>	<b>1.447.097</b>	<b>2.212.647</b>	<b>3.228.689</b>	<b>3.897.596</b>	<b>5.378.329</b>	<b>7.525.028</b>	<b>7.146.211</b>	<b>393,83%</b>
<b>TOTAL CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>5.736.392</b>	<b>4.420.772</b>	<b>3.553.996</b>	<b>4.090.174</b>	<b>4.391.491</b>	<b>4.789.563</b>	<b>5.217.204</b>	<b>(9,05%)</b>
<b>TOTAL SEGUROS, PREV. E CAP.</b>	<b>22.354.731</b>	<b>25.028.205</b>	<b>26.180.745</b>	<b>28.274.726</b>	<b>32.762.752</b>	<b>37.655.845</b>	<b>42.512.191</b>	<b>90,17%</b>

Fontes: SUSEP e ANS



## Participação do Mercado Segurador no PIB Arrecadação

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)	Part. PIB (%)	PIB (R\$ milhões)
1996	22.355	2,87%	778.887
1997	25.028	2,87%	870.743
1998	26.181	2,86%	914.188
1999	28.275	2,90%	973.846
2000	32.763	2,98%	1.101.255
2001	37.656	3,14%	1.200.060
2002	42.512	3,22%	1.321.490 <sup>(1)</sup>

(1) Resultados preliminares

Inclui Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Fontes: SUSEP, ANS e IBGE

## Provisões Técnicas

R\$ mil

MERCADOS	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Variação (%) 2002/1996
SEGUROS	5.154.243	6.321.776	7.294.706	8.789.891	10.569.238	10.194.149	14.443.496	180,23%
CAPITALIZAÇÃO	3.342.556	3.700.600	4.087.049	4.579.035	5.534.615	6.315.391	7.202.962	115,49%
PREVIDÊNCIA ABERTA	3.189.769	4.616.406	6.769.011	9.917.372	13.665.447	20.782.833	26.754.328	738,75%
<b>TOTAL MERCADO</b>	<b>11.686.568</b>	<b>14.638.782</b>	<b>18.150.766</b>	<b>23.286.297</b>	<b>29.769.300</b>	<b>37.292.372</b>	<b>48.400.786</b>	<b>314,16%</b>

Fontes: SUSEP e ANS

## Distribuição dos Ativos Garantidos das Provisões Técnicas

Dezembro de 2002

R\$ mil

Ativos Garantidores	Empresas de Seguro		Entidades Abertas de Previdência Complementar		Empresas de Capitalização		Total	
	Total Prov. Téc.	%	Total Prov. Téc.	%	Total Prov. Téc.	%	Total Prov. Téc.	%
Renda Fixa	17.228.252	57,43%	493.411	68,51%	4.714.000	62,79%	22.435.664	58,69%
Renda Variável	1.445.994	4,82%	8.978	1,25%	396.208	5,28%	1.851.181	4,84%
Imóvel	457.987	1,53%	61.565	8,55%	71.909	0,96%	591.461	1,55%
Títulos Públicos	10.864.856	36,22%	156.206	21,69%	2.325.985	30,98%	13.347.047	34,92%
<b>Total</b>	<b>29.997.090</b>	<b>100%</b>	<b>720.160</b>	<b>100%</b>	<b>7.508.103</b>	<b>100%</b>	<b>38.225.352</b>	<b>100%</b>

Fontes: SUSEP e ANS

## SEGUROS

Em 2002 a receita de prêmios do segmento de seguros atingiu o montante de R\$30,148 bilhões, o que representou crescimento de 18,97% sobre os R\$25,3 bilhões registrados em 2001. Essa performance é superior à do exercício anterior, que havia registrado crescimento de 10,2% em relação a 2000, apesar de ter sido marcado pelas incertezas criadas por desaceleração da economia norte-americana ocorrida no primeiro semestre daquele ano, e enfatizadas a partir de setembro pelos atentados terroristas.

Deve-se destacar que, em decorrência dos sucessivos registros de aumento no volume prêmios, o mercado de seguros brasileiro praticamente dobrou entre 1996 a 2002, ao ostentar um crescimento acumulado de 98,72%: no período o montante global das receitas passou de R\$15,171 bilhões para R\$30,148 bilhões.

De 2000 para 2002 a receita de prêmios teve um aumento de 31,0%, passando de R\$23,0 bilhões para R\$30,1 bilhões, equivalente no triênio a um aumento de R\$7,1 bilhões.

Desse aumento, o ramo Vida contribuiu, no mesmo período, com R\$3,24 bilhões, isto é, com 45,3%, tendo passado sua receita de prêmios de R\$3,92 bilhões em 2000 para R\$7,16 bilhões em 2002. Ano em que Vida colocou-se em 2º lugar entre os mais importantes do mercado, com participação de 23,8%, deslocando para o 3º lugar o ramo Saúde com 21,0%.

Fatos importantes como a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras para os seguros de vida por sobrevivência e a regulamentação do VGBL, possibilitaram que o ramo Vida tornasse disponível ao consumidor um produto alternativo aos planos tradicionais de previdência, em face do seu tratamento fiscal diferenciado.

A perda de velocidade do Seguro Saúde esteve consignada no aumento de 2001 para 2002 de tão somente 4,3% de sua receita, que no período passou de R\$6,06 bilhões para R\$6,3 bilhões. A queda no ritmo das receitas do ramo deveu-se às incertezas produzidas pelos reajustes inadequados, de um lado, em contraste com a obrigatoriedade de ampliar os atendimentos, do outro, que produziram maiores custos afetando a rentabilidade da atividade.

No mesmo período, de 2000 para 2002, a receita de prêmios do ramo Auto teve um aumento de 12,4%, equivalente a R\$901,7 milhões, isto é, 12,6% do total do aumento do triênio.

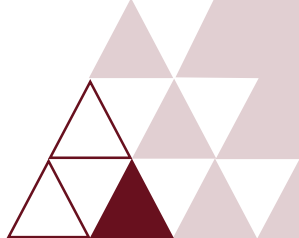
Mesmo permanecendo como o ramo mais importante do mercado, a receita de prêmio de Auto, em 2002, de R\$8,19 bilhões, teve sua participação reduzida para 27,2% contra 31,3% em 2001. O ramo sofreu o efeito da crise de vendas da indústria automobilística, cujos preços reajustados em função da desvalorização cambial estiveram se confrontando com a queda do poder aquisitivo do mercado.

### Prêmio Total

R\$ mil

Ramos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var 02/96	Mix 2002
Automóvel	4.637.720	5.788.815	6.598.303	6.293.536	7.287.391	7.935.170	8.189.079	76,58%	27,16%
Vida	2.835.108	3.331.769	3.468.550	3.507.229	3.918.015	4.284.958	7.162.670	152,64%	23,76%
Saúde	3.019.325	3.975.502	4.295.188	4.923.668	5.694.418	6.063.133	6.326.108	109,52%	20,98%
Riscos Diversos	1.069.087	1.136.989	471.694	373.813	353.978	402.742	458.743	-57,09%	1,52%
Incêndio	673.606	782.759	927.123	1.037.617	1.186.754	1.474.522	2.014.639	199,08%	6,68%
Acidentes Pessoais	460.343	512.411	554.406	609.101	692.161	817.432	943.955	105,05%	3,13%
DPVAT	551.817	686.233	763.445	1.047.978	1.209.796	1.280.997	1.418.149	157,00%	4,70%
Habitacional	822.496	925.123	1.069.870	1.009.619	893.294	797.715	776.634	-5,58%	2,58%
Transporte	350.118	386.475	377.221	440.622	484.564	584.000	643.678	83,85%	2,14%
Demais	751.623	868.711	872.260	1.043.771	1.272.561	1.700.585	2.215.121	194,71%	7,35%
<b>TOTAL</b>	<b>15.171.242</b>	<b>18.394.786</b>	<b>19.398.060</b>	<b>20.286.956</b>	<b>22.992.932</b>	<b>25.341.254</b>	<b>30.148.775</b>	<b>98,72%</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: SUSEP e ANS



As mudanças do mix entre os ramos principais, principalmente do ramo Vida, que teve sua participação aumentada de 16,9% em 2001 para 23,76% em 2002, ainda não se refletiram sobre as despesas de comercialização, cujo aumento em 2002 foi de 4,7%, passando de R\$3,5 bilhões para R\$3,67 bilhões.

O custo de comercialização de 2002, de 15,7%, apresentou-se em queda de 0,2 pontos percentuais em relação ao custo de 2001, de 15,9%. Entretanto, a forte presença do ramo Vida deverá produzir, no futuro, variação de comportamento. Tradicionalmente o ramo Vida apresenta custos de comercialização mais elevados. Em 2002, foi de 24,3%, muito maior que os custos do Seguro Saúde e do ramo Auto, respectivamente de 3,7% e 19,5%.

A sinistralidade de 2002, de 66,93%, ficou praticamente a mesma que a de 2001, de 66,48%. Entretanto, o ramo Auto, devido à sua prolongada estagnação, pagou o preço de uma sinistralidade em aumento, tendo passado de 69,00% em 2001 para 71,07% em 2002, revelando estar a indústria de seguros trabalhando mais na reposição do que nos veículos novos, o que prejudicou a sinistralidade, inclusive pelo envelhecimento da frota.

A sinistralidade do ramo Vida, depois da queda de 2001 que a levou para 49,09%, aumentou em 2002 para 53,52%, devido mais à velocidade dos resgates do que propriamente à ocorrência de maiores eventos negativos, em função do desenvolvimento inicial do VGBl e dos seus reduzidos prazos de carência para resgate.

Em função da maior atenção sobre seus custos, o Seguro Saúde, em 2002, pôde evidenciar queda na sinistralidade, que passou de 83,19% em 2001 para 82,07% em 2002.

As despesas administrativas, relativas às operações de seguros, nelas incluídas as despesas com tributos e as outras (receitas) despesas operacionais, foram, em 2002, de R\$4,8 bilhões contra R\$4,3 bilhões em 2001, evidenciando um aumento das despesas de 10,27% apesar do aumento da receita de prêmios de 18,97%.

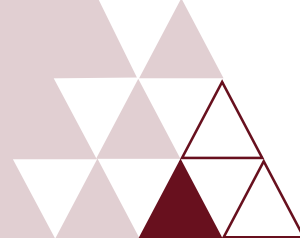
O custo administrativo de 2002, de 20,51%, vem apresentando aumento em relação ao custo de 2001, de 19,6%, e de 2000, de 17,27%. Se aparentemente não há registro de eficiências, elas emergem quando do exame das carteiras de previdência complementar aberta, administradas pelas Seguradoras em conjunto com os ramos de seguros. O valor dessas carteiras passou de R\$567,7 milhões em 2000 para R\$1,0 bilhão em 2002.

O índice combinado de 2002, de 103,12%, pior que o de 2001, de 102,08%, refletiu principalmente o aumento da sinistralidade, ao passo que o índice combinado ampliado - que melhorou passando de 90,8% em 2001 para 89,0%, em 2002 - evidenciou o aumento do resultado financeiro. Este deu-se mais em função do aumento da liquidez do que das taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras registraram no período um aumento de volume de 15,9%, ao mesmo tempo que as taxas de juros aumentaram de tão somente 1 ponto percentual, passando de 14,55% para 15,54%.

## Sinistralidade

Ramos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Automóvel	68,26%	72,87%	70,89%	76,11%	72,69%	69,00%	71,07%
Vida	48,86%	46,79%	51,81%	51,44%	50,09%	49,09%	53,52%
Saúde	75,56%	77,74%	79,67%	79,02%	80,30%	83,19%	82,07%
Riscos Diversos	65,79%	67,63%	56,45%	61,37%	64,57%	63,03%	60,73%
Incêndio	48,99%	64,80%	69,82%	70,49%	63,32%	61,68%	55,48%
Acidentes Pessoais	22,49%	21,59%	25,16%	23,73%	23,77%	25,11%	28,66%
DPVAT	75,58%	76,93%	62,13%	72,90%	77,27%	78,77%	75,78%
Habitacional	71,86%	74,78%	70,15%	43,94%	39,34%	29,10%	34,15%
Transporte	49,24%	52,38%	54,78%	61,49%	51,15%	51,45%	45,02%
Demais	57,56%	66,09%	58,39%	67,93%	62,07%	65,00%	60,90%
<b>TOTAL</b>	<b>63,40%</b>	<b>66,41%</b>	<b>66,61%</b>	<b>69,00%</b>	<b>67,29%</b>	<b>66,48%</b>	<b>66,93%</b>

Fontes: SUSEP e ANS



## Dados Acumulados

R\$ mil

Contas	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Evolução 2002/2001	Evolução 2002/1996
PRÊMIO TOTAL	15.171.242	18.394.786	19.398.060	20.286.956	22.992.932	25.341.254	30.148.775	18,97%	98,72%
PRÊMIO GANHO	14.049.111	16.425.276	17.979.414	17.918.810	19.764.212	22.071.349	23.388.874	5,97%	66,48%
SINISTRO RETIDO	8.907.558	10.907.235	11.976.638	12.363.413	13.300.082	14.672.972	15.653.849	6,68%	75,74%
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	2.719.220	3.008.157	3.120.190	3.157.512	3.268.601	3.508.348	3.668.421	4,56%	34,91%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS*	2.427.079	2.804.259	3.038.183	3.746.224	3.414.158	4.349.860	4.796.612	10,27%	97,63%
RESULTADO FINANCEIRO	1.537.195	1.587.116	3.228.689	3.179.781	2.701.543	2.734.361	3.710.462	35,70%	141,38%

Fontes: SUSEP e ANS

Prêmio total = prêmio emitido - cancelamento-restituição-desconto

Prêmio ganho = prêmio total - co-seguro cedido + co-seguro aceito-resseguro cedido + retrocessão + consórcios e fundos - variação da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

Sinistro Retido = sinistro de seguros - sinistro de co-seguro cedido + sinistro de cosseguro aceito + consórcios e fundos - sinistro de resseguro cedido + sinistro de retrocessão - salvados e ressarcidos + variação da provisão de IBNR

\* Despesas Administrativas incluem Despesas com Tributos

## Custos

Em % - Carteira Retida	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Sinistralidade	63,40%	66,41%	66,61%	69,00%	67,29%	66,48%	66,93%
Custo Administrativo	17,28%	17,07%	16,90%	20,91%	17,27%	19,71%	20,51%
Custo de Comercialização	19,36%	18,31%	17,35%	17,62%	16,54%	15,90%	15,68%

Em % - Carteira Retida	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Índice Combinado	100,03%	101,79%	100,87%	107,52%	101,11%	102,08%	103,12%
Índice Combinado Ampliado	90,17%	92,82%	85,51%	91,32%	88,95%	90,83%	89,00%

Fontes: SUSEP e ANS

As aplicações financeiras tornaram-se o ativo mais importante do mercado de seguros, representando no final do exercício de 2002, 50,6% do total, cabendo 24,2% ao ativo permanente, enquanto que o capital de giro bruto contraiu-se de 27,7% em 2001 para 25,2% em 2002.

Em 2002, a liquidez imediata manteve-se elevada e constantemente aplicada em títulos de renda fixa de curto prazo, que deram cobertura de 103,0% às reservas técnicas, de R\$14,4 bilhões.

Entretanto, foi a cobertura das reservas técnicas por parte do total aplicações – dele fazendo parte a liquidez imediata – que melhor evidenciou a capacidade das Seguradoras de fazer frente a todo e qualquer compromisso:

R\$ mil

	2002	2001	2000
Total aplicações	18.150.257	13.651.059	11.924.568
Reservas técnicas	14.443.496	10.194.149	10.569.238
<u>Total aplicações</u> Reservas técnicas	126%	134%	113%

Liquidez e Solidez apresentaram-se em 2002 de forma unívoca, entrelaçadas, com parâmetros elevados.

A solvência de 2002 registrou um aumento de 14,7% no superávit da estrutura patrimonial do mercado, tendo passado de R\$1,56 bilhão em 2001 para R\$1,80 bilhão em 2002, superávit esse que representou o excedente dos direitos sobre as obrigações para fazer frente a qualquer imprevisto. O superávit de 2002 representou 13,55% do patrimônio líquido e 5,96% da receita de prêmios do ano.



## Demonstrativo de Participação por Estado

Período: 1996-2002

R\$ mil

Unidades da Federação	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996
São Paulo	55,27%	51,60%	49,53%	47,73%	48,42%	47,87%	47,58%
Rio de Janeiro	14,25%	15,38%	16,49%	19,16%	17,64%	17,21%	17,49%
Minas Gerais	5,21%	5,24%	5,17%	5,39%	5,93%	6,02%	6,02%
Paraná	4,44%	4,91%	5,14%	5,05%	5,33%	5,40%	5,39%
Rio Grande do Sul	4,25%	4,71%	4,71%	5,10%	5,26%	5,35%	5,85%
Distrito Federal	4,07%	4,09%	3,81%	2,95%	2,71%	2,60%	1,58%
Bahia	2,94%	3,19%	3,88%	3,67%	3,17%	3,40%	3,19%
Pernambuco	2,20%	2,51%	2,70%	2,64%	2,39%	2,52%	2,34%
Santa Catarina	2,15%	2,45%	2,36%	2,34%	2,67%	2,64%	2,51%
Goiás	0,99%	1,19%	1,21%	1,11%	1,32%	1,94%	3,47%
Espírito Santo	0,74%	0,84%	0,87%	0,89%	0,94%	0,86%	0,75%
Pará	0,63%	0,65%	0,67%	0,75%	0,70%	0,75%	0,61%
Ceará	0,61%	0,75%	0,76%	0,71%	0,79%	0,71%	0,73%
Mato Grosso do Sul	0,54%	0,58%	0,56%	0,61%	0,66%	0,59%	0,57%
Mato Grosso	0,35%	0,45%	0,42%	0,37%	0,44%	0,49%	0,44%
Alagoas	0,26%	0,22%	0,27%	0,26%	0,29%	0,31%	0,31%
Rio Grande do Norte	0,21%	0,22%	0,26%	0,26%	0,25%	0,26%	0,20%
Amazonas	0,18%	0,22%	0,25%	0,21%	0,25%	0,27%	0,25%
Maranhão	0,17%	0,18%	0,21%	0,20%	0,26%	0,27%	0,26%
Paraíba	0,15%	0,17%	0,19%	0,21%	0,21%	0,16%	0,17%
Sergipe	0,12%	0,13%	0,12%	0,13%	0,14%	0,15%	0,11%
Piauí	0,10%	0,11%	0,11%	0,10%	0,08%	0,10%	0,06%
Rondônia	0,08%	0,10%	0,10%	0,08%	0,09%	0,08%	0,07%
Tocantins	0,05%	0,06%	0,12%	0,03%	0,04%	0,02%	0,02%
Amapá	0,02%	0,03%	0,02%	0,01%	0,02%	0,01%	0,01%
Acre	0,01%	0,02%	0,03%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%
Roraima	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>PRÊMIO TOTAL</b>	<b>30.148.775</b>	<b>25.341.254</b>	<b>22.992.932</b>	<b>20.286.956</b>	<b>19.398.060</b>	<b>18.394.786</b>	<b>15.171.242</b>

Fontes: SUSEP e ANS



## SEGURO AUTO

O ramo Auto, em 2002, permaneceu como a principal carteira do mercado de seguros, tendo, entretanto, apresentado uma perda de participação relativa no mercado, em 2001 era de 31,33% passou para 27,2% em 2002, em face da expansão do ramo Vida e da crise da indústria au-

tomobilística. Entretanto, apesar da elevada representatividade em relação às demais carteiras, verifica-se ainda grandes possibilidades de expansão do ramo por se constatar que somente cerca de 30% da frota nacional de veículos tem contratado uma apólice de seguros.

### Cobertura Casco

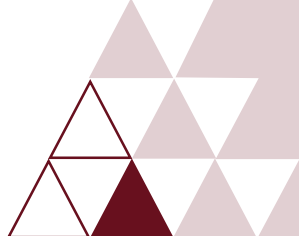
Categoria Tarifária	2002				R\$ mil
	No. Expostos	Prêmio Emitido	Nº Sinistros	Valor Sinistros	
Passeio Nacional	6.451.201	3.805.004.845	1.094.277	2.908.624.100	
Passeio Importado	343.239	454.825.081	71.812	338.915.393	
Pick-up (nacional e importada)	835.431	1.125.034.233	131.187	741.576.288	
Veículo de Carga (nacional e importado)	374.056	910.053.275	42.021	552.052.047	
Motocicleta (nacional e importada)	26.167	31.555.457	4.406	18.726.122	
Ônibus (nacional e importado)	14.733	33.400.116	1.029	11.480.880	
Utilitários (nacional e importado)	43.494	77.799.292	11.121	40.848.906	
Outros	3.094	5.370.071	362	2.277.887	
<b>TOTAL</b>	<b>8.091.415</b>	<b>6.443.042.370</b>	<b>1.356.215</b>	<b>4.614.501.623</b>	

Fonte: SUSEP (AutoSeg)

### Consolidado por UF - Cobertura - Casco

UF	2002				R\$ mil
	Nº Expostos	Prêmio Emitido	Nº Sinistros	Valor Sinistros	
AC	3.638	3.943.464	438	1.654.231	
AL	38.622	29.835.359	5.005	19.088.815	
AM	23.488	22.325.462	4.056	12.708.643	
AP	3.114	2.995.643	405	1.302.557	
BA	243.658	187.621.925	37.194	167.771.522	
CE	103.899	72.482.130	19.862	47.832.033	
DF	201.165	139.501.509	38.235	96.894.861	
ES	113.721	93.214.271	21.309	74.689.526	
GO	150.210	130.745.671	27.745	97.165.536	
MA	28.325	29.416.187	5.305	20.767.512	
MG	642.921	451.115.016	77.600	337.219.887	
MS	69.883	67.473.939	8.490	34.882.861	
MT	68.914	81.235.242	8.655	45.823.861	
PA	53.185	56.586.113	8.958	38.355.605	
PB	45.863	34.229.623	7.430	24.927.591	
PE	175.723	128.682.535	22.226	103.588.526	
PI	20.568	17.761.750	3.857	11.158.416	
PR	558.022	390.183.092	56.697	286.071.903	
RJ	827.248	757.921.067	136.418	602.941.442	
RN	49.890	36.646.201	10.935	24.895.124	
RO	16.216	18.238.290	1.862	9.634.978	
RR	2.241	2.654.756	322	1.430.286	
RS	575.398	376.289.550	65.504	294.908.209	
SC	350.016	237.119.548	38.139	177.372.882	
SE	34.272	27.593.345	5.627	21.568.019	
SP	3.677.066	3.031.582.658	741.618	2.050.201.491	
TO	14.150	15.648.026	2.323	9.706.153	
<b>Brasil</b>	<b>8.091.415</b>	<b>6.443.042.370</b>	<b>1.356.215</b>	<b>4.614.501.623</b>	

Fonte: SUSEP (AutoSeg)



## Cobertura Casco - Sinistros

2002 R\$ mil

Categoria Tarifária	Roubo ou Furto		Colisão Parcial		Colisão Perda Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Passeio Nacional	99.282	1.169.117.778	485.408	1.006.893.886	44.883	636.159.657
Passeio Importado	4.725	105.867.575	24.026	101.831.753	4.711	118.246.884
Pick-up (nacional e importada)	14.782	363.368.978	48.287	172.083.500	6.840	185.921.527
Veículo de Carga (nacional e importado)	5.840	247.618.882	17.701	185.040.937	2.096	102.742.829
Motocicleta (nacional e importada)	1.133	11.033.290	949	3.810.688	159	3.121.846
Ônibus (nacional e importado)	71	4.227.189	490	4.744.911	35	2.253.275
Utilitários (nacional e importado)	893	19.549.720	2.236	7.804.321	452	11.602.683
Outros	22	693.127	224	872.093	20	666.144
<b>Total</b>	<b>126.748</b>	<b>1.921.476.538</b>	<b>579.321</b>	<b>1.483.082.090</b>	<b>59.196</b>	<b>1.060.714.844</b>

Fonte: SUSEP (AutoSeg)

## Cobertura Casco - Sinistros

2002 R\$ mil

Categoria Tarifária	Incêndio		Outros	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Passeio Nacional	2.246	17.730.115	462.458	78.722.665
Passeio Importado	248	3.707.591	38.102	9.261.591
Pick-up (nacional e importada)	437	5.515.176	60.841	14.687.106
Veículo de Carga (nacional e importado)	375	6.062.538	16.009	10.586.862
Motocicleta (nacional e importada)	2	20.382	2.163	739.916
Ônibus (nacional e importado)	2	56.600	431	198.905
Utilitários (nacional e importado)	23	281.724	7.517	1.610.459
Outros	0	0	96	46.523
<b>Total</b>	<b>3.333</b>	<b>33.374.126</b>	<b>587.617</b>	<b>115.854.026</b>

Fonte: SUSEP (AutoSeg)

## SEGURO SAÚDE

O Seguro Saúde atende hoje a cerca de 5,2 milhões de brasileiros, constituindo 14,9% do atendimento do mercado de saúde supletiva no Brasil, estimado em cerca de 35 milhões de pessoas.

É ainda um número relativamente pequeno, considerando o total da população brasileira (174 milhões). Pode-se deduzir que, na hipótese de se evoluir para um ambiente regulatório favorável, existiria ainda amplo mercado a ser conquistado.

O mercado brasileiro de saúde suplementar, no entanto, tem se mostrado bastante difícil nestes últimos anos. Por um lado, observou-se aumento dos custos médico-hospitalares acima da inflação, aumento da frequência de utilização dos serviços

População Brasileira – 2002

**174 milhões**

Saúde Pública

**139 milhões**

Sistema Privado de Saúde Suplementar, dos quais 5,2 milhões têm Seguro Saúde

**35 milhões**

médicos, ampliação das coberturas e extinção dos limites de utilização instituídos pela Lei nº 9656/98. Por outro lado, os reajustes financeiros autorizados pela Agência Nacional de Saúde, têm sido



significativamente inferiores à necessidade demonstrada pelas Seguradoras. A conjugação destes fatores tem se refletido na sinistralidade da carteira, que se manteve no alarmante patamar de 83% em dezembro de 2002. Desde 1994, quando atingiu 72%, a sinistralidade vem se deteriorando anualmente.

No ano de 2002, o volume total de prêmios do Seguro Saúde atingiu R\$6,29 bilhões, representando um crescimento nominal de 3,73% em comparação com o ano 2001. Enquanto isso, o volume total de sinistros retidos em 2002 atingiu R\$5,64 bilhões, representando um crescimento nominal de 12,69% em relação ao ano 2001.

## SEGURO VIDA

O seguro do ramo Vida vinha mantendo um comportamento estável durante os anos, entretanto, no ano de 2002, verificou-se um crescimento de 70% em relação a 2001, sendo que o crescimento se concentra especificamente no ramo do seguro de vida individual que registra, no mesmo período, um crescimento de 655%.

Tal desenvolvimento se tornou possível, inicialmente, ao ser viabilizada a isenção do IOF para os seguros de vida por sobrevivência ainda em 2001, permitindo, a partir de então, a regulamentação de uma modalidade de seguro de vida com acumulação financeira, denominado VGBL - Vida

Gerador de Benefício Livre, cuja concepção tributária lhe forneceu capacidade de competitividade com produtos tradicionais de acumulação financeira. Novas expectativas se formam com a possibilidade de desenvolvimento de novos produtos, combinando o risco e a acumulação.

Outro segmento do seguro de pessoas que apresentou expressivo crescimento a partir do ano 2000, registrando uma taxa de 765% entre 1996 e 2002, foi o seguro de acidentes pessoais coletivo, que tinha uma participação relativa de 10% em 1996, alcançando 44% em 2002.

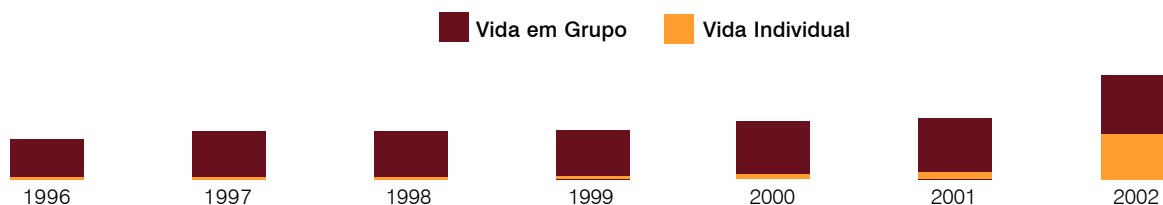
### Vida

R\$ milhões

RAMOS	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		Cresc. (%) 2002/1996
	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	
Vida Individual	182	7%	202	6%	198	6%	204	6%	299	8%	392	10%	2.962	43%	1.529%
Vida em Grupo	2.462	93%	2.939	94%	3.065	94%	3.106	94%	3.434	92%	3.708	90%	4.004	57%	63%
<b>Total - Vida</b>	<b>2.644</b>	<b>100%</b>	<b>3.141</b>	<b>100%</b>	<b>3.263</b>	<b>100%</b>	<b>3.310</b>	<b>100%</b>	<b>3.733</b>	<b>100%</b>	<b>4.100</b>	<b>100%</b>	<b>6.966</b>	<b>100%</b>	<b>163%</b>

Fonte: SUSEP

### Prêmio

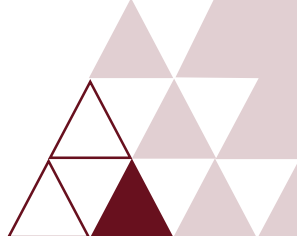


### Acidentes Pessoais

R\$ milhões

RAMOS	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		Cresc. (%) 2002/1996
	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	Prêmio	Part(%)	
AP Individual	413	90%	458	89%	504	91%	543	89%	541	78%	549	67%	532	56%	29%
AP Coletivo	48	10%	55	11%	51	9%	66	11%	151	22%	268	33%	412	44%	765%
<b>Total - AP</b>	<b>460</b>	<b>100%</b>	<b>512</b>	<b>100%</b>	<b>554</b>	<b>100%</b>	<b>609</b>	<b>100%</b>	<b>692</b>	<b>100%</b>	<b>817</b>	<b>100%</b>	<b>944</b>	<b>100%</b>	<b>105%</b>

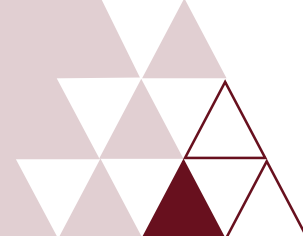
Fonte: SUSEP



Vida	Ramos	Prêmio Total (subscrito)(1)	Co-Seguro Cedido	Prêmio Ganho Bruto (2)	Resseguro Cedido	Prêmio Ganho Retido (3)	Sinistro Bruto (4)	Sinistro Retido (5)	Sinistralidade Bruta (6)	Sinistralidade Retida (7)	Desp. Bruta	Com. Retida
VG/APC		196.220	10.202	190.950	1.596	189.355	68.643	64.612	35,95%	34,12%	31.840	28.044
Vida em Grupo		4.004.074	314.373	3.952.524	80.656	3.871.829	2.281.808	2.124.097	57,73%	54,86%	971.885	941.988
Vida Individual		2.962.376	689	391.898	1.332	390.564	188.380	193.657	48,07%	49,58%	121.407	112.102
<b>TOTAL VIDA</b>		<b>7.162.670</b>	<b>325.264</b>	<b>4.535.372</b>	<b>83.583</b>	<b>4.451.748</b>	<b>2.538.831</b>	<b>2.382.367</b>	<b>55,98%</b>	<b>53,52%</b>	<b>1.125.132</b>	<b>1.082.134</b>
<b>TOTAL PREVIDÊNCIA (8)</b>		<b>6.735.440</b>						<b>3.839.521</b>				<b>100.786</b>
<b>TOTAL VIDA &amp; PREVIDÊNCIA</b>		<b>13.898.109</b>	<b>325.264</b>	<b>4.535.372</b>	<b>83.583</b>	<b>4.451.748</b>	<b>2.538.831</b>	<b>6.221.888</b>	<b>55,98%</b>	<b>128,97%</b>	<b>1.125.132</b>	<b>1.182.920</b>
<b>Não - Vida</b>												
Transporte Intermodal		5.703	226	5.690	1.284	4.406	11.487	2.132	201,88%	48,40%	832	832
Transporte Internacional		339.215	35.011	337.004	93.095	243.834	111.996	61.372	33,23%	25,17%	46.708	44.268
Transporte Nacional		298.760	24.151	294.429	22.410	272.047	173.274	170.722	58,85%	62,75%	58.006	55.474
Total Transporte		643.678	59.387	637.123	116.789	520.286	296.757	234.226	46,58%	45,02%	105.545	100.574
Auto		8.189.079	56.942	7.985.554	51.627	7.934.048	5.651.153	5.638.455	70,77%	71,07%	1.544.512	1.546.948
Saúde		6.326.108	24	6.315.000	56.644	6.258.356	5.374.129	5.136.227	85,10%	82,07%	257.205	233.521
Riscos Diversos		458.743	20.165	446.846	84.744	361.977	229.393	219.827	51,34%	60,73%	87.566	85.552
Incêndio		2.014.639	242.287	1.952.844	976.229	976.604	1.207.260	541.797	61,82%	55,48%	266.944	265.141
Acidentes Pessoais		943.955	50.535	895.845	12.674	883.185	240.772	253.083	26,88%	28,66%	187.786	186.033
DPVAT		1.418.149	195	670.341	3.687	666.652	505.174	505.174	75,36%	75,78%	13.987	14.002
Habitacional		776.634	5.075	309.077	44.095	264.981	473.180	90.486	153,09%	34,15%	(248)	(1.091)
<b>TOTAL DEMAIS RAMOS</b>		<b>2.215.121</b>	<b>204.085</b>	<b>2.160.748</b>	<b>1.090.316</b>	<b>1.071.037</b>	<b>1.119.552</b>	<b>652.208</b>	<b>51,81%</b>	<b>60,90%</b>	<b>155.616</b>	<b>155.607</b>
Aeronáuticos		346.259	68.286	344.066	308.253	35.629	230.282	27.503	66,93%	77,19%	2.821	2.931
Animais		2.473	3	2.395	1.357	1.038	2.139	816	89,30%	78,60%	17	17
Cascos Marítimos		92.512	2.525	89.463	54.386	34.884	64.716	37.601	72,34%	107,79%	8.995	9.161
Compreensivo de Florestas		698	0	612	560	53	155	58	25,42%	108,28%	(76)	(60)
Crédito à Exportação		13.872	0	12.460	11.599	862	6.603	920	52,99%	106,76%	(2.573)	(2.670)
Crédito Interno		177.346	0	161.940	16.064	146.130	107.900	124.293	66,63%	85,06%	25.686	25.750
D.P.E.M.		1.908	0	1.841	145	1.697	461	559	25,03%	32,95%	716	719
Fiança Locatícia		27.688	26	24.178	787	23.416	11.340	12.318	46,90%	52,61%	4.701	4.685
Fidelidade		849	(3)	904	443	461	75	(165)	8,30%	-35,91%	52	58
Garantia		161.989	8.689	158.089	134.685	25.144	39.513	6.196	24,99%	24,64%	(13.065)	(14.845)
Global de Bancos		61.245	198	60.856	16.404	44.475	13.840	(3.591)	22,74%	-8,07%	194	225
Lucros Cessantes		6.431	196	6.202	4.618	1.581	2.095	(963)	33,79%	-60,90%	614	397
Perda de Cert. Hab. de Vão		101	0	101	81	20	3	5	2,98%	23,74%	8	10
Penhor Rural		51.409	3	46.814	14.004	32.810	14.845	12.494	31,71%	38,08%	(785)	(724)
Resp. C. Transp. Rodoviário - Carga		268.648	12.592	268.028	10.653	257.375	143.716	146.429	53,62%	56,89%	53.682	53.578
Resp. Civil Armador - Carga		248	38	247	30	217	170	2	68,89%	0,84%	43	43
Resp. Civil Transp. - Desvio de Carga		161.076	4.752	159.538	3.526	156.012	100.832	101.820	63,20%	65,26%	34.423	34.462
Resp. Civil do Transp. Aéreo - Carga		3.133	234	3.135	78	3.056	1.479	1.114	47,19%	36,44%	822	822
Resp. C. do Transp. Viagens Int.		7.657	8	7.556	2.359	5.197	1.266	80	16,75%	1,53%	726	714
Responsabilidade Civil Geral		281.777	18.502	272.081	174.164	98.544	87.863	70.197	32,29%	71,23%	8.591	7.150
Responsabilidade Civil Hangar		5	0	5	0	5	0	0	0,00%	0,00%	0	0
Riscos de Engenharia		206.323	28.281	202.371	158.601	44.868	117.253	23.736	57,94%	52,90%	10.683	11.209
Riscos de Petróleo		114.679	52.193	114.741	109.879	2.080	8.323	1.649	7,25%	79,29%	1.276	1.402
Riscos do Exterior		(3)	0	(3)	0	(3)	1.065	1.053	-4002,12%	-39576,09%	23	23
Riscos Nucleares		8.766	0	8.766	9.058	(292)	0	0	0,00%	-0,01%	(465)	(470)
Riscos Rurais		50.860	0	50.482	44.637	5.845	79.577	13.229	157,63%	226,34%	(3.930)	(3.891)
Roubo		27.721	454	25.903	10.968	14.934	17.843	8.573	68,88%	57,41%	3.045	2.916
Satélites		0	0	(0)	0	(1)	0	0	0,00%	0,00%	0	0
Sucursais no Exterior		1.712	0	1.713	0	1.713	125	125	7,29%	7,29%	599	83
Tumultos		24	0	23	11	12	19	19	85,31%	162,24%	0	2
Turístico		9.784	0	9.638	98	9.541	3.310	3.415	34,35%	35,80%	1.695	1.585
Vidros		57	0	63	0	63	40	78	64,02%	123,87%	2	4
Rendimentos Aleatórios (9)		127.871	7.108	126.541	2.868	123.673	62.703	62.647	49,55%	50,66%	17.095	20.318
<b>TOTAL NÃO-VIDA</b>		<b>22.986.106</b>	<b>638.695</b>	<b>21.373.378</b>	<b>2.436.805</b>	<b>18.937.126</b>	<b>15.097.370</b>	<b>13.271.482</b>	<b>70,64%</b>	<b>70,08%</b>	<b>2.618.912</b>	<b>2.586.287</b>
<b>TOTAL SEGUROS</b>		<b>30.148.775</b>	<b>963.959</b>	<b>25.908.750</b>	<b>2.520.389</b>	<b>23.388.874</b>	<b>17.636.201</b>	<b>15.653.849</b>	<b>68,07%</b>	<b>66,93%</b>	<b>3.744.044</b>	<b>3.668.421</b>
<b>TOTAL SEGS. &amp; PREV.</b>		<b>36.884.215</b>						<b>19.493.370</b>				<b>3.769.206</b>

Fonte: SUSEP e ANS

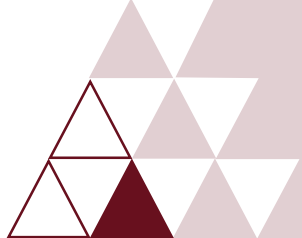
1) Prêmio total = prêmio emitido - cancelamento - restituição - desconto (Total Previdência foram considerados os valores das contribuições) 2) Prêmio Ganho Bruto = prêmio emitido + co-seguro aceito - restituição - descontos - variação de prêmio não ganho 3) Prêmio Ganho Retido = prêmio emitido + co-seguro aceito - co-seguro cedido - restituição - descontos - resseguro cedido + retrocessão aceita - variação de prêmio não ganho 4) Sinistro Bruto = sinistro de seguro + sinistro de co-seguro aceito - sinistro de co-seguro cedido - salvados e ressarcimento 5) Sinistro Retido = sinistro de seguro + sinistro de co-seguro aceito - sinistro de co-seguro cedido - sinistro de resseguro cedido + sinistro de retrocessão aceita - salvados e ressarcimentos (Total Previdência foram considerados os valores de benefícios e resgates) 6) Sinistralidade Bruta = sinistro bruto/prêmio ganho bruto 7) Sinistralidade Retida = sinistro retido/prêmio ganho 8) Informações das Seguradoras que operam em Previdência Complementar Aberta 9) Rendas predeterminadas nos seguros de pessoas



Vida	Ramos	Prêmio Total (subscrito)(1)	Co-Seguro Cedido	Prêmio Ganho Bruto (2)	Resseguro Cedido	Prêmio Ganho Retido (3)	Sinistro Bruto (4)	Sinistro Retido (5)	Sinistralidade Bruta (6)	Sinistralidade Retida (7)	Desp. Com Bruta	Desp. Com Retida
VG/APC		185.339	18.062	185.281	2.412	182.874	71.104	73.680	38,38%	40,29%	29.184	27.363
Vida em Grupo		391.864	933	199.615	856	198.787	69.477	69.268	34,81%	34,85%	65.660	64.637
Vida Individual		3.707.755	331.280	3.777.378	69.968	3.707.964	1.827.596	1.864.711	48,38%	50,29%	966.465	955.152
<b>TOTAL VIDA</b>		<b>4.284.958</b>	<b>350.275</b>	<b>4.162.274</b>	<b>73.236</b>	<b>4.089.625</b>	<b>1.968.178</b>	<b>2.007.659</b>	<b>47,29%</b>	<b>49,09%</b>	<b>1.061.309</b>	<b>1.047.151</b>
<b>TOTAL PREVIDÊNCIA (8)</b>		<b>6.321.586</b>						<b>2.939.754</b>				<b>94.620</b>
<b>TOTAL VIDA &amp; PREVIDÊNCIA</b>		<b>10.606.544</b>	<b>350.275</b>	<b>4.162.274</b>	<b>73.236</b>	<b>4.089.625</b>	<b>1.968.178</b>	<b>4.947.413</b>	<b>47,29%</b>	<b>107,89%</b>	<b>1.061.309</b>	<b>1.141.772</b>
<b>Não - Vida</b>												
Transporte Intermodal		3.466	134	3.554	905	2.649	884	893	24,87%	33,70%	417	406
Transporte Internacional		312.124	39.909	323.241	78.705	245.447	108.594	94.501	33,60%	38,50%	41.794	40.833
Transporte Nacional		268.410	26.343	282.107	15.470	266.635	165.938	169.420	58,82%	63,54%	52.406	51.038
Total Transporte		584.000	66.386	608.902	95.080	514.731	275.416	264.813	45,23%	51,45%	94.616	92.278
Auto		7.935.170	83.647	7.711.180	22.361	7.689.227	5.298.629	5.305.204	68,71%	69,00%	1.557.049	1.497.889
Saúde		6.063.133	27.458	6.044.804	20.208	6.024.595	4.963.318	5.011.905	82,11%	83,19%	242.042	233.989
Riscos Diversos		402.742	28.428	0	0	334.071	0	210.549	0,00%	63,03%	87.506	86.958
Incêndio		1.474.522	191.278	1.449.074	623.233	827.184	974.736	510.196	67,27%	61,68%	252.782	240.793
Acidentes Pessoais		817.432	67.098	803.231	12.569	791.052	194.458	198.650	24,21%	25,11%	177.714	172.373
DPVAT		1.280.997	1.345	625.900	25.497	600.404	472.913	472.913	75,56%	78,77%	8.590	7.277
Habitacional		797.715	158.419	298.923	50.330	248.619	423.229	72.350	141,58%	29,10%	(540)	(4.204)
<b>TOTAL DEMAIS RAMOS</b>		<b>1.700.585</b>	<b>189.856</b>	<b>1.705.365</b>	<b>751.132</b>	<b>951.840</b>	<b>1.943.838</b>	<b>618.733</b>	<b>113,98%</b>	<b>65,00%</b>	<b>135.103</b>	<b>133.844</b>
Aeronáuticos		201.751	66.642	203.146	179.063	11.349	97.623	25.931	48,06%	228,48%	(408)	(792)
Animais		2.507	50	2.310	1.458	853	1.389	594	60,15%	69,59%	(47)	(45)
Cascos Marítimos		71.656	5.023	70.291	36.747	34.278	46.919	39.173	66,75%	114,28%	8.175	8.099
Compreensivo de Florestas		513	0	602	471	130	112	109	18,56%	83,74%	(143)	(90)
Crédito à Exportação		9.443	0	9.097	7.863	1.233	7.232	2.835	79,49%	229,92%	(1.905)	(1.903)
Crédito Interno		145.593	3.083	132.006	12.980	119.390	76.529	79.819	57,97%	66,86%	23.497	23.719
D.P.E.M.		1.481	0	1.449	145	1.304	543	535	37,50%	41,02%	566	555
Fiança Locatícia		24.029	75	22.024	738	21.350	8.870	9.289	40,27%	43,51%	4.478	4.590
Fidelidade		1.060	16	1.003	647	356	(147)	(888)	-14,70%	-249,65%	56	53
Garantia		98.642	3.186	98.205	79.447	19.975	30.743	27.348	31,31%	136,91%	(7.169)	(5.508)
Global de Bancos		40.630	125	45.332	18.774	27.268	10.105	2.259	22,29%	8,28%	589	497
Lucros Cessantes		4.703	347	5.220	3.542	1.699	15	(342)	0,28%	-20,15%	629	609
Perda de Cert. Hab. de Vôo		82	0	82	41	41	43	47	52,94%	114,64%	3	3
Penhor Rural		43.899	255	40.246	11.566	28.681	16.036	11.880	39,84%	41,42%	(295)	(331)
Resp. C. Transp. Rodoviário - Carga		252.109	13.767	261.495	6.258	255.236	119.191	123.401	45,58%	48,35%	46.570	45.316
Resp. Civil Armador - Carga		334	48	368	1	367	(44)	(80)	-11,99%	-21,70%	39	38
Resp. Civil Transp. - Desvio de Carga		143.904	4.731	150.617	3.406	147.211	110.612	114.738	73,44%	77,94%	27.744	27.201
Resp. Civil do Transp. Aéreo - Carga		3.415	148	3.613	108	3.506	2.020	2.896	55,92%	82,62%	1.060	999
Resp. C. do Transp. Viagens Int.		6.836	167	6.516	1.914	4.602	3.918	2.930	60,13%	63,66%	590	548
Responsabilidade Civil Geral		193.147	8.991	192.326	106.524	88.188	96.646	75.206	50,25%	85,28%	10.016	9.474
Responsabilidade Civil Hangar		0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0	0
Riscos de Engenharia		160.012	15.071	157.987	119.849	42.177	47.938	18.699	30,34%	44,33%	6.629	6.363
Riscos de Petróleo		121.348	62.595	122.485	115.558	7.707	1.177.447	9.108	961,30%	118,18%	206	212
Riscos do Exterior		9	0	9	0	26	367	(1.690)	3.868,74%	-6405,86%	49	48
Riscos Nucleares		7.352	0	7.351	7.364	(13)	10	10	0,14%	-76,41%	(417)	(375)
Riscos Rurais		34.219	2.063	39.144	26.137	13.006	20.469	8.948	52,29%	68,80%	(3.548)	(3.552)
Roubo		21.832	462	21.894	7.649	14.252	13.797	9.055	63,02%	63,53%	2.661	2.615
Satélites		0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0	0
Sucursais no Exterior		345	0	345	0	345	1.243	1.243	360,26%	360,26%	2	2
Tumultos		24	0	74	8	66	3	23	4,47%	34,39%	23	23
Turístico		9.785	4	9.782	195	9.587	3.857	3.797	39,43%	39,60%	993	1.061
Vidros		46	0	54	0	55	11	16	20,28%	29,00%	11	11
Rendimentos Aleatórios (9)		99.882	3.007	100.293	2.679	97.614	50.341	51.847	50,19%	53,11%	14.448	14.402
<b>TOTAL NÃO-VIDA</b>		<b>21.056.296</b>	<b>813.916</b>	<b>19.247.379</b>	<b>1.600.411</b>	<b>17.981.725</b>	<b>14.546.538</b>	<b>12.665.313</b>	<b>75,58%</b>	<b>70,43%</b>	<b>2.554.862</b>	<b>2.461.196</b>
<b>TOTAL SEGUROS</b>		<b>25.341.254</b>	<b>1.164.191</b>	<b>23.409.653</b>	<b>1.673.647</b>	<b>22.071.349</b>	<b>16.514.716</b>	<b>14.672.972</b>	<b>70,55%</b>	<b>66,48%</b>	<b>3.616.171</b>	<b>3.508.348</b>
<b>TOTAL SEGS. &amp; PREV.</b>		<b>31.662.840</b>						<b>17.612.726</b>				<b>3.602.968</b>

Fonte: SUSEP e ANS

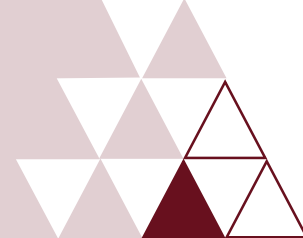
1) Prêmio total = prêmio emitido - cancelamento - restituição - desconto (Total Previdência foram considerados os valores das contribuições) 2) Prêmio Ganho Bruto = prêmio emitido + co-seguro aceito - restituição - descontos - variação de prêmio não ganho 3) Prêmio Ganho Retido = prêmio emitido + co-seguro aceito - co-seguro cedido - restituição - descontos - resseguro cedido + retrocessão aceita - variação de prêmio não ganho 4) Sinistro Bruto = sinistro de seguro + sinistro de co-seguro aceito - sinistro de co-seguro cedido - salvados e ressarcimento 5) Sinistro Retido = sinistro de seguro + sinistro de co-seguro aceito - sinistro de co-seguro cedido - sinistro de resseguro cedido + sinistro de retrocessão aceita - salvados e ressarcimentos (Total Previdência foram considerados os valores de benefícios e resgates) 6) Sinistralidade Bruta = sinistro bruto/prêmio ganho bruto 7) Sinistralidade Retida = sinistro retido/prêmio ganho 8) Informações das Seguradoras que operam em Previdência Complementar Aberta



Vida	Ramos	Prêmio Total (subscrito)(1)	Co-Seguro Cedido	Prêmio Ganho Bruto (2)	Resseguro Cedido	Prêmio Ganho Retido (3)	Sinistro Bruto (4)	Sinistro Retido (5)	Sinistralidade Bruta (6)	Sinistralidade Retida (7)	Desp. Com Bruta	Desp. Com Retida
VG/APC		184.818	29.589	181.872	2.438	179.491	73.160	77.008	40,23%	42,90%	37.883	37.423
Vida em Grupo		3.434.023	352.237	3.372.042	65.774	3.306.270	1.732.027	1.721.711	51,36%	52,07%	880.783	872.711
Vida Individual		299.175	863	145.776	287	147.126	22.003	21.089	15,09%	14,33%	60.743	57.738
<b>TOTAL VIDA</b>		<b>3.918.015</b>	<b>382.689</b>	<b>3.699.690</b>	<b>68.499</b>	<b>3.632.887</b>	<b>1.827.190</b>	<b>1.819.808</b>	<b>49,39%</b>	<b>50,09%</b>	<b>979.410</b>	<b>967.873</b>
<b>TOTAL PREVIDÊNCIA (8)</b>		<b>4.381.062</b>						<b>1.934.745</b>				<b>124.974</b>
<b>TOTAL VIDA &amp; PREVIDÊNCIA</b>		<b>8.299.077</b>	<b>382.689</b>	<b>3.699.690</b>	<b>68.499</b>	<b>3.632.887</b>	<b>1.827.190</b>	<b>3.754.552</b>	<b>49,39%</b>	<b>93,56%</b>	<b>979.410</b>	<b>1.092.847</b>
<b>Não - Vida</b>												
Transporte Intermodal		2.876	42	2.806	435	2.371	298	344	10,63%	14,53%	439	453
Transporte Internacional		244.446	28.240	243.218	55.668	206.956	81.752	69.521	33,61%	33,59%	39.043	38.417
Transporte Nacional		237.242	20.469	234.326	8.295	232.426	162.304	156.098	69,26%	67,16%	44.613	43.441
Total Transporte		484.564	48.751	480.350	64.398	441.753	244.354	225.963	50,87%	51,15%	84.095	82.311
Auto		7.287.391	175.429	6.864.085	28.607	6.836.091	4.979.408	4.969.162	72,54%	72,69%	1.399.459	1.349.661
Saúde		5.694.418	33.646	5.578.234	149.730	5.428.507	4.531.759	4.359.341	81,24%	80,30%	261.490	272.981
Riscos Diversos		353.978	24.476	365.012	54.240	319.448	233.438	206.274	63,95%	64,57%	82.404	79.701
Incêndio		1.186.754	135.366	1.157.964	404.319	794.492	838.037	503.073	72,37%	63,32%	235.808	231.347
Acidentes Pessoais		692.161	70.320	687.159	11.178	675.984	156.360	160.688	22,75%	23,77%	146.136	142.855
DPVAT		1.209.796	(3.726)	1.212.671	648.710	565.655	330.524	437.076	27,26%	77,27%	7.606	7.025
Habitacional		893.294	213.212	883.052	698.870	198.148	465.170	77.950	52,68%	39,34%	(7.719)	(7.377)
<b>TOTAL DEMAIS RAMOS</b>		<b>1.272.561</b>	<b>78.660</b>	<b>1.264.157</b>	<b>442.921</b>	<b>871.249</b>	<b>859.726</b>	<b>540.747</b>	<b>68,01%</b>	<b>62,07%</b>	<b>148.019</b>	<b>142.224</b>
Aeronáuticos		106.208	16.817	107.093	78.229	29.724	132.317	28.028	123,55%	94,29%	1.245	1.257
Animais		1.565	46	1.536	938	603	1.026	1.331	66,83%	220,73%	55	53
Cascos Marítimos		49.453	3.057	51.005	22.308	28.697	39.891	31.775	78,21%	110,73%	7.476	7.161
Compreensivo de Florestas		596	0	785	424	373	268	247	34,10%	66,11%	20	17
Crédito à Exportação		6.569	0	6.075	5.780	651	8.189	2.251	134,79%	345,86%	(1.307)	(1.305)
Crédito Interno		123.399	2.408	118.263	10.554	107.709	33.497	33.805	28,32%	31,39%	24.439	23.225
D. P. E. M.		1.631	0	1.929	143	1.748	748	1.016	38,77%	58,13%	947	898
Fiança Locatícia		17.906	91	(1.356)	1.502	17.297	10.141	13.144	-747,95%	75,99%	3.869	3.758
Fidelidade		788	20	(3.147)	502	421	291	1.342	-9,26%	318,51%	54	55
Garantia		79.919	5.083	87.055	61.034	26.041	4.518	4.199	5,19%	16,13%	(1.993)	(1.068)
Global de Bancos		22.617	234	25.403	12.246	13.157	23.680	21.124	93,22%	160,55%	567	561
Lucros Cessantes		4.013	480	3.878	2.243	2.652	3.084	218	79,52%	8,22%	818	798
Perda de Cert. Hab. de Vão		0	0	0	0	0	0	(3)	0,00%	0,00%	0	0
Penhor Rural		32.886	687	9.175	9.318	19.888	8.730	6.707	95,15%	33,72%	(767)	(845)
Resp. C. Transp. Rodov. - Carga		220.426	10.996	219.919	4.295	215.624	105.484	99.090	47,96%	45,95%	41.887	39.988
Resp. Civil Armador - Carga		507	76	475	26	455	20	61	4,30%	13,45%	51	43
Resp. Civil Transp.- Desvio de Carga		129.954	3.154	129.883	2.888	126.993	131.788	128.787	101,47%	101,41%	26.637	25.452
Resp. Civil do Transp. Aéreo - Carga		2.396	4	2.260	47	2.213	922	902	40,78%	40,77%	787	724
Resp. C. do Transp. Viagens Int.		2.834	250	2.701	609	2.067	762	1.592	28,21%	77,03%	278	293
Responsabilidade Civil Geral		154.002	7.726	170.376	79.816	90.560	66.288	55.354	38,91%	61,12%	13.885	13.458
Responsabilidade Civil Hangar		0	0	(91)	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0	0
Riscos de Engenharia		126.034	12.354	142.046	96.282	45.764	53.714	29.982	37,81%	65,51%	10.018	9.802
Riscos de Petróleo		25.240	7.087	29.153	21.999	7.153	4.104	4.579	14,08%	64,01%	(43)	(64)
Riscos do Exterior		395	0	394	0	394	1.799	1.614	456,05%	409,11%	196	196
Riscos Nucleares		3.217	0	3.218	3.311	(93)	0	7	0,00%	-7,89%	(23)	(23)
Riscos Rurais		44.899	6.247	42.340	21.433	21.036	171.339	24.590	404,68%	116,90%	(1.909)	(1.987)
Roubo		17.750	335	17.823	6.762	13.579	16.071	8.341	90,17%	61,43%	2.424	2.326
Satélites		0	0	(781)	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0	0
Sucursais no Exterior		1.204	0	1.204	0	1.204	3.520	3.520	292,45%	292,45%	49	49
Tumultos		140	112	101	30	87	(2)	48	-1,56%	55,59%	204	203
Turístico		8.100	16	8.099	137	7.974	2.146	1.857	26,49%	23,29%	665	751
Vidros		63	0	88	3	85	14	9	15,48%	10,40%	26	25
Rendimentos Aleatórios (9)		87.853	1.380	87.257	61	87.195	35.376	35.231	40,54%	40,40%	17.464	16.424
<b>TOTAL NÃO-VIDA</b>		<b>19.074.917</b>	<b>776.135</b>	<b>18.492.684</b>	<b>2.502.972</b>	<b>16.131.325</b>	<b>12.638.775</b>	<b>11.480.274</b>	<b>68,34%</b>	<b>71,17%</b>	<b>2.357.297</b>	<b>2.300.728</b>
<b>TOTAL SEGUROS</b>		<b>22.992.932</b>	<b>1.158.824</b>	<b>22.192.374</b>	<b>2.571.471</b>	<b>19.764.212</b>	<b>14.465.965</b>	<b>13.300.082</b>	<b>65,18%</b>	<b>67,29%</b>	<b>3.336.706</b>	<b>3.268.601</b>
<b>TOTAL SEGS. &amp; PREV.</b>		<b>27.373.995</b>						<b>15.119.889</b>				<b>3.393.575</b>

Fonte: SUSEP e ANS

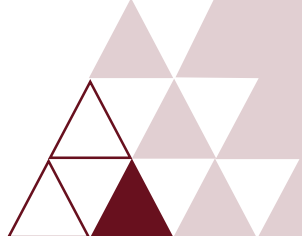
1) Prêmio total = prêmio emitido - cancelamento - restituição - desconto (Total Previdência foram considerados os valores das contribuições) 2) Prêmio Ganho Bruto = prêmio emitido + co-seguro aceito - restituição - descontos - variação de prêmio não ganho 3) Prêmio Ganho Retido = prêmio emitido + co-seguro aceito - co-seguro cedido - restituição - descontos - resseguro cedido + retrocessão aceita - variação de prêmio não ganho 4) Sinistro Bruto = sinistro de seguro + sinistro de co-seguro aceito - sinistro de co-seguro cedido - salvados e ressarcimento 5) Sinistro Retido = sinistro de seguro + sinistro de co-seguro aceito - sinistro de co-seguro cedido - sinistro de resseguro cedido + sinistro de retrocessão aceita - salvados e ressarcimentos (Total Previdência foram considerados os valores de benefícios e resgates) 6) Sinistralidade Bruta = sinistro bruto/prêmio ganho bruto 7) Sinistralidade Retida = sinistro retido/prêmio ganho 8) Informações das Seguradoras que operam em Previdência Complementar Aberta 9) Rendas predeterminadas nos seguros de pessoas



Vida	Ramos	Prêmio Total (subscrito)(1)	Co-Seguro Cedido	Prêmio Ganho Bruto (2)	Resseguro Cedido	Prêmio Ganho Retido (3)	Sinistro Bruto (4)	Sinistro Retido (5)	Sinistralidade Bruta (6)	Sinistralidade Retida (7)	Desp. Com Bruta	Desp. Com Retida
VG/APC		197.588	10.202	198.534	1.596	196.939	71.986	71.740	36,26%	36,43%	55.647	55.482
Vida em Grupo		3.105.703	314.373	3.102.716	80.867	3.021.811	1.670.267	1.624.742	53,83%	53,77%	809.135	826.227
Vida Individual		203.938	689	100.102	1.332	98.768	9.641	10.026	9,63%	10,15%	45.130	45.055
<b>TOTAL VIDA</b>		<b>3.507.229</b>	<b>325.264</b>	<b>3.401.352</b>	<b>83.794</b>	<b>3.317.517</b>	<b>1.751.894</b>	<b>1.706.508</b>	<b>51,51%</b>	<b>51,44%</b>	<b>909.911</b>	<b>926.764</b>
<b>TOTAL PREVIDÊNCIA (8)</b>		<b>3.061.473</b>						<b>1.345.247</b>				<b>2.684</b>
<b>TOTAL VIDA &amp; PREVIDÊNCIA</b>		<b>6.527.026</b>	<b>325.264</b>	<b>3.401.352</b>	<b>83.794</b>	<b>3.317.517</b>	<b>1.751.894</b>	<b>3.051.756</b>	<b>51,51%</b>	<b>85,72%</b>	<b>909.911</b>	<b>929.449</b>
<b>Não - Vida</b>												
Transporte Intermodal		1.595	226	2.375	1.284	1.091	1.076	504	45,31%	46,17%	208	197
Transporte Internacional		232.060	35.011	299.958	93.095	206.787	93.682	100.961	31,23%	48,82%	40.025	41.182
Transporte Nacional		206.967	24.151	224.058	22.410	201.676	140.226	150.374	62,58%	74,56%	38.832	39.229
Total Transporte		440.622	59.387	526.391	116.789	409.555	234.985	251.839	44,64%	61,49%	79.065	80.608
Auto		6.293.536	56.942	6.391.368	51.627	6.339.862	4.727.071	4.825.463	73,96%	76,11%	1.241.063	1.273.571
Saúde		4.923.668	(6)	4.709.195	4.399	4.704.796	3.806.929	3.717.524	80,84%	79,02%	308.804	312.419
Riscos Diversos		373.813	20.165	461.675	84.744	376.806	241.187	231.256	52,24%	61,37%	105.432	106.424
Incêndio		1.037.617	242.287	1.673.162	976.229	696.922	710.550	491.239	42,47%	70,49%	203.645	207.056
Acidentes Pessoais		609.101	50.535	583.430	12.674	570.770	153.485	135.422	26,31%	23,73%	122.628	126.374
DPVAT		1.047.978	195	313.405	3.687	567.430	165.187	413.661	52,71%	72,90%	10.691	11.386
Habitacional		1.009.619	5.075	230.543	44.095	186.447	645.429	81.920	279,96%	43,94%	(12.524)	(11.419)
<b>TOTAL DEMAIS RAMOS</b>		<b>1.043.771</b>	<b>204.085</b>	<b>1.838.417</b>	<b>1.090.316</b>	<b>748.706</b>	<b>653.100</b>	<b>508.580</b>	<b>35,53%</b>	<b>67,93%</b>	<b>127.610</b>	<b>124.329</b>
Aeronáuticos		122.887	68.286	346.493	308.253	38.055	70.711	21.155	20,41%	55,59%	2.890	2.827
Animais		693	3	1.914	1.357	556	374	823	19,55%	147,95%	134	136
Cascos Marítimos		42.990	2.525	81.265	54.386	26.686	43.064	28.454	52,99%	106,63%	6.162	5.949
Compreensivo de Florestas		415	0	736	560	178	138	(460)	18,69%	-258,46%	197	195
Crédito à Exportação		4.140	0	12.146	11.599	548	1.861	621	15,32%	113,32%	(827)	(827)
Crédito Interno		94.576	0	101.237	16.064	85.427	24.287	36.194	23,99%	42,37%	19.067	18.879
D. P. E. M.		2.607	0	2.755	145	2.610	577	491	20,93%	18,82%	1.117	1.093
Fiança Locatícia		19.865	26	18.534	787	17.722	18.483	17.082	99,73%	96,12%	3.365	3.418
Fidelidade		1.027	(3)	1.293	443	850	1.188	832	91,87%	109,65%	115	123
Garantia		54.174	8.689	159.068	134.685	26.124	61.710	16.045	38,79%	61,42%	2.920	(761)
Global de Bancos		14.602	198	27.560	16.404	11.178	16.332	12.860	59,26%	115,05%	485	523
Lucros Cessantes		3.845	196	7.204	4.618	2.584	(535)	1.180	-7,42%	45,68%	753	751
Perda de Cert. Hab. de Vão		0	0	81	81	(0)	8	20	9,59%	-85.456,52%	0	0
Penhor Rural		30.158	3	30.719	14.004	16.715	6.189	3.717	20,15%	22,24%	(1.745)	(1.770)
Resp. C. Transp. Rodoviário - Carga		199.591	12.592	202.646	10.653	191.993	81.554	88.340	40,24%	46,01%	36.150	36.243
Resp. Civil Armador - Carga		394	38	453	30	424	169	108	37,23%	25,55%	34	31
Resp. Civil Transp.- Desvio de Carga		112.037	4.752	110.759	3.526	107.233	133.111	136.277	120,18%	127,08%	20.973	21.100
Resp. Civil do Transp. Aéreo - Carga		1.360	234	1.408	78	1.329	736	808	52,27%	60,75%	440	412
Resp. C. do Transp. Viagens Int.		1.381	8	3.391	2.359	1.032	823	779	24,26%	75,54%	152	146
Responsabilidade Civil Geral		122.898	18.502	256.107	174.164	82.570	53.771	60.814	21,00%	73,65%	11.792	12.261
Responsabilidade Civil Hangar		0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	(1)	(2)
Riscos de Engenharia		83.928	28.281	203.663	158.601	46.160	74.538	22.426	36,60%	48,58%	7.177	7.468
Riscos de Petróleo		34.197	52.193	121.827	109.879	9.167	5.517	5.328	4,53%	58,13%	409	412
Riscos do Exterior		826	0	1.146	0	1.146	1.834	2.061	159,97%	179,77%	301	301
Riscos Nucleares		3.865	0	10.831	9.058	1.772	0	(1)	0,00%	-0,07%	(96)	(103)
Riscos Rurais		21.614	0	55.168	44.637	10.531	11.506	6.538	20,86%	62,08%	222	229
Roubo		15.934	454	24.340	10.968	13.372	8.235	7.096	33,83%	53,06%	2.122	2.145
Satélites		0	0	1	0	0	0	(0)	0,00%	0,00%	2	2
Sucursais no Exterior		1.629	0	1.629	0	1.629	1.292	1.292	79,29%	79,29%	101	101
Tumultos		65	0	73	11	62	19	28	26,30%	44,94%	20	20
Turístico		6.772	0	6.872	98	6.774	3.613	3.722	52,57%	54,94%	800	760
Vídros		106	0	127	0	126	8	(16)	5,98%	-12,97%	36	37
Rendimentos Aleatórios (9)		45.195	7.108	46.972	2.868	44.105	31.988	33.868	68,10%	76,79%	12.344	12.231
<b>TOTAL NÃO-VIDA</b>		<b>16.779.726</b>	<b>638.666</b>	<b>16.727.585</b>	<b>2.384.560</b>	<b>14.601.293</b>	<b>11.337.922</b>	<b>10.656.905</b>	<b>67,78%</b>	<b>72,99%</b>	<b>2.186.414</b>	<b>2.230.747</b>
<b>TOTAL SEGUROS</b>		<b>20.286.956</b>	<b>963.930</b>	<b>20.128.937</b>	<b>2.468.354</b>	<b>17.918.810</b>	<b>13.089.816</b>	<b>12.363.413</b>	<b>65,03%</b>	<b>69,00%</b>	<b>3.096.325</b>	<b>3.157.512</b>
<b>TOTAL SEGS. &amp; PREV.</b>		<b>23.348.428</b>										

Fonte: SUSEP e ANS

1) Prêmio total = prêmio emitido - cancelamento - restituição - desconto (Total Previdência foram considerados os valores das contribuições) 2) Prêmio Ganho Bruto = prêmio emitido + co-seguro aceito - restituição - descontos - variação de prêmio não ganho 3) Prêmio Ganho Retido = prêmio emitido + co-seguro aceito - co-seguro cedido - restituição - descontos - resseguro cedido + retrocessão aceita - variação de prêmio não ganho 4) Sinistro Bruto = sinistro de seguro + sinistro de co-seguro cedido - sinistro de co-seguro cedido - salvados e ressarcimento 5) Sinistro Retido = sinistro de seguro + sinistro de co-seguro aceito - sinistro de co-seguro cedido - sinistros de resseguro cedido + sinistro de retrocessão aceita - salvados e ressarcimentos (Total Previdência foram considerados os valores de benefícios e resgates) 6) Sinistralidade Bruta = sinistro bruto/prêmio ganho bruto 7) Sinistralidade Retida = sinistro retido/prêmio ganho 8) Informações das Seguradoras que operam em Previdência Complementar Aberta 9) Rendimentos predeterminados nos seguros de pessoas



Vida	Ramos	Prêmio Total (subscrito)(1)	Co-Seguro Cedido	Prêmio Ganho Bruto (2)	Resseguro Cedido	Prêmio Ganho Retido (3)	Sinistro Bruto (4)	Sinistro Retido (5)	Sinistralidade Bruta (6)	Sinistralidade Retida (7)	Desp. Com Bruta	Desp. Com Retida
VG/APC		205.894	21.372	207.463	3.881	203.637	68.543	68.048	33,04%	33,42%	66.092	62.169
Vida em Grupo		3.065.077	398.347	3.018.608	62.845	2.955.933	1.593.763	1.607.604	52,80%	54,39%	872.831	841.006
Vida Individual		197.579	42	99.881	201	99.649	12.944	12.971	12,96%	13,02%	40.701	33.673
<b>TOTAL VIDA</b>		<b>3.468.550</b>	<b>419.761</b>	<b>3.325.953</b>	<b>66.927</b>	<b>3.259.219</b>	<b>1.675.249</b>	<b>1.688.624</b>	<b>50,37%</b>	<b>51,81%</b>	<b>979.625</b>	<b>936.848</b>
<b>TOTAL PREVIDÊNCIA (8)</b>		<b>2.564.739</b>						<b>1.047.549</b>				
<b>TOTAL VIDA &amp; PREVIDÊNCIA</b>		<b>6.033.289</b>	<b>419.761</b>	<b>3.325.953</b>	<b>66.927</b>	<b>3.259.219</b>	<b>1.675.249</b>	<b>2.736.173</b>	<b>50,37%</b>	<b>83,95%</b>	<b>979.625</b>	<b>936.848</b>
<b>Não - Vida</b>												
Transporte Intermodal		2.497	205	2.262	1.032	1.230	620	321	27,43%	26,08%	(16)	(16)
Transporte Internacional		195.358	31.791	195.586	47.219	170.491	72.838	63.201	37,24%	37,07%	34.386	33.835
Transporte Nacional		179.366	16.811	178.924	8.493	177.409	124.694	127.735	69,69%	72,00%	38.449	38.930
Total Transporte		377.221	48.807	376.772	56.744	349.129	198.152	191.257	52,59%	54,78%	72.819	72.749
Auto		6.598.303	213.812	6.399.453	66.371	6.333.616	4.531.853	4.490.035	70,82%	70,89%	1.283.060	1.264.043
Saúde		4.295.188	18.275	4.432.047	168.842	4.263.222	3.528.257	3.396.410	79,61%	79,67%	283.149	278.134
Riscos Diversos		471.694	43.709	488.363	53.700	456.177	269.245	257.522	55,13%	56,45%	131.164	129.536
Incêndio		927.123	124.850	912.548	311.026	642.581	648.315	448.652	71,04%	69,82%	202.621	200.137
Acidentes Pessoais		554.406	66.022	540.082	17.294	523.318	131.275	131.687	24,31%	25,16%	132.205	131.339
DPVAT		763.445	120.814	0	102.209	718.734	0	446.572	0,00%	62,13%	15.700	15.521
Habitacional		1.069.870	327.599	1.068.361	312.350	756.030	648.024	530.370	60,66%	70,15%	(8.636)	(7.715)
<b>TOTAL DEMAIS RAMOS</b>		<b>872.260</b>	<b>72.581</b>	<b>870.113</b>	<b>268.251</b>	<b>677.388</b>	<b>479.881</b>	<b>395.508</b>	<b>55,15%</b>	<b>58,39%</b>	<b>98.291</b>	<b>99.599</b>
Aeronáuticos		78.672	10.012	78.276	51.410	36.824	37.291	10.626	47,64%	28,86%	2.446	2.308
Animais		719	32	777	291	487	520	257	66,96%	52,84%	69	69
Cascos Marítimos		33.041	1.810	31.528	12.266	19.324	31.318	24.004	99,33%	124,22%	4.782	4.571
Compreensivo de Florestas		(3)	0	(323)	132	(348)	440	328	-135,98%	-94,26%	52	50
Crédito à Exportação		647	0	563	518	48	1.285	319	228,21%	669,65%	41	35
Crédito Interno		89.789	384	86.646	11.141	81.282	26.716	28.153	30,83%	34,64%	18.746	18.352
D. P. E. M.		3.374	4	3.540	270	3.271	599	514	16,93%	15,72%	1.445	1.379
Fiança Locatícia		20.609	475	20.090	3.541	17.880	21.029	19.528	104,67%	109,22%	3.184	3.171
Fidelidade		1.158	34	1.105	524	759	45	(170)	4,03%	-22,42%	140	139
Garantia		56.951	7.028	58.119	39.092	31.497	10.097	14.939	17,37%	47,43%	(752)	(194)
Global de Bancos		15.431	18	15.082	6.543	11.712	13.381	11.151	88,72%	95,21%	111	19
Lucros Cessantes		5.940	1.188	6.138	4.067	3.323	3.577	2.727	58,29%	82,07%	2.066	2.093
Perda de Cert. Hab. de Vôo		0	0	0	0	0	3	3	0,00%	0,00%	0	0
Penhor Rural		26.647	2.333	29.008	12.890	16.175	6.638	3.970	22,88%	24,54%	(3.377)	(3.075)
Resp. C. Transp. Rodoviário - Carga		169.147	10.877	169.841	4.293	165.548	85.598	85.657	50,40%	51,74%	31.671	33.172
Resp. Civil Armador - Carga		1.044	142	1.036	193	843	477	474	46,03%	56,21%	90	83
Resp. Civil Transp. - Desvio de Carga		97.792	4.776	97.939	1.320	96.620	90.071	89.212	91,97%	92,33%	10.694	10.870
Resp. Civil do Transp. Aéreo - Carga		874	19	861	7	853	367	367	42,65%	43,02%	268	254
Resp. C. do Transp. Viagens Int.		1.030	57	1.028	300	727	748	502	72,80%	68,95%	116	128
Responsabilidade Civil Geral		106.362	9.227	103.041	47.214	69.986	31.553	32.655	30,62%	46,66%	9.883	9.703
Responsabilidade Civil Hangar		0	0	0	0	0	0	1	0,00%	0,00%	0	0
Riscos de Engenharia		77.618	9.461	79.998	48.836	53.957	53.807	19.219	67,26%	35,62%	7.952	7.752
Riscos de Petróleo		14.898	4.992	15.675	12.977	5.438	13.350	4.432	85,17%	81,49%	288	261
Riscos do Exterior		637	5.420	637	283	353	2.212	2.220	347,41%	628,01%	203	194
Riscos Nucleares		2.283	0	2.285	2.249	36	23	23	1,01%	64,58%	(36)	(34)
Riscos Rurais		12.955	2.299	12.276	5.220	7.051	15.683	11.008	127,75%	156,11%	(288)	(295)
Roubo		14.710	573	15.316	2.481	14.258	7.326	7.451	47,83%	52,26%	2.440	2.368
Satélites		0	0	7	0	7	0	0	0,00%	0,00%	(0)	(0)
Sucursais no Exterior		684	0	684	0	684	642	642	93,74%	93,74%	90	79
Tumultos		65	1	89	30	82	(16)	188	-17,51%	230,80%	46	41
Turístico		7.747	66	7.692	159	7.533	2.306	2.317	29,98%	30,76%	788	805
Vidros		153	1	189	3	204	39	36	20,77%	17,42%	22	25
Rendimentos Aleatórios (9)		31.287	1.351	30.972	0	30.972	22.755	22.755	73,47%	73,47%	5.113	5.276
<b>TOTAL NÃO-VIDA</b>		<b>15.929.511</b>	<b>1.036.469</b>	<b>15.087.739</b>	<b>1.356.788</b>	<b>14.720.194</b>	<b>10.435.002</b>	<b>10.288.014</b>	<b>69,16%</b>	<b>69,89%</b>	<b>2.210.374</b>	<b>2.183.341</b>
<b>TOTAL SEGUROS</b>		<b>19.398.060</b>	<b>1.456.229</b>	<b>18.413.692</b>	<b>1.423.715</b>	<b>17.979.414</b>	<b>12.110.252</b>	<b>11.976.638</b>	<b>65,77%</b>	<b>66,61%</b>	<b>3.189.999</b>	<b>3.120.190</b>
<b>TOTAL SEGS. &amp; PREV.</b>		<b>21.962.799</b>						<b>13.024.187</b>				

Fonte: SUSEP e ANS

1) Prêmio total = prêmio emitido - cancelamento - restituição - desconto (Total Previdência foram considerados os valores das contribuições) 2) Prêmio Ganho Bruto = prêmio emitido + co-seguro aceito - restituição - descontos - variação de prêmio não ganho 3) Prêmio Ganho Retido = prêmio emitido + co-seguro aceito - co-seguro cedido - restituição - descontos - resseguro cedido + retrocessão aceita - variação de prêmio não ganho 4) Sinistro Bruto = sinistro de seguro + sinistro de co-seguro aceito - sinistro de co-seguro cedido - salvados e ressarcimentos 5) Sinistro Retido = sinistro de seguro + sinistro de co-seguro aceito - sinistro de co-seguro cedido - sinistro de resseguro cedido + sinistro de retrocessão aceita - salvados e ressarcimentos (Total Previdência foram considerados os valores de benefícios e resgates) 6) Sinistralidade Bruta = sinistro bruto/prêmio ganho bruto 7) Sinistralidade Retida = sinistro retido/prêmio ganho 8) Informações das Seguradoras que operam em Previdência Complementar Aberta 9) Rendas predeterminadas nos seguros de pessoas

## RENTABILIDADE

O lucro líquido do exercício de 2002 foi de R\$2,38 bilhões. Em comparação com o lucro líquido do exercício de 2001, de R\$2,1 bilhões, representou um aumento de 12,1%.

O aumento dos prêmios retidos ficou em 17,8% e o dos prêmios ganhos de 6,04%.

O menor aumento dos prêmios ganhos foi sem dúvida o fator que mais influenciou na formação do resultado das operações industriais, que passou de 1,99% em 2001 para 2,37% em 2002.

Os custos que contribuíram para o aumento do prejuízo industrial, de R\$458,2 milhões em 2001 para R\$555,2 milhões em 2002, foram a sinistralidade, que no período passou de 66,48% para 66,93%, e o custo administrativo que no mesmo período teve um aumento de 19,7% para 20,51%.

O aumento do prejuízo industrial foi parcialmente compensado pelo resultado financeiro, cujo aumento de 18,63% - de R\$1,99 bilhão para R\$2,36 bilhões - foi em pequena parte devido ao aumento das taxas de juros - de 14,55% para 15,54% - e em grande parte pelo aumento de 15,9% no volume das aplicações financeiras.

Mesmo assim, a rentabilidade da produção sobre os prêmios retidos foi, em 2002, de 6,82%, menor que a rentabilidade de 2001, de 6,90%. O fato de-

veu-se também por causa da menor alavancagem de 2002, de 2,20, em relação à de 2001, de 2,41%, como resultado do aumento do patrimônio líquido.

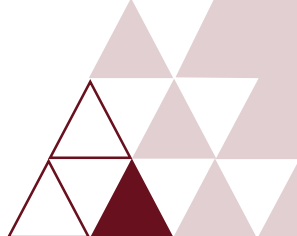
A maior capitalização visou dar suporte adequado à expansão das receitas de prêmios.

Pelo mesmo motivo, a rentabilidade da produção sobre o Patrimônio Líquido de 2002, de 14,99%, foi menor que a de 2001, de 15,24%.

Também, o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 2002, de 19,82%, apresentou-se menor que o de 2001, de 20,92%. Entretanto, o aumento do PL no período, de 16,1%, equivalente ao aumento médio do ano de R\$1,65 bilhão, tornou o ROE de 2002 mais abrangente do que o de 2001.

Não significou, entretanto, uma melhor rentabilidade do lucro líquido, de R\$2,38 bilhões, sobre a receita de prêmios retidos, de R\$26,4 bilhões, uma vez que a taxa de retorno de 9,02% a.a. foi menor do que a de 2001, de 9,48% a.a..

O retorno sobre os ativos (ROA) de 2002, de 7,86%, permaneceu o mesmo que o de 2001, revelando o equilíbrio existente entre o aumento do lucro líquido, de 12,1%, e a expansão patrimonial e das reservas de um lado, e das aplicações e dos investimentos do outro.



# Rentabilidade

Período: 2002 - 1996

## Rentabilidades

	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996
Das Operações Industriais	-2,37%	-1,99%	-3,64%	-8,84%	-4,52%	-5,41%	-3,57%
Sobre Prêmios Ganhos							
Das Aplicações Financeiras	15,54%	14,55%	16,40%	21,97%	20,73%	18,74%	24,61%
(Títulos de Renda Fixa, Depósitos etc.)							
Resultado Financeiro sobre Aplicações Financeiras							
Dos Investimentos							
Permanentes	13,23%	14,98%	12,18%	14,06%	8,81%	14,18%	9,84%
Bens Imóveis, Participações em Controladas e Côligadas							
Do Total dos Investimentos	15,36%	15,21%	16,10%	20,27%	16,42%	13,61%	16,18%
(Inclui o Resultado Não Operacional)							
Resultado Financeiro + Patrimonial + Não Operacional s/ Aplicações Financeiras + Investimentos Permanentes							

## A Rentabilidade da Produção

	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996
Alavancagem	2,20	2,41	2,11	1,83	2,15	2,16	1,85
Prêmio Retido sobre o Patrimônio Líquido							
Rentabilidade da Produção sobre Prêmios Retidos	6,82%	6,90%	6,02%	5,03%	5,67%	2,87%	5,64%
Resultado Operações Industriais + Resultado Financeiro sobre Prêmios Retidos							
Rentabilidade da Produção sobre Patrimônio Líquido	14,99%	15,24%	12,67%	9,20%	12,19%	6,21%	10,46%
Resultado Operações Industriais + Resultado Financeiro sobre Patrimônio Líquido							

## Rentabilidade Total Bruta e Líquida

	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996
Rentabilidade Total Bruta							
Resultado ante Imposto							
Sobre Prêmios Retidos	10,88%	11,27%	10,45%	10,18%	8,31%	4,81%	9,66%
Sobre Patrimônio Líquido	23,93%	24,88%	22,01%	18,62%	17,85%	10,40%	17,91%
Rentabilidade Total Líquida							
Resultado Líquido do Exercício							
Sobre Prêmios Retidos	9,02%	9,48%	8,63%	8,75%	6,97%	3,40%	7,04%
Sobre Patrimônio Líquido (ROE)	19,82%	20,92%	18,17%	16,00%	14,98%	7,33%	13,05%
Rentabilidade sobre Total dos Ativos (ROA)	7,86%	7,86%	7,00%	6,46%	6,07%	3,18%	5,94%

Fontes: SUSEP e ANS



## PREVIDÊNCIA

As receitas de contribuições da previdência complementar aberta foram em 2002 de R\$7,14 bilhões contra R\$7,53 bilhões do ano anterior, evidenciando uma queda de 5,1%.

O concorrente direto dos planos previdenciários foi o VGBL, cujo desenvolvimento acelerado contou, entre outros fatores positivos, com o aproveitamento da estrutura de comercialização do mercado de seguros. Entretanto, o PGBL, mesmo assim, evidenciou aumento de 9,0% passando de R\$2,71 bilhões, em 2001 para R\$2,95 bilhões em 2002.

No mesmo período, as Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPCs, sem fim lucrativos, tiveram aumento de 7,2%, as receitas de contribuições foram de R\$410,8 milhões em 2002 contra R\$383,2 milhões em 2001.

As quotas de mercado dos vários planos de previdência, entre eles o PGBL, e as quotas de mercado do VGBL serão melhor focalizadas quando a administração dos planos previdenciários estiver sendo feita em conjunto com todos os aspectos do ramo Vida, inclusive o VGBL, pelas empresas especializadas em vida e previdência, a partir do 2º semestre de 2003.

Em 2002, as despesas com benefícios e resgates com todos os planos, de R\$4,05 bilhões, representaram 56,8% das contribuições retidas ante 42,5% em 2001. Para o PGBL, as despesas representaram, em 2002, 39,3% ante 20,8% em 2001.

Embora a proporção das despesas em relação às contribuições possa parecer estar assumindo uma velocidade maior, o crescimento delas entre 2001 e 2002, de 27,4% - passando de R\$3,18 bilhões para R\$4,05 bilhões – ficou menor do que o aumento de 28,7% das provisões técnicas, que alcançaram o valor de R\$26,75 bilhões em 2002 ante o valor de R\$20,78 bilhões em 2001.

De 2000 até 2002, as provisões técnicas tiveram um aumento de 95,8%, de R\$13,66 bilhões para R\$26,75 bilhões, contra um aumento de 71,4% das despesas com benefícios e resgates.

Em valor absoluto, tratou-se de um aumento de R\$13,1 bilhões nas provisões contra R\$1,69 bilhão nas despesas.

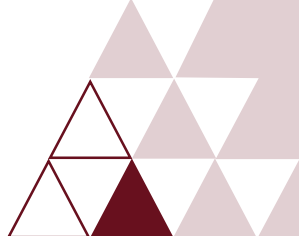
As despesas administrativas - delas fazendo parte as despesas com tributos e as outras (receitas) despesas operacionais - tiveram em 2002 um aumento de 29,8%, perfazendo o total de R\$944,7 milhões contra R\$727,8 milhões de 2001.

Como consequência, o custo administrativo de 2002 elevou-se para 13,2% contra 9,2% do ano anterior, aumento esse devido muito mais à queda das contribuições do que propriamente ao aumento dos custos.

Se as estruturas administrativas, por conta do desenvolvimento acelerado da atividade, ainda não puderam encontrar maiores eficiências, estas, entretanto, foram rapidamente incorporadas, graças à aceleração da atividade, pelo custo de comercialização, que em 2002 fixou-se em 1,89% contra 2,15% em 2001.

A rentabilidade da produção em relação às contribuições retidas passou de 9,05% em 2001 para 10,5% em 2002 em função do aumento de 56,0% do resultado financeiro alavancado quase que exclusivamente pela expansão dos recursos aplicados oriundos das provisões técnicas, uma vez que a taxa de juros do período ficou praticamente inalterada.

O lucro líquido do exercício de 2002, de R\$696,5 milhões, evidenciou uma rentabilidade sobre Patrimônio Líquido – ROE, de 18,97% contra o ROE de 19,96% do ano anterior: a menor taxa de retorno de 2002 deveu-se basicamente ao aumento de 36,7% do Patrimônio Líquido (PL), que passou da média anual de R\$2,67 bilhões em 2001 para R\$ 3,66 bilhões de PL médio de 2002.



## Renda de Contribuições - Provisões / 2002-1996

R\$ mil

Renda de Contribuições	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996
<b>Seguradoras</b>	6.735.440 <b>94,3%</b>	6.321.586 <b>84,0%</b>	4.381.062 <b>81,5%</b>	3.061.473 <b>78,5%</b>	2.564.739 <b>79,4%</b>	1.502.968 <b>67,9%</b>	937.241 <b>64,8%</b>
% anual		44,3%	43,1%	19,4%	70,6%	60,4%	
<b>EAPCs com fins lucrativos</b>	- <b>0,0%</b>	820.223 <b>10,9%</b>	640.756 <b>11,9%</b>	503.810 <b>12,9%</b>	348.477 <b>10,8%</b>	408.932 <b>18,5%</b>	228.850 <b>15,8%</b>
% anual		28,0%	27,2%	44,6%	-14,8%	78,7%	
<b>EAPCs sem fins lucrativos</b>	410.772 <b>5,7%</b>	383.218 <b>5,1%</b>	356.511 <b>6,6%</b>	332.314 <b>8,5%</b>	315.473 <b>9,8%</b>	300.747 <b>13,6%</b>	281.006 <b>19,4%</b>
% anual		7,5%	7,3%	5,3%	4,9%	7,0%	
<b>Total</b>	7.146.211 <b>100,0%</b>	7.525.028 <b>100,0%</b>	5.378.329 <b>100,0%</b>	3.897.597 <b>100,0%</b>	3.228.689 <b>100,0%</b>	2.212.647 <b>100,0%</b>	1.447.097 <b>100,0%</b>
% anual	-5,0%	39,9%	38,0%	20,7%	45,9%	52,9%	

Fonte: SUSEP

R\$ mil

Provisões	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996
<b>Seguradoras</b>	26.108.664 <b>97,6%</b>	17.878.670 <b>86,0%</b>	11.561.825 <b>84,6%</b>	8.414.192 <b>84,8%</b>	5.787.372 <b>85,5%</b>	3.759.269 <b>81,4%</b>	2.681.374 <b>84,1%</b>
% anual		54,6%	37,4%	45,4%	53,9%	40,2%	
<b>EAPCs com fins lucrativos</b>	- <b>0,0%</b>	2.377.545 <b>11,4%</b>	1.648.671 <b>12,1%</b>	1.106.062 <b>11,2%</b>	656.261 <b>9,7%</b>	572.142 <b>12,4%</b>	272.388 <b>8,5%</b>
% anual		44,2%	49,1%	68,5%	14,7%	110,0%	
<b>EAPCs sem fins lucrativos</b>	645.664 <b>2,4%</b>	526.618 <b>2,5%</b>	454.951 <b>3,3%</b>	397.118 <b>4,0%</b>	325.378 <b>4,8%</b>	284.995 <b>6,2%</b>	236.008 <b>7,4%</b>
% anual		15,8%	14,6%	22,0%	14,2%	20,8%	
<b>Total</b>	26.754.328 <b>100,0%</b>	20.782.833 <b>100,0%</b>	13.665.447 <b>100,0%</b>	9.917.372 <b>100,0%</b>	6.769.011 <b>100,0%</b>	4.616.406 <b>100,0%</b>	3.189.770 <b>100,0%</b>
% anual	28,7%	52,1%	37,8%	46,5%	46,6%	44,7%	

Fonte: SUSEP

## Renda de Contribuições - Benefícios Pagos - Resgates Totais - Resgates Parciais - Provisões - 2002

R\$ mil

	Seguradoras	EAPCs sem Fins Lucrativos	Total	PGBL
<b>RENDA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	6.735.440	410.772	7.146.211	<b>2.969.513</b>
	94,3%	5,7%	100,0%	<b>41,6%</b>
<b>BENEFÍCIOS PAGOS</b>	433.755	236.623	670.378	<b>23.781</b>
	64,7%	35,3%	100,0%	<b>3,5%</b>
<b>RESGATES TOTAIS</b>	1.508.868	21.050	1.529.918	<b>477.191</b>
	98,6%	1,4%	100,0%	<b>31,2%</b>
<b>RESGATES PARCIAIS</b>	1.850.109	1.799	1.851.908	<b>662.780</b>
	99,9%	0,1%	100,0%	<b>35,8%</b>
<b>PROVISÕES/PL DOS FUNDOS</b>	26.108.664	645.664	26.754.328	<b>7.050.707</b>
	97,6%	2,4%	100,0%	<b>26,4%</b>

Fonte: SUSEP



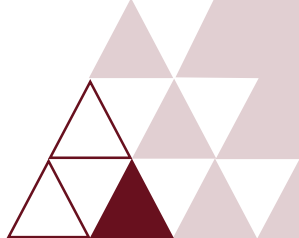
## Distribuição Geográfica

### Renda de Contribuições - 2002

R\$ mil

Unidades da Federação	Seguradoras		EAPCs sem fins lucrativos		Total	
	Participação		Participação		Participação	
SÃO PAULO	3.594.358	53,36%	52.023	12,66%	3.646.381	51,03%
RIO DE JANEIRO	870.781	12,93%	96.847	23,58%	967.628	13,54%
MINAS GERAIS	483.203	7,17%	40.750	9,92%	523.953	7,33%
RIO GRANDE DO SUL	309.826	4,60%	54.481	13,26%	364.307	5,10%
PARANÁ	319.093	4,74%	14.049	3,42%	333.143	4,66%
BAHIA	193.375	2,87%	18.515	4,51%	211.889	2,97%
SANTA CATARINA	179.853	2,67%	9.394	2,29%	189.247	2,65%
PERNAMBUCO	99.788	1,48%	15.341	3,73%	115.130	1,61%
DISTRITO FEDERAL	81.229	1,21%	21.668	5,28%	102.898	1,44%
GOIÁS	85.439	1,27%	8.368	2,04%	93.807	1,31%
CEARÁ	78.874	1,17%	13.530	3,29%	92.404	1,29%
PARÁ	63.047	0,94%	10.115	2,46%	73.162	1,02%
ESPÍRITO SANTO	67.344	1,00%	4.000	0,97%	71.344	1,00%
MATO GROSSO	64.900	0,96%	6.363	1,55%	71.263	1,00%
MATO GROSSO DO SUL	57.220	0,85%	5.460	1,33%	62.680	0,88%
PARAÍBA	42.516	0,63%	6.614	1,61%	49.130	0,69%
MARANHÃO	28.312	0,42%	5.954	1,45%	34.265	0,48%
AMAZONAS	25.157	0,37%	6.189	1,51%	31.346	0,44%
RIO GRANDE DO NORTE	22.346	0,33%	6.622	1,61%	28.968	0,41%
SERGIPE	24.581	0,36%	3.162	0,77%	27.743	0,39%
ALAGOAS	12.394	0,18%	5.047	1,23%	17.441	0,24%
PIAUI	11.526	0,17%	2.446	0,60%	13.972	0,20%
RONDÔNIA	7.818	0,12%	682	0,17%	8.499	0,12%
TOCANTINS	4.536	0,07%	266	0,06%	4.803	0,07%
AMAPÁ	2.496	0,04%	1.510	0,37%	4.006	0,06%
ACRE	3.572	0,05%	149	0,04%	3.721	0,05%
RORAIMA	1.856	0,03%	1.227	0,30%	3.083	0,04%
<b>TOTAL</b>	<b>6.735.440</b>	<b>100,00%</b>	<b>410.772</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.146.211</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SUSEP



## CAPITALIZAÇÃO

No mercado de capitalização 16 empresas operaram em 2002, e realizaram uma receita bruta de R\$5,22 bilhões, equivalente a um aumento de 8,9% em relação à receita de 2001, de R\$4,79 bilhões.

A queda de 14,5% no montante dos títulos resgatados e sorteados, que passou de R\$161 milhões em 2001 para R\$137 milhões em 2002, apesar do aumento da receita conforme acima, evidenciou um alongamento dos prazos dos títulos de capitalização nas mãos do investidor: mais pagamentos mensais do que pagamentos únicos, isto é, maior estabilidade da poupança, com o atrativo do sorteio permanecendo intacto.

Em 2002, a quantidade de títulos com pagamento mensal foi de 107,7 milhões contra 91,6 milhões de 2001: o aumento foi de aproximadamente 18%, enquanto que no mesmo período a quantidade de títulos de pagamento único teve uma queda de 11%.

Reflexo dessa maior estabilidade, as provisões técnicas aumentaram de R\$6,31 bilhões em 2001 para R\$7,20 bilhões em 2002, sendo o aumento correspondente de 14,0% maior que o aumento da receita, de 8,9%.

A mudança do perfil do investidor priorizando a estabilidade da poupança com o valor do título de capitalização maior que no passado, ainda não resultou em maior eficiência do custo administrativo, que em 2002 se fixou em 11,68% contra 11,22% do ano anterior.

Melhor resultou ser o andamento do custo de

comercialização, que passou de 6,15% em 2001 para 5,85% em 2002.

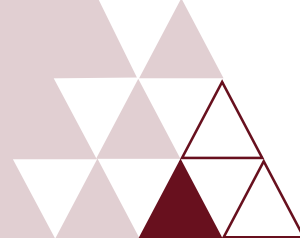
Se de um lado a estrutura administrativa ainda não alcançou a eficiência desejada e, de outro, a rentabilidade das operações melhorou de 0,89% em 2001 para 3,89% em 2002, o que o mercado registrou foi o aumento das receitas maior do que a redução dos custos.

O aumento da poupança conforme as provisões acima e sua maior estabilidade pelo alongamento dos prazos tornaram evidente que o consumidor não considera a capitalização uma loteria, mas um investimento com um atrativo a mais, que é o sorteio.

A rentabilidade da produção como reflexo da melhor qualidade dos títulos de capitalização teve sua taxa de retorno aumentada em 2002 para 15,75% ante 14,26% em 2001. Melhor evidência, entretanto, foi a rentabilidade da produção sobre o patrimônio líquido, que passou de 21,47% em 2001 para 27,15% em 2002, em que pese a alavancagem ter tido no período uma expansão de 1,51% para 1,72%.

O ROE (Return On Equity) também evidenciou melhora acentuada, passando de 24,56% de 2001 para 28,35% de 2002 como consequência do aumento de 9,5% do lucro líquido de 2002, de R\$851,3 milhões, em relação ao de 2001, de R\$774,3 milhões.

Ao mesmo tempo, o ROA (Return On Assets) do período permaneceu o mesmo, de 7,6%, revelando o equilíbrio entre o aumento do ativo, principalmente as aplicações, e o do passivo, principalmente as reservas técnicas.

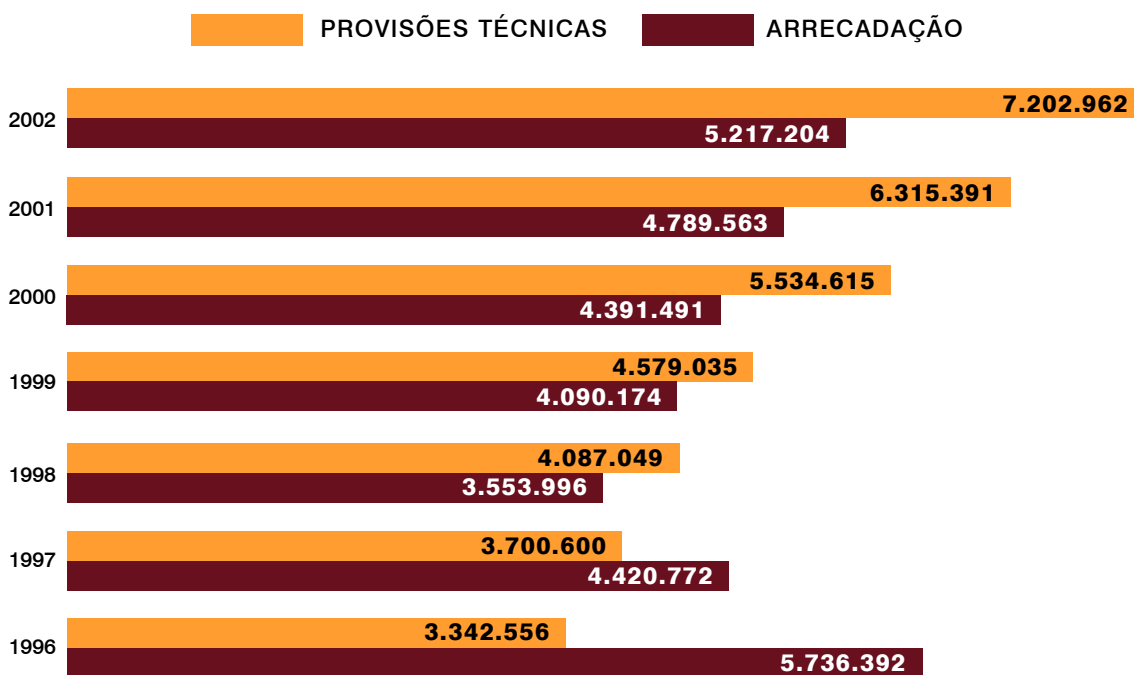


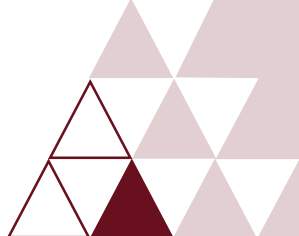
## Mercado Brasileiro de Capitalização

R\$ mil

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Arrecadação</b>	5.736.392	4.420.772	3.553.996	4.090.174	4.391.491	4.789.563	5.217.204
Cresc.(%) 1996=100%	100%	77,07%	61,96%	71,30%	76,55%	83,49%	90,95%
<b>Provisões Técnicas</b>	3.342.556	3.700.600	4.087.049	4.579.035	5.534.615	6.315.391	7.202.962
Cresc.(%) 1996=100%	100%	110,71%	122,27%	136,99%	165,58%	188,94%	215,49%

Fonte: SUSEP





## Capitalização

R\$ mil

Arrecadação	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996
<b>PAGAMENTO ÚNICO (PU)</b>							
Quantidade	131.008.735	145.261.990	125.874.330	173.557.748	158.948.881	264.291.529	394.870.282
Valor (R\$ mil)	1.484.761	1.375.993	1.286.319	1.234.500	726.510	1.961.551	3.802.847
<b>PAGAMENTO MENSAL</b>							
<b>NOVAS VENDAS</b>							
Quantidade	19.301.456	6.624.415	6.557.855	5.995.771	4.769.869	5.084.510	4.518.157
Valor (R\$ mil)	274.892	203.707	180.900	181.349	161.785	168.647	167.402
<b>MENSALIDADES</b>							
Quantidade	88.383.226	85.001.276	80.182.047	70.731.415	66.040.824	57.037.291	49.932.556
Valor (R\$ mil)	3.256.795	3.078.630	2.908.589	2.661.203	2.651.670	2.255.340	1.747.435
<b>TOTAL - PAG. ÚNICO E MENSAL</b>							
Quantidade	238.693.417	236.887.681	212.614.232	250.284.934	229.759.574	326.413.330	449.320.995
Valor (R\$ mil)	5.016.447	4.658.330	4.375.808	4.077.052	3.539.965	4.385.538	5.717.684
<b>TÍTULOS RESGATADOS</b>							
Quantidade	137.264.273	160.710.713	161.596.875	172.902.248	192.747.815	355.024.380	610.690.352
Valor (R\$ mil)	3.373.099	3.264.329	2.705.749	3.036.185	2.506.692	3.680.226	3.479.855
<b>TÍTULOS SORTEADOS</b>							
Quantidade	128.606	135.353	122.087	107.114	71.550	36.605	24.145
Valor (R\$ mil)	203.795	211.348	210.393	192.602	195.566	273.705	272.822

Levantamento efetuado pela Fenaseg, não alcançando a totalidade das empresas.

Fonte: Fenaseg

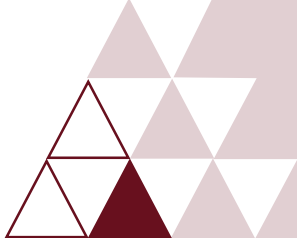


## Distribuição Geográfica Arrecadação - 2002

R\$ mil

Unidade da Federação	Arrecadação		Acumulado
		%	%
SÃO PAULO	2.032.388	38,96%	38,96%
RIO DE JANEIRO	612.899	11,75%	50,70%
MINAS GERAIS	417.566	8,00%	58,71%
RIO GRANDE DO SUL	361.615	6,93%	65,64%
PARANÁ	298.252	5,72%	71,35%
DISTRITO FEDERAL	259.087	4,97%	76,32%
SANTA CATARINA	191.139	3,66%	79,98%
BAHIA	175.598	3,37%	83,35%
GOIÁS	124.310	2,38%	85,73%
PERNAMBUCO	102.332	1,96%	87,69%
ESPÍRITO SANTO	91.093	1,75%	89,44%
CEARÁ	88.455	1,70%	91,14%
MATO GROSSO	63.573	1,22%	92,35%
PARÁ	62.873	1,21%	93,56%
MATO GROSSO DO SUL	59.041	1,13%	94,69%
MARANHÃO	38.759	0,74%	95,43%
PARAÍBA	38.306	0,73%	96,17%
RIO GRANDE DO NORTE	37.642	0,72%	96,89%
AMAZONAS	32.413	0,62%	97,51%
ALAGOAS	26.338	0,50%	98,02%
SERGIPE	25.924	0,50%	98,51%
RONDÔNIA	24.685	0,47%	98,99%
PIAUI	20.774	0,40%	99,38%
TOCANTINS	13.029	0,25%	99,63%
ACRE	7.718	0,15%	99,78%
AMAPÁ	6.567	0,13%	99,91%
RORAIMA	4.828	0,09%	100,00%
<b>BRASIL</b>	<b>5.217.204</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: SUSEP



## Participação do Capital Estrangeiro no Mercado Segurador

O Brasil é o principal mercado da América Latina e, graças à estabilidade monetária, passou a ser considerado um país com grande atratividade para o capital internacional, tendo sido registrados investimentos estrangeiros nos diversos segmentos da economia.

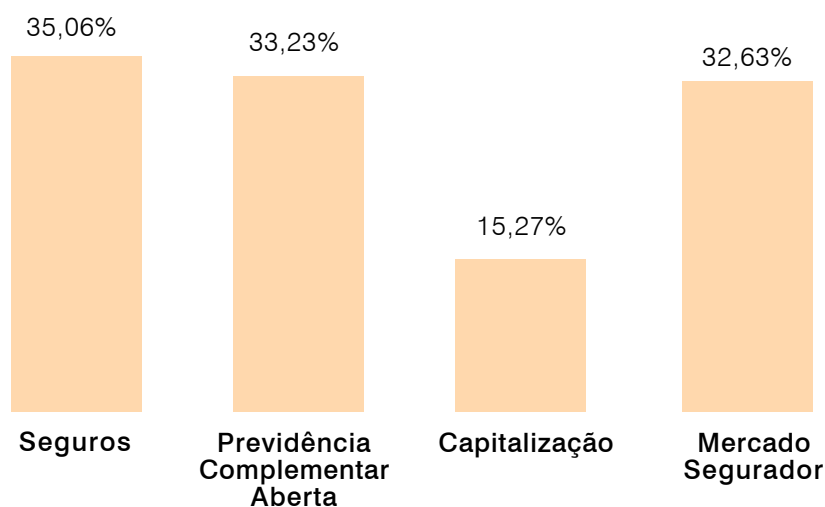
O capital estrangeiro detinha, até 1994, apenas 4% de participação no mercado segurador, sendo até então restrita a atividade de seguros. Com a estabilização da economia e o conseqüente aumento da atratividade, foi registrado um aumento desse capital para 6,3%, tímido ainda face às restrições existentes à época ao capital estrangeiro, principalmente quanto ao controle acionário das empresas. Entretanto, após 1996, com a abertura do mercado e a extensão ao capital estrangeiro do mesmo tratamento do capital nacional, houve

uma evolução expressiva, tendo o capital estrangeiro, em 2002, alcançado 35,06% do volume de prêmios da atividade de seguros, 33,23% do volume de contribuições arrecadadas na atividade de previdência aberta e de 15,27% na atividade de capitalização.

Destaca-se a presença de capital estrangeiro originado, principalmente, da Holanda, E.U.A., França, Espanha e Japão. Mais de 30 empresas já têm presença significativa no Brasil, dentre elas: ABN AMRO, Ace, AGF, AIG, Allianz, Axa, BBV, CCF, CGU, Chubb, Cigna, Generali, Gerling, Hannover, Hartford, HSBC, ING Group, Kyoei, Liberty, Mapfre, Met Life, Mitsui-Marine, Nationwide, Principal, Prudential, Reliance, Royal & Sun Alliance, Santander, Winterthur, Yasuda e Zurich.

## Mercado Segurador

### Participação do Capital Estrangeiro Arrecadação do Mercado Segurador - 2002

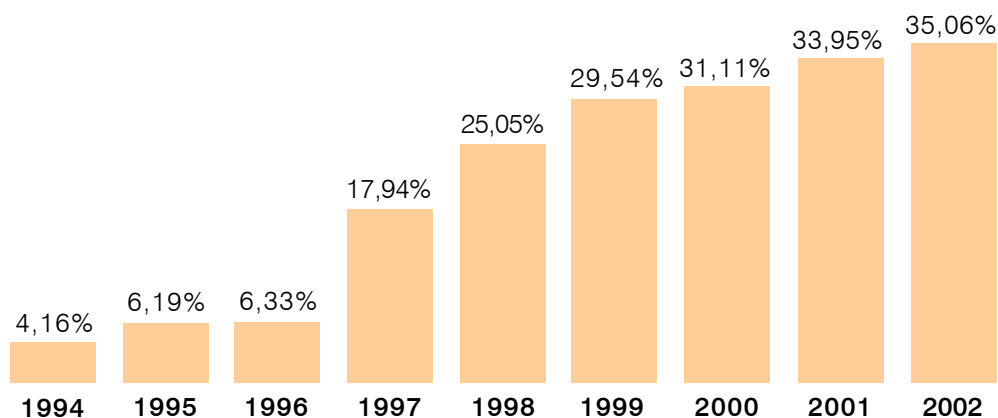


Fontes: SUSEP e ANS



## Mercado de Seguros

### Participação do Capital Estrangeiro no Prêmio Total do Mercado de Seguros

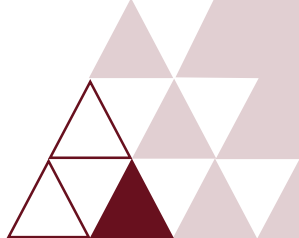


### Participação Estrangeira - Origem do Capital

R\$ mil

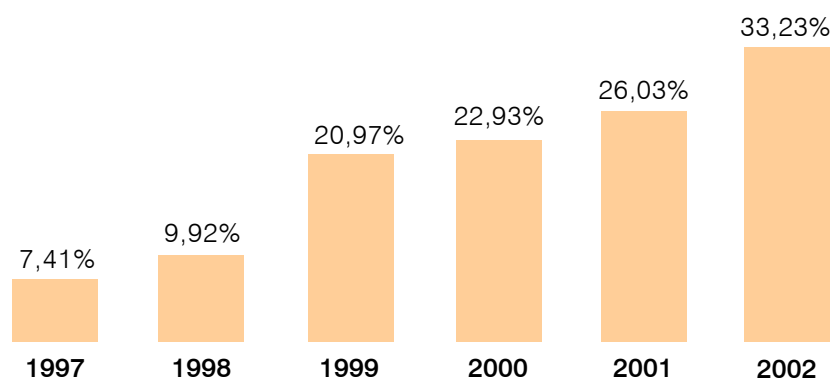
Participação Estrangeira				
Nacionalidade	2002		2001	
	Prêmio	%	Prêmio	%
1 Holandesa	4.204.450	39,78%	3.228.589	37,53%
2 Americana	2.222.690	21,03%	1.925.296	22,38%
3 Francesa	1.537.723	14,55%	1.278.228	14,86%
4 Espanhola	921.748	8,72%	779.304	9,06%
5 Japonesa	728.049	6,89%	616.258	7,16%
6 Italiana	284.509	2,69%	232.940	2,71%
7 Inglesa	203.690	1,93%	196.623	2,29%
8 Suíça	186.261	1,76%	152.184	1,77%
9 Alemã	110.167	1,04%	78.225	0,91%
10 Luxemburguesa	56.867	0,54%	18.117	0,21%
11 Uruguaia	51.395	0,49%	36.796	0,43%
12 Bermudas	34.360	0,33%	0	0,00%
13 Ilhas Virgens	13.453	0,13%	0	0,00%
14 Canadense	7.345	0,07%	1.055	0,01%
15 Bahamas	4.377	0,04%	1.795	0,02%
16 Argentina	2.910	0,03%	7.500	0,09%
17 Portuguesa	0	0,00%	49.467	0,58%
18 Outras	0	0,00%	0	0,00%
<b>Sub-Total Part. Estrangeira</b>	<b>10.569.995</b>	<b>35,06%</b>	<b>8.602.377</b>	<b>33,95%</b>
<b>Total Mercado de Seguros</b>	<b>30.148.775</b>	<b>100%</b>	<b>25.341.254</b>	<b>100%</b>

Fontes: SUSEP e ANS



## Mercado de Previdência Complementar Aberta

### Volume de Contribuições Arrecadadas com a Participação do Capital Estrangeiro



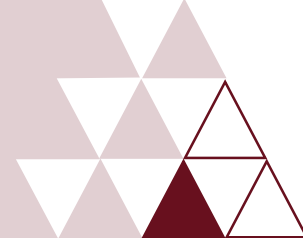
## Mercado de Previdência Complementar Aberta

### Participação Estrangeira - Origem do Capital

R\$ mil

Participação Estrangeira				
Nacionalidade	2002		2001	
	Contribuição	%	Contribuição	%
1 Americana	942.791	39,70%	828.817	42,32%
2 Holandesa	594.282	25,02%	684.983	34,97%
3 Espanhola	418.889	17,64%	152.325	7,78%
4 Francesa	281.088	11,84%	170.459	8,70%
5 Luxemburguesa	34.082	1,44%	8.046	0,41%
6 Alemã	29.074	1,22%	26.427	1,35%
7 Japonesa	19.944	0,84%	17.849	0,91%
8 Canadense	19.281	0,81%	28.949	1,48%
9 Italiana	16.753	0,71%	15.055	0,77%
10 Uruguaia	10.089	0,42%	6.565	0,34%
11 Suíça	8.506	0,36%	16.886	0,86%
12 Outras	7	0,00%	0	0,00%
13 Portuguesa	0	0,00%	2.208	0,11%
<b>Sub-Total Part. Estrangeira</b>	<b>2.374.787</b>	<b>33,23%</b>	<b>1.958.569</b>	<b>26,03%</b>
<b>Total Mercado de Previdência</b>	<b>7.146.211</b>	<b>100%</b>	<b>7.525.028</b>	<b>100%</b>

Fonte: SUSEP



## Mercado de Capitalização

### Participação do Capital Estrangeiro

Em capitalização



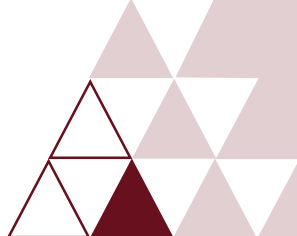
R\$ mil

Mercado de Capitalização				
Nacionalidade	2002		2001	
	Arrecadação	%	Arrecadação	%
1 Americana	386.056	48,44%	380.504	57,53%
2 Holandesa	240.948	30,24%	167.128	25,27%
3 Francesa	169.910	21,32%	113.792	17,20%
<b>Sub-Total Part. Estrangeira</b>	<b>796.914</b>	<b>15,27%</b>	<b>661.424</b>	<b>13,88%</b>
<b>Total Mercado de Capitalização</b>	<b>5.217.204</b>	<b>100%</b>	<b>4.765.774</b>	<b>100%</b>

Fonte: SUSEP







## As Empresas do Mercado Segurador

R\$ mil

ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA	Atividade de Seguros					Atividade de Previdência Aberta				Total das Atividades			
	Prêmio Total	Prêmio Ganho	Sinistro de Seguros	Sinistro Retido	Despesa de Comercial.	Contrib.	Benefícios Pagos	Resgates Totais	Resgates Parciais	Despesas de Comercial	Despesas (1) Administrativas	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
ACVAT- PREVIDENCIA PRIVADA						593	23.087	1.695		6.237	16.986	(15.427)	73.631
APLUB - PREVIDÊNCIA PRIVADA						47.327	39	222		36	460	92	2.105
ARC PREVIDÊNCIA PRIVADA						400	4			0	156	(33)	1.517
ARCESP PREVIDÊNCIA PRIVADA						124	496			799	1.099	691	6.370
ASPECIR PREVIDÊNCIA						2.330				0	420	311	6.620
BAMÉRCIO S/A PREVIDÊNCIA PRIVADA						0				0	135	368	7.593
BOSTON PREVIDÊNCIA PRIVADA						0	118.778	6.596		8.826	69.630	42.191	163.306
CAPEMI-CX.PEC.PENS.E MONTEP-BENEFICENTE						185.495	3.791	3.857			0		
COIFA PECULIOS E PENSOES						15.172	502	62			0		
CORRFA PREVIDÊNCIA PRIVADA						1.121	1	0		75	1.168	(1.002)	1.051
EMPRESARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA						392	6			135	488	766	2.760
EQUATORIAL PREVIDENCIA PRIVADA						531	108	49	0	29	375	(18)	515
FAMILIA BANDEIRANTE PREVIDÊNCIA PRIVADA						356	64.872	219		3.550	24.578	5.354	217.882
GBOEX - GREMIO BENEFICENTE						65.587	114	113	381	19	738	(88)	602
LUTERPREV- ENTIDADE LUTERANA DE PREVIDÊNCIA						1.788	6.069	226		759	7.148	4.051	30.410
MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA						9.988	11.817	3.893	1.400	7.992	28.543	(8.277)	10.600
MONGERAL PREVIDÊNCIA PRIVADA						44.363				0	23	(25)	396
NEWPREV PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A..						0				0	226	1.116	20.851
NOSSA CAIXA PREVIDÊNCIA S/A						0	497	265		1.492	2.272	5.796	9.923
PECULIO ABRAHAM LINCOLN - AMAL						6.405	42	41		6	739	177	7.677
PECÚLIO UNIÃO PREVIDÊNCIA PRIVADA						788	6	544		10	415	(391)	164
PREVBRAS-SOCIEDADE NACIONAL DE PREV. PRIVADA						403				0	91	124	1.271
PREVICORP PREVIDÊNCIA PRIVADA						278	744	103		319	1.860	269	2.122
PREVIMIL SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA						1.930	1.285	464		339	1.787	(1.341)	5.433
RECÍPROCA ASSISTÊNCIA						3.292	2.899	2.286		2.787	5.937	11.613	24.655
RS PREVIDÊNCIA						13.812	70			26	358	50	1.304
SABEMI PREVIDÊNCIA PRIVADA						481	60	274		109	807	226	4.635
SOCIEDADE AUXILIADORA						764	93	8		0	360	(246)	4.104
SOCIEDADE CAXIENSE DE MÚTUO SOCORRO						89	307	4		27	800	(351)	3.576
SUCV UNIÃO DE PREVIDÊNCIA						647	334	65		422	1.039	2.407	9.793
UNIÃO PREVIDENCIÁRIA COMETA DO BRASIL						3.398	9	64	18	0	186	1.226	2.217
UNIPREV UNIAO PREVIDENCIARIA						1.716	210			357	557	1.091	6.505
UPOFA UNIÃO PREVIDENCIAL						1.204	236.623	21.050	1.799	34.358	169.861	50.412	632.970
TOTAL EAPC's						410.772	670.378	1.529.918	1.851.908	280.368	4.966.473	2.652.323	17.279.024
TOTAL SEGUROS E PREVIDÊNCIA ABERTA	30.148.775	23.388.874	17.545.006	15.653.849	3.668.421	7.146.211							

(1) Despesas Administrativas com Despesas de Tributos

Fonte: SUSEP

R\$ mil

Companhias de Capitalização	Arrecadação	Provisões Técnicas	Resgates Totais	Resgates Parciais	Despesa Comercial.	Despesa Administ.	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
ALFA CAPITALIZAÇÃO S.A.					0	158	112	8.029
AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A.					0	100	(3)	4.013
APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.	10.708	5.895	4.955		673	2.694	(670)	11.266
ATLÂNTICA CAPITALIZAÇÃO S.A.					0	247	699	8.110
BRDESCO CAPITALIZAÇÃO S.A.	1.019.729	1.594.631	628.397	39	156	72.888	208.817	223.651
BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.	1.129.283	1.575.822	674.918	71.138	63.669	38.388	90.486	111.084
CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A.	587.622	909.552	309.498		28.257	17.464	80.795	143.650
CAPITALIZA EMPRESA DE CAPITALIZAÇÃO S.A.	17.703	19.248	50.826		642	1.434	6.149	17.902
CIA ITAÚ DE CAPITALIZAÇÃO S.A.					0	775	20.240	470.527
CREFICAP CAPITALIZAÇÃO S.A.					0	0	(0)	4.542
GLOBAL CAPITALIZAÇÃO S.A.		1.674	-		0	220	302	4.036
HORIZONTE CAPITALIZAÇÃO S.A.	24	16	18		33	1.017	(367)	627
HSBC CAPITALIZAÇÃO (BRASIL) S.A.	30	61.909	8.262		0	2.952	157	15.249
HSBC FINANCIAL CAPITALIZAÇÃO (BRASIL) S.A.	89.074	93.372	25.789		0	14.780	15.421	33.255
ICATU HARTFORD CAPITALIZAÇÃO S.A.	583.861	908.055	444.724	10	51.571	74.496	70.155	97.849
ITAÚ CAPITALIZAÇÃO S.A.	641.248	903.701	511.080	28.894	32.327	143.268	137.946	969.262
LIDERANÇA CAPITALIZAÇÃO S.A.	279.427	329.245	166.148		51.387	114.310	49.862	204.424
MOTRIN CAPITALIZAÇÃO S.A.					0	61	270	2.340
REAL CAPITALIZAÇÃO S.A.	152.332	181.263	98.428	15	6.984	16.403	28.860	70.403
RURAL CAPITALIZAÇÃO S.A.					0	142	851	10.164
SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A.	129.460	101.290	32.657		1.269	6.129	30.661	57.159
SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A.	295.100	281.368	106.271		54.198	45.585	43.045	168.474
UNIBANCO CIA DE CAPITALIZAÇÃO S.A.	262.190	230.291	153.286	3.867	9.747	45.541	66.135	355.231
VALOR CAPITALIZAÇÃO S.A.	19.341	5.626	5.816		4.496	3.497	1.366	11.878
<b>TOTAL</b>	<b>5.217.204</b>	<b>7.202.962</b>	<b>3.221.073</b>	<b>103.963</b>	<b>305.409</b>	<b>602.549</b>	<b>851.290</b>	<b>3.003.125</b>

Fonte: SUSEP

